



**Célia Margarida  
Gomes Marques**

## **Um contributo para o desenvolvimento do Pinhal Interior Norte**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica do Dr. Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

## **o júri**

presidente

**Prof. Dr. Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro**  
professor associado da Universidade de Aveiro

**Prof. Dr. Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues**  
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

**Prof. Dr. Domingos Fernando da Cunha Santos**  
professor adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

## **Agradecimentos**

O meu muito obrigado a todos quantos comigo colaboraram, nomeadamente:

Ao Professor Carlos Rodrigues, meu orientador, que sempre me acompanhou na estruturação e realização deste estudo, pelos esclarecimentos claros, pela informação bibliográfica, pela solicitude, abertura e espontaneidade.

A todos os entrevistados, que com a sua disponibilidade e interesse, possibilitaram a concretização deste estudo.

Aos meus amigos e família que sempre me apoiaram e me ajudaram de forma determinante.

**Palavras-chave**

Territórios desfavorecidos, competitividade, globalização, conhecimento, aprendizagem, redes

**Resumo**

A presente dissertação visa contribuir para a definição do percurso que a sub-região do Pinhal Interior Norte, exemplo paradigmático dos territórios mais desfavorecidos, deve prosseguir no sentido de inverter a actual tendência de quebra demográfica e económica. Este é um território com características económicas, sociais e culturais difíceis de ultrapassar no contexto de competitividade territorial do mundo globalizado. Tem por objectivo adquirir um conhecimento mais aprofundado em relação ao modo como estes territórios podem ultrapassar estes factores e entrarem no mercado competitivo, onde o conhecimento, a aprendizagem e a interacção social são cruciais.

**keywords**

Less Favoured regions, competitiveness, globalisation, knowledge, learning, networks.

**Abstract**

The present dissertation aims to contribute to define the path the regions of Pinhal Interior Norte, a typical less favoured territory, should follow in order to revert the current situation marked by demographic and economic decline. The territory, in the competitive context of a globalised world, has economic, social and cultural characteristics that hamper its development. To know more about how this type of regions can overcome the hindering factors and enter the competitive game in which knowledge, learning and social interaction seem to be crucial, is the focus of this work.

## Índice de Matérias

Introdução .....	10
Capítulo 1_Desafios do Desenvolvimento .....	13
- Introdução .....	13
- A condição do território .....	14
- Conclusão .....	23
Capítulo 2_A importância do território.....	25
- Introdução .....	25
- Território, capital social e capacidade institucional .....	26
- Conclusão .....	36
Capítulo 3_O novo paradigma rural .....	38
- Introdução .....	38
- O novo paradigma da política rural .....	39
- O caso de Seinäjoki como referência regional.....	50
- A realidade portuguesa.....	53
- Conclusão.....	58
Capítulo 4_Pinhal Interior Norte - caracterização viva .....	61
- Introdução .....	61
- O território.....	62
- A natureza do Pinhal Interior Norte.....	63
- Acessibilidades .....	65
- Proximidade a centros urbanos .....	67
- População Envelhecida .....	68
A estrutura etária.....	72
A escolaridade no território .....	74

Abandono e Saída Antecipada do Sistema de Ensino .....	77
Oferta e procura da rede de ensino e formação .....	77
- Dinâmicas Sociais.....	79
- Qualidade de Vida .....	80
- A economia local.....	82
O emprego segundo as actividades económicas.....	85
- Dinâmicas Empresariais .....	88
Importações e Exportações.....	93
Turismo .....	94
- Infra-estruturas e organizações de apoio à actividade económica .....	98
- Dinâmicas Institucionais .....	101
- Políticas .....	102
- Conclusão .....	108
Considerações Finais .....	111
Bibliografia .....	116

## **Anexos**

Anexo 4.1\_ NUTS II e relação com o Pinhal Interior Norte

Anexo 4.2\_ Pinhal Interior Norte e suas altimetrias

Anexo 4.3\_ Incêndios Florestais por localização geográfica

Anexo 4.4\_ Concessão do Pinhal Interior Norte

Anexo 4.5\_ Percurso do metro ligeiro de superfície

Anexo 4.6\_ Abandono Escolar Precoce e Saída Antecipada do Sistema de Ensino na Sub-região do Pinhal Interior Norte

Anexo 4.7\_ Rede das praias fluviais e das Aldeias de Xisto

Anexo 4.8\_ Zonas Industriais existentes na sub-região do Pinhal Interior Norte

Anexo 4.9\_ Associações entre municípios do Pinhal Interior Norte

## Índice de Figuras

Figura 2.1_ Formas de capital social, confiança e acção colectiva .....	27
Figura 2.2_ Factores que potenciam o aumento da capacidade institucional .....	33
Figura 2.3_ Pressões Externas e Capacidades Regionais Institucionais .....	35
Figura 3.1_ Posição de Seinäjoki no mapa da Finlândia .....	50
Figura 4.1_ Tipificação das situações de exclusão do Pinhal Interior Norte.....	80



## Índice de Quadros

Quadro 3.1_ O novo paradigma rural .....	43
Quadro 4.1_ Concelhos da sub-região do Pinhal Interior Norte .....	62
Quadro 4.2_ Dados estatísticos sobre a população do Pinhal Interior Norte .....	69
Quadro 4.3_ Dados estatísticos sobre a população dos municípios do Pinhal Interior Norte .....	71
Quadro 4.4_ Dados estatísticos sobre a estrutura etária da população .....	72
Quadro 4.5_ Dados estatísticos sobre a variação da população por grupo etário entre 1991 e 2007 .....	73
Quadro 4.6_ Dados estatísticos sobre a escolaridade no território .....	75
Quadro 4.7_ Dados estatísticos sobre a escolaridade nos municípios do Pinhal Interior Norte.....	76
Quadro 4.8_ Estabelecimentos de Ensino existentes no território .....	77
Quadro 4.9_ Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino pela sub-região do Pinhal Interior Norte.....	79
Quadro 4.10_ Dados sobre o poder de compra/ <i>per capita</i> e factor de dinamismo relativo .....	82
Quadro 4.11_ Dados sobre o poder de compra/ <i>per capita</i> e factor de dinamismo relativo .....	83
Quadro 4.12_ Dados estatísticos sobre a contribuição das sub-regiões para o PIB e VAB.....	84
Quadro 4.13_ Pessoal ao serviço segundo as actividades económicas .....	86
Quadro 4.14_ Pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora.....	87
Quadro 4.15_ Dados estatísticos sobre empresas por município e volume de negócios.....	89
Quadro 4.16_ Dados estatísticos sobre empresas com sede no Pinhal Interior Norte.....	89
Quadro 4.17_ Dados estatísticos sobre empresas por município da sede.....	91
Quadro 4.18_ Dados estatísticos sobre empresas por município da sede.....	92
Quadro 4.19_ Dados Estatísticos sobre comércio internacional declarado na Região Centro por NUTS II.....	93
Quadro 4.20_ Dados Estatísticos sobre o comércio internacional declarado no Pinhal Interior Norte .....	94

## Introdução

Assiste-se actualmente a um ambiente de profundas mudanças económicas e sociais que, assentes no aumento da competição global, se repercutem fortemente nas dinâmicas de base territorial e sobre os modelos de desenvolvimento, os seus instrumentos e as suas metodologias, exigindo novas soluções para responder aos desafios com que os territórios se deparam.

Neste contexto, as regiões desfavorecidas emergem como territórios despojados de meios de resposta a estas novas exigências do mercado global, interessando explorar, discutir e aprofundar o conhecimento sobre os caminhos a percorrer por estes territórios para responder ao desafio associado à inversão da sua actual tendência de desvitalização demográfica e económica, bem como compreender as contingências que se colocam ao seu desenvolvimento.

Nesta dissertação pretende-se responder à questão de como potenciar o desenvolvimento da sub-região do Pinhal Interior Norte, um exemplo paradigmático dos territórios mais desfavorecidos. Pretende-se contribuir, no âmbito dos desafios impostos às regiões mais desfavorecidas, para definir o percurso a seguir na definição de uma estratégia de desenvolvimento, face às suas condições internas e externas, numa conjuntura onde o global e a competitividade se afiguram como essenciais.

Neste cenário, importa compreender como afirmar este território economicamente e como canalizar recursos e factores de desenvolvimento para o seu interior e, ainda, que acções são necessárias para estimular as dinâmicas territoriais de desenvolvimento, como incentivar o tecido produtivo local e inverter a actual tendência de despovoamento e de envelhecimento populacional. Ao longo do estudo procura-se responder a estas questões, enunciando medidas legitimadas por programas nacionais, e validadas por actores locais representativos, que aproveitam as potencialidades do território e procuram ultrapassar as fragilidades diagnosticadas, identificando possíveis rumos e acções que poderão contribuir para criar os alicerces necessários à geração de dinâmicas sustentadas de desenvolvimento.

A dissertação encontra-se estruturada em duas partes, complementares entre si, correspondendo a primeira ao enquadramento teórico do tema, na qual se analisam conceitos subjacentes à temática em análise e, a segunda, ao estudo de caso, tendo como referência um território em particular – Pinhal Interior Norte.

Na primeira parte procura dar-se uma sequência lógica à pesquisa desenvolvida, desde compreender o papel que o território tem no mundo globalizado, identificar as mudanças que operaram na economia e compreender de que modo estas mudanças condicionaram o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Abordam-se, ainda, questões acerca da influência das características socioeconómicas do território nas suas trajectórias de desenvolvimento e procura compreender-se as disparidades entre o desenvolvimento territorial existente e a capacidade para inovar e o porquê da dificuldade em diminuir as diferenças entre territórios. É, dada particular ênfase à relação entre as competências dos territórios e o seu desenvolvimento e, ainda, ao novo paradigma rural defendido pela OCDE e suas repercussões nos programas políticos nacionais.

Na segunda parte procede-se à análise dos pressupostos de desenvolvimento para as regiões mais desfavorecidas tendo como referência o Pinhal Interior Norte. Efectua-se uma caracterização do território, com o intuito de se aferirem potencialidades e fragilidades que se colocam ao seu desenvolvimento e compreender a sua posição na região. O conhecimento do território em estudo foi enriquecido com base nas entrevistas realizadas a alguns agentes públicos. Nesta parte é analisado um caso de estudo estrangeiro, Seinäjoki, região da Finlândia, enquanto região desfavorecida que procura criar capacidades para reagir às exigências impostas pela sociedade do conhecimento. Do cruzamento desta informação com a proveniente do diagnóstico territorial, emerge o contributo para a identificação de percursos a seguir para se potenciar um desenvolvimento económico sustentável no Pinhal Interior Norte.

## § Objectivos do Estudo

Em termos de objectivos gerais, pretende-se, através deste estudo, criar conhecimento que possa contribuir para valorizar os territórios mais desfavorecidos e identificá-los como territórios potenciadores de crescimento económico.

No âmbito deste contributo para estimular o desenvolvimento nestes territórios e inverter a sua fragilidade económica e demográfica, um conjunto de objectivos a perseguir por este trabalho podem ser definidos:

- Analisar os desafios impostos pela sociedade do conhecimento, com particular incidência nas regiões desfavorecidas,

- Compreender a relação entre as disparidades territoriais e a capacidade de inovar e as dificuldades para se minimizarem estas diferenças entre os territórios,
- Analisar os factores que influenciaram as mudanças operadas nas políticas rurais europeias e as suas repercussões nas políticas nacionais.

## § Metodologia

Para a elaboração deste estudo recorreu-se a uma extensa bibliografia, repartida entre livros, artigos e relatórios e pesquisa em sítios da internet; utilizou-se, também, informação estatística e informação decorrente de entrevistas efectuadas a diversos agentes locais de desenvolvimento. Ainda, o facto da autora desta dissertação exercer a sua actividade profissional na região em estudo propiciou conhecimento prévio das situações.

A metodologia baseia-se, por um lado, na estruturação da informação teórica recolhida, baseada numa pesquisa que envolveu contributos de investigadores e especialistas na temática da inovação e do desenvolvimento local, vertida na primeira parte deste estudo.

Na segunda parte, recorreu-se a uma recolha de informação estatística e a uma recolha de opiniões e posições de agentes locais através de entrevistas. Foram seleccionados alguns autarcas de municípios do Pinhal Interior Norte<sup>1</sup>, o presidente da Comunidade Intermunicipal da sub-região (Fernando Marques, Presidente da Câmara Municipal de Ansião), um representante da Entidade Regional Turismo Centro de Portugal (Viriato Dias) e, ainda, um representante da Comissão de Coordenação da Região Centro (Ana Santiago Faria).

A par de toda a investigação bibliográfica que procurou dar sustentação teórica à temática, foi realizada uma caracterização estatística e uma caracterização mais expressiva, através das entrevistas, que procurou o sentir das necessidades regionais e dos problemas sentidos no prosseguir de um percurso rumo ao desenvolvimento económico sustentável. Ainda, com o intuito de qualificar o contributo para a definição desse percurso, foi analisado um caso de estudo estrangeiro com características similares às da sub-região em estudo.

---

<sup>1</sup> Os autarcas entrevistados foram: Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela; Paulo Morgado, Presidente da Câmara Municipal de Alvaíazere; Fernando Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Lousã; José Brito, Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra; Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra; Rui Silva, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil.

## § Introdução

O processo de globalização tem vindo a causar alterações nas estruturas organizacionais, económicas e sociais, não só como consequência mas, também, como condicionante, das alterações tecnológicas dos últimos tempos, alterações essas dinamizadas pelas tecnologias da informação e comunicação e sua repercussão nos variados sectores, actividades produtivas e relações sociais e políticas.

O resultado de todas estas mudanças foi um aumento dos fluxos de informação, de capital, de pessoas, do comércio de bens e serviços e o aumento das diferenças entre países e regiões. Este acentuar das diferenças entre países e regiões levou a que alguns defendessem que este processo de globalização criaria um mundo desterritorializado e económica e socialmente homogéneo.

Este capítulo tem por objectivo demonstrar o papel que os territórios têm neste mundo globalizado, as mudanças que operaram na economia com a globalização e como estas mudanças condicionam o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Pretende ainda, introduzir o problema das desigualdades territoriais através da exposição de territórios desfavorecidos que actuam de forma distinta numa sociedade globalizada, não só no que refere à capacidade para competir num mercado global mas, também, em termos de capacidade para inovar.

Identificadas algumas das diferenças territoriais e correspondente influência no desenvolvimento dessas regiões importa, também, compreender como determinadas competências influenciam este processo.

Neste sentido, o capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Primeiro, são expostos os percursos da globalização, inerentes dinâmicas de mudança e desafios resultantes dessas mudanças;
- Segundo, é apresentada a nova condição do conhecimento na sociedade contemporânea, suas dinâmicas e relação com a aprendizagem;
- Terceiro, é desenvolvida uma perspectiva sobre a inovação;

- Quarto, desenvolve-se o problema do desenvolvimento desigual entre os territórios e procura identificar-se os factores determinantes para as disparidades regionais e os principais desafios fomentados pelos esforços no combate a este problema.

#### § A condição do território

A globalização é um fenómeno contemporâneo que está associado ao progresso, à prosperidade ou, ainda, como refere STRANGE (1996) “a qualquer coisa desde a Internet ao hambúrguer”. Neste sentido, importa compreender melhor este conceito que envolve várias definições.

A globalização pode ser definida como o crescimento da interdependência e das trocas comerciais; pode ser identificada como liberalização, referindo-se a um mundo global que não possui barreiras reguladoras para a transferência de recursos entre fronteiras; pode ser interpretada como sinónimo de universal ou, ainda, como idêntica à ocidentalização ou modernização (estando associada à homogeneização das várias culturas).

Ainda, SCHOLTE (2000) afirma que a globalização diz respeito a uma “mudança na natureza do espaço social”, a uma reconfiguração da geografia social, na qual deixa de ser possível referenciar lugares territoriais, distâncias territoriais ou fronteiras territoriais. Transmitindo-nos uma visão de transformação do espaço e de um contínuo de influências sociais<sup>1</sup>.

Neste contexto, importa referir a importância da reconfiguração da geografia social, pois o espaço é uma dimensão significativa para as relações sociais, influenciando fortemente a identidade e a natureza da comunidade numa determinada sociedade. O “lugar” assume uma nova dinâmica: as “distâncias” territoriais passam a ser alcançadas quase instantaneamente e as “fronteiras” territoriais deixam de ser entrave; concluindo-se que as relações nesta era global são relações transfronteiriças sem distância, ou seja, que as comunicações globais relacionam mercados em qualquer ponto do globo, independentemente das distâncias e fronteiras territoriais existentes entre estes.

Contudo, convém ressaltar que apesar do conceito de globalização nos remeter para uma imagem de homogeneização sociocultural, económica e espacial ou, até mesmo, para uma ideia de extinção das identidades locais numa tentativa de criação de um espaço global despersonalizado

---

<sup>1</sup> A globalização envolve processos que geram transformações na organização espacial tanto das relações como das transacções sociais (HELD & MCGREW, 2001)

(CAETANO, 2001), o espaço não se torna irrelevante, pois a globalização é um conceito de cariz geográfico (STORPER, 1997).

A globalização tem uma dimensão territorial, pois as localidades são o produto das influências locais, nacionais e internacionais (AMIN e THRIFT, 1994). Os mesmos autores referem, ainda, que o fenómeno globalização surge do local e, que é do balanço entre estas dinâmicas de interacção que surge o nexus global-local.

MASSEY (2004) refere também, que o objectivo não é opor o local ao global, mas compreender melhor as relações entre ambos para que possam trabalhar em conjunto na concepção de melhores locais e melhores globalizações. Em suma, a base do nexo global-local consiste nas tensões entre a dinâmica da construção de ambos ("the local out of the global and the global from the local").

Existe ainda, a questão do âmbito da governação e o problema da escala. Os modelos e regimes de governação estão em alteração (crescimento dos regimes supranacionais e ressurgimento dos governos regionais e locais) modelando-se não só pela globalização mas, também, pela descentralização das funções governamentais do nível central de governo para os níveis regional e local (JESSOP, 1994). Este processo de redistribuição trouxe um maior e mais flexível relacionamento institucional revestindo-se de alguns aspectos importantes, como uma maior cooperação entre as várias formas de governação e uma participação mais activa na formulação e implementação de políticas. Como forma de facilitar estas relações e tendências, os governos centrais adaptaram-se e aproximaram-se das necessidades reais a colmatar, mantendo-se presentes nos novos processos de governação (MAYER, 1994).

A globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais mas, pelo contrário, reforça a sua importância. Embora o global constitua um espaço de fluxos que envolvem diferentes e mutáveis sistemas locais, não existe redutibilidade entre o local e o global, no sentido que nem o todo pode ser quebrado ou dividido em partes nem a soma das partes reconstitui o todo, pois são auto-organizativos e, portanto, não desmembráveis (CONTI, 1997). É no entanto, estranho verificar que um processo fundamentalmente geográfico seja analisado como um conjunto de fluxos de recursos sem considerar as suas interacções com a dimensão territorial do desenvolvimento económico, como refere STORPER (1997).

Para responder mais eficientemente a esta transformação económica e social que é a globalização, os instrumentos tradicionalmente usados para regular a economia e procurar o bem-

estar alteraram-se e adaptaram-se. Assiste-se a uma necessidade crescente de criar capacidades de rápida adaptação à mudança e processos de aceleração da criatividade, necessários para criar coisas novas, obrigando à criação de novos modelos, estruturas de conhecimento e novas utilizações desse conhecimento.

Neste contexto, a economia tradicional assente numa economia física (baseada em recursos tangíveis), sujeita a princípios da escassez metamorfoseia-se numa economia onde o conhecimento é factor preponderante. Observa-se uma evolução dos factores de produção capital e trabalho para o factor de produção conhecimento.

Esta Economia, dita do Conhecimento, diferencia-se da Economia Tradicional pelas suas características: o conhecimento não diminui, pelo contrário, aumenta com a sua utilização; a participação do segmento de serviços aumenta; os bens e produtos intangíveis constituem um contributo essencial para a riqueza mundial e, o capital humano surge como elemento primário do valor criado nesta Economia (RUSSO, 2004).

Segundo a OCDE (1996) a Economia do Conhecimento é a economia que tem directamente como base a produção, distribuição e utilização de conhecimento e informação.

Existem variados factores associados a esta mudança na Economia, destacando-se:

- os desenvolvimentos nas Tecnologias da Informação e de Comunicação,
- a promoção de investimentos intangíveis com base o conhecimento,
- as novas funções do conhecimento coniventes com um aumento do grau de relacionamento entre agentes: a aprendizagem organizacional e a qualificação dos recursos humanos.

Surge um novo paradigma técnico-económico que assenta na emergência da micro-electronica e correspondente desenvolvimento das TIC's. Segundo FREEMAN e PEREZ, as vantagens económicas que antes dependiam dos custos dos transportes e das comunicações, tornam-se menos importantes neste novo paradigma. À luz deste paradigma surgem alterações na sociedade, designadas pelos mesmos autores por crises estruturais de ajustamento, que consistem num processo dinâmico de adaptação a novas exigências. Esta linha de pensamento aponta o progresso técnico como ingrediente fundamental no processo de desenvolvimento e transformação da economia e, a inovação a principal fonte dinâmica no desenvolvimento capitalista (FREEMAN E PEREZ, 1988).



Neste contexto, a aprendizagem ganha uma nova relevância e torna-se um recurso essencial para criar novas competências para responder às constantes mudanças, resultado da sua natureza social e interactiva. O conhecimento, a aprendizagem e a inovação tornam-se, assim, palavras-chave numa sociedade globalizada.

Também a economia mundial sofreu alterações face às rápidas mudanças tecnológicas, associadas à inovação e às melhorias nos regimes competitivos, reorganizando-se e intensificando os processos de transformação (LUNDVALL e BORRÁS, 1999). <sup>2</sup> Num contexto de competitividade elevada a necessidade de criar capacidade de rápida resposta às mudanças inerentes às condições de mercado e as vantagens em assegurar os níveis de competitividade a longo prazo, podem considerar-se dependentes da capacidade de inovar, experimentar e adoptar novos produtos e novos processos organizacionais. (DOSI, 1988)

STORPER (1997) afirma que empresas, regiões e nações tornam-se mais competitivas quando possuem condições para aprender mais rápido ou melhor, uma vez que o seu conhecimento é escasso e não pode ser copiado ou transferido via meios formais e codificados.

A competitividade está, ainda, associada à inovação tecnológica, a qual requer a capacidade de criar novas tecnologias, que por sua vez, dependem da produção de novo conhecimento. É com base neste pressuposto que LUNDVALL (1992) sugere que o conhecimento é um recurso essencial e a aprendizagem um processo estratégico.

O conhecimento e as suas relações com a economia tornam-se peça fundamental no debate do desenvolvimento, tornando-se este no ingrediente capital para a criação de bem-estar numa economia global. Uma das evidências desta importância e do grau de dependência do conhecimento como factor de competitividade são os elevados acréscimos nos empregos associados à alta tecnologia e a sectores de conhecimento específico (OECD, 1996).

Com base nestes pressupostos foram elaborados estudos para compreender o novo papel do conhecimento na economia. Foi, igualmente, estabelecida uma relação directa entre o aumento da importância do conhecimento na criação de bem-estar e o crescimento do sector da alta tecnologia, colocando, na mesma trajectória, a economia de alta tecnologia e a economia assente no conhecimento. No entanto, este papel do conhecimento, considerado como novo no processo de desenvolvimento económico, sempre esteve presente no centro do crescimento económico e

---

<sup>2</sup> A difusão constante de novos produtos no mercado evidenciou a redução do ciclo de vida dos produtos e produziu novas dinâmicas competitivas.

aumento dos níveis de bem-estar social, contudo sem esta importância. Nesta economia, o conhecimento diferencia-se pelo ritmo rápido com que se torna obsoleto, exigindo a geração contínua de conhecimento novo ou novas combinações de conhecimento existente.

No entanto, o importante é a habilidade para aprender e não confinar o conhecimento, pois quanto mais rápido é o ritmo da mudança mais relevante se torna o conhecimento e mais este se torna num recurso de curta duração. Tomando por base este argumento estabeleceu-se uma clara distinção entre o papel do conhecimento e o papel da aprendizagem, em que o conhecimento se assume como uma espécie de “stock” e a aprendizagem como uma espécie de fluxo ou circulação (GREGERSEN e JOHNSON, 1997).

A aprendizagem pode ser delineada como um processo através do qual o conhecimento mantém a sua natureza estratégica como recurso de desenvolvimento económico, pois num contexto de rápida mudança este é o processo que permite gerar e obter conhecimento, conhecimento esse que permite agir num contexto de elevada competitividade e rápida mudança. Contudo, esta capacidade de agir inerente ao conhecimento não pode ser reduzida ao conhecimento científico ou às actividades de investigação e pesquisa, pois existem, igualmente, vários mecanismos informais de geração de conhecimento, entre os quais o aprender-fazendo (ARROW, 1962a) e o aprender-interagindo (LUNDVALL, 1992).

Autores como MASKELL e MALMBERG (1999), inclusive, sugerem a necessidade de diferenciar os tipos de conhecimento, introduzindo uma clara distinção entre o conhecimento tácito e o conhecimento codificado. O primeiro correspondendo ao tipo de conhecimento que se gera e acumula de forma implícita como consequência natural dos contactos, das experiências e dos saberes desenvolvidos pelos indivíduos nas suas práticas diárias de trabalho e de lazer. Este tem uma natureza informal e espontânea. O conhecimento, referenciado como codificado, é tendencialmente mais generalizável e tem um potencial de disseminação e comercialização maior do que o do conhecimento tácito, localmente mais enraizado e com um carácter mais específico.

ASHEIM e COEHEN (2004) sugerem, também, dois tipos de base de produção de conhecimento, são estes o analítico e o sintético. O conhecimento de base analítica depende e baseia-se na criação de conhecimento através de processos cognitivos e racionais ou em modelos formais enquanto o conhecimento de base sintética se baseia em sistemas industriais onde a inovação se centra na aplicação de conhecimentos já existentes ou recombinação de conhecimento, ou seja, processos de testagem e experimentação.

Pode, então, concluir-se que a aprendizagem é a fonte determinante da inovação e que depende da capacidade das organizações interagirem entre si, para além de ser dependente do contexto onde ocorre e ir para além das suas dimensões técnicas e tecnológicas. Pode, ainda, afirmar-se que uma organização se torna mais inovadora quanto maior for a sua capacidade de recombinação, em função dos seus objectivos específicos, conhecimentos provenientes das diversas fontes e, assim gerar algo novo. A inovação assume, então, o papel de factor essencial para que as sociedades e as economias atinjam um desenvolvimento económico sólido.

Considerando o carácter social da aprendizagem, a proximidade física torna-se um factor essencial, atribuindo, uma vez mais, importância ao território. O custo marginal de transmitir conhecimento, principalmente o tácito, aumenta com a distância, logo a proximidade geográfica facilita as interacções frequentes entre os agentes. É esta capacidade regional enraizada em padrões particulares de redes interfirmas e de conexões interpessoais que não pode ser transferida, mas apenas ser construída no decorrer do tempo.

De acordo com ANTONELLI (2000) a produção de novos conhecimentos advém de uma interacção complexa, que envolve uma multiplicidade maior ou menor de agentes (universidades, instituições de investigação, empresas e outros tipos de organizações) e é condicionada por diversos factores:

- O tipo de informação tecnológica disponível no meio envolvente ou no mercado;
- A qualidade dos canais de comunicação entre os diferentes agentes;
- As competências e as capacidades de cada um dos agentes.

Esta abordagem considera a inovação como o produto de processos interactivos de aprendizagem colectiva, atribuindo igual importância ao conhecimento das características de cada organização e conhecimento das características do meio ambiente, quer este seja o mais próximo ou o mais distante.

Assim, e com base nesta concepção sistémica da inovação, os processos de criação de novos conhecimentos, por parte das organizações, são indissociáveis dos "meios" em que se inserem. Pode afirmar-se que a evolução dos processos de inovação depende dos contextos institucionais e culturais, ou seja dos quadros territoriais e sociais. (EDQUIST, 1997) Decorre daí o aumento da dependência da capacidade de atracção de uma determinada região de um conjunto de elementos locais, naturais, económicos, culturais e políticos, complementares ou sistémicos. STORPER (1995) demonstra a importância do ambiente social e cultural no processo de

desenvolvimento através daquilo a que ele chama “activos relacionais” e “interdependências não comercializáveis”.

Assumindo que a inovação é, então, configurada por processos interactivos de aprendizagem socialmente enraizados (MORGAN, 1996), a capacidade de inovação de uma região depende não só das características das empresas consideradas individualmente, mas, também, do tecido institucional de apoio às actividades económicas (COOKE e tal, 1997).

O conceito de território torna-se, assim, num conceito de extrema importância, indo para além da definição de unidade geográfica inserida num estado-nação ou mera agregação de empresas, como algumas interpretações o definem. CAMAGNI (2000) sugere uma conceitualização para o território, afirmando que este é, simultaneamente, um sistema de externalidades tecnológicas localizadas (conjunto de factores materiais e imateriais que, devido à proximidade e resultante redução dos custos de transacção envolvidos, podem tornar-se externalidades pecuniárias), um sistema de relações económicas e sociais (que desenvolve o capital relacional ou capital social de um determinado espaço geográfico) e um sistema de governança local (englobando a colectividade, um conjunto de agentes privados e um sistema local público de administrações).

A importância do território espelha-se nos níveis de desenvolvimento. As regiões não são todas iguais, apresentando particularidades que as distinguem e que as tornam singulares, reflectindo-se estas particularidades nas estratégias de desenvolvimento adoptadas.

Inúmeros factores evidenciam estas desigualdades no desenvolvimento do território, tais como as disparidades na produção, os salários, o emprego, os níveis de educação, entre outros. Tomando por referência a União Europeia, cuja política primordial é reduzir as disparidades ao nível do desenvolvimento, constata-se que continuam a existir enormes diferenças quer no interior dos Estados-Membros quer entre os mesmos, apesar da política de desenvolvimento regional consolidada desde 1975, na qual, para esbater estas diferenças, se define a transferência de fundos dos Estados-Membros mais ricos para os países mais pobres através dos denominados fundos estruturais da União Europeia.

Estas disparidades acentuaram-se com a adesão, em 2004, de doze novos membros cujos rendimentos nacionais se apresentavam, consideravelmente, abaixo da média da União Europeia. No entanto, mesmo antes do alargamento era possível verificar as disparidades, pois as dez regiões mais dinâmicas da União Europeia apresentavam um nível de prosperidade, perceptível através do PIB per capita, quase três vezes superior ao das dez regiões menos desenvolvidas.

Ainda, quase 90% da população nos novos estados membros vive em regiões com PIB per capita 75% abaixo da média da União Europeia (13% da população na UE dos 15). Sendo, um exemplo, a diferença entre o PIB médio per capita do Sudeste da Roménia (24%) e o da cidade de Londres (303%) em relação ao PIB médio da UE.

Para além destas diferenças, existem, também, enormes divergências no que refere às despesas de cada região com as actividades de Investigação, estando estas correlacionadas com os níveis do Produto Interno Bruto. O acesso ao conhecimento, à investigação e potencial desenvolvimento tecnológico permanecem mal repartidos na União Europeia, estando concentrados nas Regiões em que o dinamismo económico é maior. As políticas de inovação e desenvolvimento têm reflectido estas preocupações, como por exemplo as políticas da União Europeia.

No entanto, e ao longo dos últimos anos, vários autores têm procurado encontrar respostas para a existência destas disparidades regionais, sendo que o resultado desta procura tende a incidir nas diferenças em termos de recursos humanos e na efectiva concretização de esquemas de financiamento público que promovam a inovação. Segundo LANDABASO (1997), o desequilíbrio inter-regional em relação à capacidade de inovar vai para além dos aspectos quantitativos da produção humana e financeira, identificando diferentes factores estruturais que afectam a inovação tecnológica:

- Falhas na capacidade das empresas em identificar as suas necessidades de Inovação (e na existência de conhecimento tecnológico que as permita fazer essa identificação);

- Falha na expressão da procura latente de Inovação;

- Fraca qualidade e quantidade da infra-estrutura tecnológica, normalmente “desinserida” do tecido empresarial;

- Escassez de intermediários tecnológicos capazes de identificar e “federar” a procura de Inovação (e I&D) das empresas locais, e canalizá-las para as fontes regionais/nacionais/internacionais de Inovação que lhe poderiam dar resposta;

- Sistemas Financeiros pouco desenvolvidos (agarrados às práticas bancárias tradicionais), com poucos fundos de risco ou capital de semente, e pouco adaptados ao financiamento da Inovação;

-Falta de serviços que promovam a disseminação de tecnologia em áreas onde, normalmente, as empresas apresentam fontes internas fracas para o desenvolvimento de Inovação Tecnológica;

-Fracas cooperação e poucos elos de ligação entre os sectores público e privado (e mesmo dentro do sector privado, ausência de cooperação inter-empresas, gerando economias de escala e sinergias);

-Especialização em sectores industriais tradicionais, com fracas ligações ao mercado da Inovação;

-Mercados pequenos e relativamente fechados, que não encorajam à Inovação;

-Ligação fraca a redes de conhecimento internacionais e a Know-How externo;

- Dificuldades em atrair mão-de-obra qualificada;

-Poucas empresas a fazerem I&D (normalmente multinacionais), e com ligações fracas ao tecido empresarial local;

-Baixos níveis de apoio público à Inovação e esquemas de apoio pouco adaptados às necessidades das empresas;

-Falta de qualidade da estrutura institucional de governância: falta de estabilidade política (políticas de curto prazo, ciclos políticos) e ausência de competência profissional adequada.

O autor refere, ainda, que qualquer esforço direccionado a promover a capacidade inovadora das regiões menos favorecidas deve, em primeiro lugar, corrigir estes factores estruturais em cada uma das regiões e, só depois, corrigir a diferença quantitativa através de meios que providenciem a mudança no sistema regional de inovação.

Como forma de ilustrar as dificuldades que as regiões menos favorecidas enfrentam no sentido de reduzirem esta diferença, OUGHTON et al (2002) menciona o paradoxo da inovação regional. Este paradoxo, de acordo com os autores, refere-se à contradição aparente entre a maior necessidade de investimentos em Inovação nestas regiões e a sua menor capacidade de absorver esses investimentos na promoção da Inovação, em comparação com as Regiões mais avançadas. Ou seja, quanto maior é a necessidade de Inovação numa Região para aumentar a sua capacidade competitiva, mais difícil se torna investir com eficiência e absorver os fundos investidos com essa promoção.

Segundo MORGAN e HENDERSON (2002) este problema de inércia institucional, que afecta as regiões menos favorecidas, poderia ser solucionado através de processos consensuais de aprendizagem interactiva dentro e entre os sectores público e privado. É esta falta de capacidade para se envolverem em redes de colaboração e acções colectivas, que caracteriza estas regiões, e que torna a inovação institucional um dos mais importantes défices. (MORGAN e NAUWELAERS, 1999)

Cabe aqui recordar HIRSCHMAN (1958), que refere que o problema do desenvolvimento díspar reside, apenas numa falha: a deficiência na organização, ao invés das falhas referidas até ao momento, como os factores convencionais como o capital físico, a educação e, ainda, a colaboração inter-empresarial, assumindo este último como factor vital para a redução desta carência.

MORGAN e NAUWELAERS'S (1999) consideram que o primeiro passo que as Regiões Menos Favorecidas têm que dar é no sentido de criarem acordos e mecanismos de cooperação para promoverem o crescimento de elos de ligação de inovação, redes mais dinâmicas e formas mais robustas de se fazerem notar. Contudo, face às características destas regiões e à realidade das suas instituições colectivas (mal equipadas para gerar e disseminar novas práticas), este é um passo difícil de dar.

## § Conclusão

Este capítulo apresenta as mudanças que ocorreram na sociedade contemporânea e a sua relação com a actual condição das regiões mais desfavorecidas.

Foi argumentado que a globalização introduz pressões constantes de mudança na organização espacial e que estas provocam contextos sociais de incerteza e instabilidade para as transacções sociais, no entanto este fenómeno veio reforçar a importância do território no processo de desenvolvimento económico. Esta importância decorre da responsabilização dos espaços locais pelos contextos sociais e institucionais essenciais às dinâmicas das empresas e das próprias regiões.

Associadas a estas transformações sociais e económicas surgiram processos de mudança na economia. A economia deixa de estar assente no capital físico e passa a assumir um relacionamento intrínseco com o conhecimento. Um envolvimento que valoriza a dimensão temporal e os vários tipos de conhecimento (tácito e codificado). Neste contexto, os processos de

aprendizagem ganham também uma nova relevância, tornando-se, em paralelo com o conhecimento, peças essenciais numa sociedade globalizada.

Diferentes tipos de conhecimento e diferentes modelos de aprendizagem definem o comportamento inovador, o qual procede da interacção social. Nesta perspectiva, pode afirmar-se que os processos inovadores envolvem uma dimensão territorial forte devido às raízes sociais interactivas e, que as relações/redes sociais contribuem e influenciam a análise das bases territoriais dos processos de desenvolvimento.

Verificou-se, também, que as regiões periféricas encontram dificuldades significativas ao tentarem integrar o processo interactivo que suporta a inovação, não conseguindo aceder às redes formais ou informais onde a informação tecnológica e económica é gerada, absorvida e disseminada. Sendo que o risco de se aumentarem as disparidades regionais, no que refere à capacidade de inovação, torna-se de facto uma possibilidade, pois os factores que favorecem a inovação tendem a concentrar-se nas regiões centrais.

Atentando à importância do território no desenvolvimento económico, não só como gerador de interacção social e suporte para o intercâmbio de relacionamentos e mecanismos de transacção, procurou compreender-se as razões desta importância e, sobretudo, perceber como as características socioeconómicas de um território podem afectar as suas trajectórias de desenvolvimento. Nestas Regiões mais desfavorecidas o ambiente é muitas vezes caracterizado por uma conjugação de debilidades estruturais, como a falta de dinamismo no sector dos serviços, sistemas financeiros deficientemente desenvolvidos, ligações débeis entre os sectores público e privado, pouca tendência para a inovação nos sectores especializados das indústrias tradicionais, baixos níveis de apoio público à inovação e esquemas inapropriados de resposta às carências das empresas locais.

Identificado o ambiente institucional (conjunto de características sociais, culturais, económicas e políticas) como factor de maior influência no desenvolvimento de processos de aprendizagem e capacidade de inovação de um território; importa compreender como fomentar o desenvolvimento de um ambiente proficiente e competitivo e, identificar os factores que influenciam o seu crescimento, temática a abordar no próximo capítulo.



### § Introdução

O capítulo anterior debruçou-se sobre as condições impostas às sociedades pela globalização. Reforçou a importância do território, o papel que o conhecimento adquiriu na economia mundial e a dinâmica imposta pela inovação, questionou as razões da importância do território e a possibilidade das características socioeconómicas de um território influenciarem as suas trajetórias de desenvolvimento, facto importante para a definição de uma trajetória de desenvolvimento de um território desfavorecido como o Pinhal Interior Norte. Mais, identificou a necessidade das regiões mudarem as suas formas de organização e cooperação institucional, reforçando a importância de construir capacidade institucional, conceito que envolve um vasto leque de elementos intangíveis.

Este argumento suscita várias questões como qual o significado e importância do capital social na construção de capacidade institucional, qual o significado das instituições e razões que potenciam a sua relevância neste processo, questões às quais este capítulo procura responder, sempre na perspectiva das regiões mais desfavorecidas.

Nesse sentido, este capítulo estrutura-se da seguinte forma:

- Primeiro, procura mostrar o papel essencial do capital social na criação de uma interacção de confiança e, simultaneamente, mostrar que este é apenas um dos elementos necessários à criação de trajetórias de desenvolvimento;
- Segundo, apresenta um conjunto de teorias que procuram o significado do termo institucional e da mudança institucional;
- Terceiro, apresenta o termo capacidade institucional e evidencia formas para potenciar o seu crescimento;
- Por fim, conclui com algumas observações acerca das dificuldades que as regiões desfavorecidas enfrentam neste processo de formação da capacidade institucional.

## § Território, capital social e capacidade institucional

Com o objectivo de reforçar a importância dos territórios para a inovação e para o desenvolvimento socio-económico, foram identificados alguns factores essenciais e determinantes para que se possa construir capacidade institucional regional que possibilite a construção de uma ordem colectiva social assente na regulação micro-constitucional dependente da confiança, reciprocidade e interacção cooperativa.

O conceito de capital social afirma-se na literatura política e nas ciências sociais pela mão de Robert PUTNAM com o seu trabalho *Making democracy Work* (1993) no qual o capital social surge definido como “aspectos da organização social, tais como confiança, normas, regras ou redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas”.

Posteriormente, a OCDE definiu capital social como “redes com normas partilhadas, valores e compreensões que facilitam a cooperação entre grupos (ou dentro de grupos)”. Também o Banco Mundial sugere uma definição, considerando o capital social como “as instituições, relações, atitudes e valores que governam as interacções entre pessoas e contribuem para o desenvolvimento económico e social”.

Vários são os significados e as adjectivações associadas ao capital social, sendo que alguns autores consideram que existem formas de capital social com influência negativa na economia. Formas de capital social que reforçam e promovem atitudes passivas e comportamentos conservadores, evitando a inovação e criando acomodação ao status quo e que poderão sustentar as fracas performances económicas de muitas regiões da Europa. Na mesma linha de pensamento, PORTES (1998) considera o capital social como bifurcável em ambos os sentidos, ou seja, susceptível de criar bens públicos e produtos indesejados socialmente.

Mas, o que interessa realmente é compreender até que ponto o conceito de capital social é o elo em falta para a construção de uma moldura que alcance o novo paradigma do desenvolvimento económico que envolva o objectivo principal de uma construção dinâmica da capacidade institucional.

Segundo LANDRY et al (2001), este interesse súbito no capital social como meio explanativo do desenvolvimento pode ser atribuído ao aumento da importância do conhecimento como fonte de inovação. Como referido anteriormente, os processos de inovação requerem a combinação de diferentes formas de conhecimento e o envolvimento de uma multiplicidade de agentes. Estes agentes devem partilhar e trocar o conhecimento que possuem, sendo que estes

fluxos onde ocorrem as transferências ou as trocas de conhecimento têm, apenas, lugar dentro de redes de relações onde existe um capital social acumulado.

Desta forma, pode afirmar-se que o capital social é um activo, sendo aumentado através de processos de interacção e de aprendizagem proporcionados pela sociedade. Contudo, ao contrário de outras mercadorias, não pode ser negociado ou trocado (MASKELL; 2001). Este proporciona a existência de externalidades positivas significativas no desempenho económico, facilitando e acelerando o processo de troca e criação de conhecimento (LANDRY et al, 2001; MASKELL, 2001). Nesta perspectiva, pode afirmar-se que o capital social contribuiu para reduzir significativamente os custos de transacção, como os referentes aos custos de pesquisa, de informação, de negociação, de decisão, de contratualização ou de controlo (MASKELL, 2001).

Pode afirmar-se que, devido a estas referências conceptuais, o capital social pode assumir uma multiplicidade de formas, sendo que OSTROM e AHN (2003) adiantam três formas essenciais: “trustworthiness” (um conceito difícil de traduzir, mas que indica a percepção de que vale a pena confiar; definida em termos de preferências consistentes com a cooperação condicional, mesmo na ausência de incentivos materiais), redes (plataformas sociais interactivas, providenciando, não só, incentivos adicionais para os indivíduos egoístas desenvolverem comportamentos cooperativos, mas também, encorajando à elevação da norma da reciprocidade generalizada) e instituições (definidas em termos gerais). A confiança, nesta abordagem, é entendida como uma consequência, mais do que uma forma de capital social em si mesma.

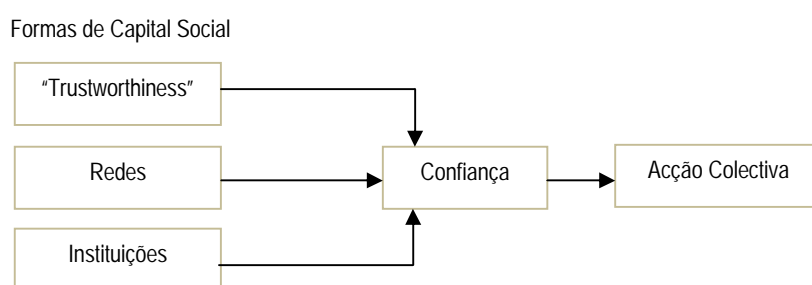


Figura 2.1\_ Formas de capital social, confiança e acção colectiva

Fonte: adaptado de OSTROM e AHN, 2003

Numa outra abordagem, mais direccionada para a forma como a acção colectiva é conseguida, os autores referem-se ao modo como as diferentes formas de capital social aumentam

a confiança e, conseqüentemente, geram cooperação, referindo-se à confiança como o elo de ligação entre as duas. Tornando-se a confiança na base do esforço colectivo para o impulsionamento do desenvolvimento, facilitando o trabalho dos agentes em conjunto para um benefício comum e resfriando o oportunismo.

Outros autores, como COOKE e MORGAN (1998), LUHMANN (2001) e MASKELL (2001) referem-se à importância da confiança no processo de desenvolvimento, referindo-se aos benefícios provenientes das relações assentes na confiança e, nesta como uma condição para um sistema económico estimular as actividades de suporte em situações de risco e incerteza.

Torna-se essencial compreender qual a forma ideal de fixar a confiança, no sentido de manter o seu valor económico ou, compreender como é que a confiança evolui (MORGAN E HENDERSON, 2002).

A confiança, segundo COOKE e MORGAN (1998) não é o resultado de uma acção calculista, nem uma norma estabelecida culturalmente, mas sim uma disposição que pode ser aprendida e reforçada através de experiências colaboradoras de sucesso. Ainda, neste contexto, nos processos construtivos da confiança, o consenso é um produto derivado do sucesso e não uma pré-condição para que isso possa acontecer.

Para que estas relações de confiança sejam seguras e efectivas torna-se necessária a existência de estruturas que permitam aos agentes envolvidos em actividades de cooperação monitorizarem as suas acções (COOKE e MORGAN, 1998).

No que refere ao desenvolvimento regional, o capital social pode ser entendido como “a capacidade colectiva dos actores-chave regionais (indivíduos, empresas, autoridades, centros de pesquisa, agências, etc.) formarem e utilizarem redes ou outras formas de valores partilhados, normas e instituições de forma a acelerarem o processo de aprendizagem regional.” (LANDABASO, 2003) Reflecte-se na geração, difusão e exploração económica de conhecimento ou de actividades económicas melhoradas numa Região e, quanto maior for, maior será a capacidade de adaptação pró-activa às mudanças de ambiente, partilha de visões comuns, partilha de recursos e exploração de sinergias entre parceiros.

HIRSCHMAN (1958) refere que o desenvolvimento depende, não tanto de encontrar combinações óptimas para uns dados recursos ou factores de produção, mas em trazer para o processo de desenvolvimento recursos e capacidades que estão latentes, escondidos ou mal utilizados. Nesta perspectiva, o objectivo principal do poder regional deveria ser o de ajudar a

desenvolver novas formas de organização e cooperação institucional, melhorar a competitividade das empresas sediadas nas regiões mais desfavorecidas e promover a reorientação dos recursos para áreas inovadoras e mais dinâmicas da actividade económica (SPI, 2005).

Contudo, a fraca capacidade de inovação destas empresas, sediadas em regiões menos desenvolvidas, deve-se, essencialmente, a limitações de ordem regulatória, organizacional e institucional do ambiente em que operam. Constatando-se que a debilidade da estrutura económica destas regiões se relaciona com o conceito da capacidade institucional.

Torna-se então, necessário compreender o papel que as instituições têm neste processo, as suas relações e contributo para a construção da capacidade institucional. As instituições são um dos componentes do sistema regional junto com as organizações, e distinguem-se entre si pelo papel que desempenham. As instituições, segundo COOKE e MORGAN (1998) podem apresentar-se como sólidas e flexíveis, encontrando-se ao nível das “hard institutions” ou organizações e aparelhos nos quais assentam as configurações político-institucionais, as infra-estruturas produtivas (como empresas, associações empresariais), as infra-estruturas do conhecimento (institutos de ensino público, escolas, centros de investigação) e as infra-estruturas relacionadas com a inovação (agências governamentais, agências de desenvolvimento regional, organizações financiadoras) e, ainda, tipos de organizações irregulares como os parques tecnológicos e de ciência.

Pode, afirmar-se que a função-chave das organizações (ou “hard institutions”) dentro do sistema regional de inovação é descobrir a forma de extrair e estruturar conhecimento e inteligência em formas sociais (GERTLER e WOLFE, 2004). Reforçando-se a importância das redes, como estruturas organizacionais de união, no processo de aprendizagem interactivo e enfatizando a dimensão colectiva dos sistemas regionais de inovação. Já as “soft institutions” aplicam-se aos conjuntos de hábitos comuns, às rotinas, às convenções e às regras ou leis que regulam as relações e interacções entre indivíduos ou grupos (EDQUIST e JOHNSON, 1997), funcionando como guia e estrutura de incentivo e, disponibilizando a base para a criação da expectativa, da crença e do comportamento interactivo e inovador.

Após esta análise às instituições e às organizações, importa compreender como actuam em conjunto com vista a um propósito comum. Neste contexto, HODGSON (2006) refere-se a mecanismos internos através dos quais as organizações induzem e impelem os seus membros a agir em conjunto. Enfatizando a necessidade de existirem regras de comunicação, companheirismo, ou, ainda, um sistema organizacional imbuído em regras específicas.

É com base neste espírito imbuído das instituições e das organizações que se introduz a questão da mudança institucional, à qual podem ser atribuídas quatro dimensões (VAN DE VEM e HARGRAVE, 2004): design institucional (que foca papéis e acções que actores individuais tomam com o objectivo de solucionar determinados problemas que, posteriormente, dão origem a mudanças em organizações institucionais), adaptação institucional (refere-se aos modos pró-activos e reactivos que as organizações adoptam com vista a moldarem o seu ambiente institucional), difusão institucional (forma de explicar a reprodução e difusão das organizações institucionais) e acção colectiva (enfatiza o modo como o surgimento das instituições facilita ou ajuda a construir movimentos sociais ou inovações tecnológicas).

No entanto, o processo da mudança institucional é mais complicado do que estas quatro dimensões, pois este não é um conceito simples mas, um somatório de efeitos sobre as instituições e organizações.

A mudança institucional pode ser definida como o modo como a sociedade evolui no tempo (NORTH, 1992). Esta pode ser determinada por um processo de “ajustes marginais no complexo de regras, normas e imposições que formam a estrutura institucional” (NORTH, 1990), devendo ser compreendida como um processo incremental sobre uma estrutura institucional estável. Assim, pode afirmar-se que a mudança institucional não é uma transformação completa, mas sim um contínuo organizacional de padrões existentes ou recombinação de factores existentes (PARTO, 2003).

Mas, para entender o modo como a mudança institucional define a evolução da sociedade é necessário analisar três aspectos fundamentais: a estabilidade institucional (referente ao ponto inicial), o processo de mudança institucional e a dependência do caminho (path dependency).

Dentro de um determinado quadro institucional (estabilidade institucional) pode ocorrer um crescimento da economia mas, para que haja desenvolvimento, são necessárias modificações, que muitas das vezes, são de natureza incremental. Estas mudanças podem acontecer de forma descontínua, resultantes de guerras, revoluções ou desastres naturais, o que nunca interdita a que ocorra, essencialmente, devido a ajustamentos marginais (NORTH, 1990).

O terceiro aspecto mencionado relaciona-se com o modelo de evolução das sociedades ao longo do tempo, ou seja, refere-se à explicação de como uma modificação pode produzir resultados distintos de sociedade para sociedade. NORTH refere que este resultado advém do facto de os ajustamentos marginais ocorrerem em ambientes institucionais distintos. Sendo ainda importante

referir a influência que os passados históricos têm e, ainda, os distintos modelos mentais que os vários actores possuem, sendo que estes elementos influenciam de forma significativa a construção dos modelos que determinam as escolhas.

Ainda como forma de sucesso para uma mudança institucional, HOLLINGSWORTH (2000) refere que a interacção entre os actores e o ambiente institucional é um processo multifacetado e que, com o passar do tempo, os actores não devem responder unicamente ao ambiente institucional onde estão embebidos, mas devem tentar modificá-lo no sentido de manterem as vantagens competitivas. Surge, assim, o conceito de aprendizagem-pela-aprendizagem, sendo esta designada por COOKE (1997) de reflexividade institucional, referindo-se à própria monitorização do processo de aprendizagem como um estímulo a um conhecimento mais avançado, passando a ser interpretada como um factor penetrante da mudança institucional positiva.

Através destes argumentos reforça-se a possibilidade de se desenvolverem capacidades de mudança para que as regiões menos favorecidas possam estabelecer relações e ligações com outras regiões, facilitando a articulação das necessidades de Inovação, com a oferta de conhecimento e, paralelamente, encontrar portas abertas a fontes de Inovação e parceiros exteriores, capazes de preencher as necessidades da economia regional.

No entanto, esta mudança institucional, para além de permitir o aumento do potencial sistémico, pode, ainda, contribuir para a erosão das capacidades institucionais do sistema, originando um problema de enclausuramento institucional. Sendo fundamental, para eliminar esta situação, que se desenvolva um processo de desintegração e remoção das instituições que impedem um maior desenvolvimento, o que reforça, novamente, a importância da reflexividade.

Assim, no sentido de se construir uma camada institucional, AMIN e THRIFT (1994) definiram quatro factores para esse objectivo, sendo estes:

- existência de um palco de instituições de diferentes tipos;
- interacção entre as instituições;
- desenvolvimento assente em elevados níveis de interacção;
- desenvolvimento entre agentes regionais que possuam reconhecimento mútuo da sua participação numa empresa comum.

A combinação destes factores, em situações favoráveis, dará origem a seis resultados: persistência institucional ou reprodução de instituições regionais; construção e enraizamento de um

arquivo de conhecimento adquirido, codificado e tácito; flexibilidade institucional, procurando a aprendizagem e mudança institucional; capacidade elevada para a inovação, não só individual, mas da região; extensão de confiança e reciprocidade e a consolidação de um sentido de pertença, de inclusão.

É, no entanto, fundamental compreender que o importante é desenvolver capacidades conjuntas imbuídas em configurações institucionais e alimentadas no interior de ambientes institucionais coerentes, que possibilitem a partilha de problemas para que possam ser colectivamente direccionados, mais que a própria camada institucional (HUDSON, 1999).

Numa abordagem mais inclusiva, interessa compreender o que trata a capacidade institucional. Institucional significa a inclusão de ambas as instituições, hard e soft e, simultaneamente, as relações recursivas entre estrutura e agência que constroem novas instituições e organizações; enquanto a capacidade se refere à característica individual ou de uma sociedade em procurar, aprender, experimentar, adaptar.

HEALEY et al (1999) refere-se à capacidade institucional como a rede de relações que define processos de aprendizagem colectiva e, desenho e implementação das políticas de desenvolvimento regionais que interligam as organizações governamentais, o sector privado e outros agentes relevantes que estejam envolvidos no processo da governança interactiva, ou acção colectiva.

Importa, ainda, referir que este conceito foi evoluindo, relacionando-se, inicialmente, apenas com o reforço individual das organizações através de melhorias na gestão e programas de formação e, posteriormente, passando a uma abordagem mais alargada, envolvendo diferentes instituições no seu conjunto e tendo por base, não só o conhecimento adquirido pelas instituições, mas o reforço do capital social, do empowerment, das relações entre instituições com base num sistema próprio de valores e na sua cultura institucional (SEGNESTAM et al, 2002).

Como mencionado anteriormente, o processo para aumentar a capacidade institucional de uma região implica mudanças organizacionais e institucionais que, muitas vezes, envolvem parcerias com outras regiões, construção de consensos e participação na definição de políticas, desbloqueando, assim, a inércia institucional.

Neste contexto, é importante mencionar que a consolidação desta capacidade institucional se encontra, directamente, relacionada com a qualidade das políticas e dos mecanismos de governo da Região. Na construção de processos de aprendizagem colectiva é de extrema importância um



processo de governança participado, que represente uma visão socialmente partilhada sobre o futuro das comunidades e que permita consensos mobilizadores que suportem o desenho e a implementação de políticas de desenvolvimento.

Certifica-se, assim, que o forte carácter social e territorial da Inovação permite relevar a importância do conceito de capacidade institucional, como ingrediente fundamental do desenvolvimento.

Segundo INNES et al (1994) a capacidade institucional resulta do desenvolvimento de três tipos de capital: capital institucional, capital social e capital político. Estas três dimensões podem ser consideradas como capital devido ao seu valor incorporado que pode aumentar de acordo com o uso. Ainda, de acordo com o mesmo autor, o capital intelectual assume a forma de factos e compreensões partilhadas e, fornece uma base comum para discussão, movendo os elementos para o acordo, em assuntos políticos. O capital social assume a forma de confiança, normas de comportamento e redes de comunicação e cria o potencial para discussões sérias entre apostadores conflituosos, enquanto o capital político é visto como as alianças e acordos em desígnios que forneçam benefícios mútuos, abrindo a possibilidade de estes serem implementados na área política.

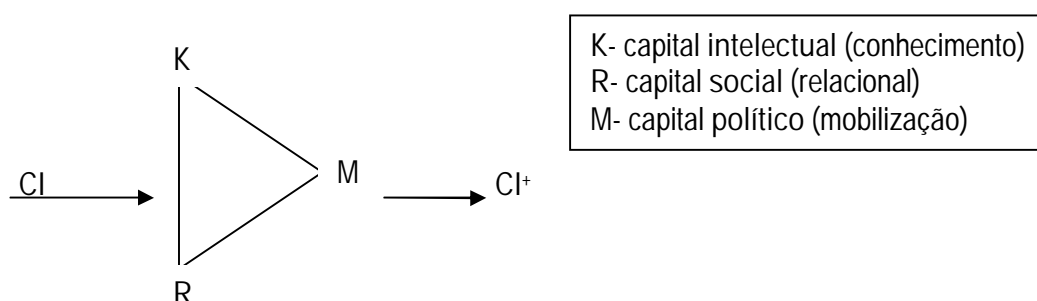


Figura 2.2\_ Factores que potenciam o aumento da capacidade institucional (HEALEY et al, 1999)

Seguidamente HEALEY et al (1999) criou a tipologia: recursos do conhecimento (K), recursos relacionais (R) e capacidade de mobilização (M), sendo que os dois primeiros originam o terceiro. Nesta conceptualização os recursos do conhecimento envolvem não apenas os conhecimentos produzidos através das discussões realizadas com o objectivo de se atingirem decisões consensuais, mas também os conhecimentos gerados em outros processos de

aprendizagem. Assim, os recursos do conhecimento definem, qualificam e trazem legitimidade às trajetórias de desenvolvimento partilhadas e fabricam a capacidade para a acção.

Os recursos relacionais baseados na confiança, em normas e em redes existem numa arquitectura social, evitando conflitos e defendendo interesses individuais e atraindo o conhecimento com o objectivo do desenvolvimento.

É dentro desta arquitectura social que os recursos sociais e os do conhecimento são mobilizados, habilitando os componentes do sistema regional a responder de forma flexível a novas circunstâncias (HEALEY, 1998). Esta capacidade mobilizadora envolve o poder distribuidor de influenciar, agir e fazer a diferença (HEALEY, 1999), ou similarmente, dar expressão concreta ao significado de governança associativa.

É difícil que um sistema regional de inovação, por si só, baseado numa abordagem rural, possa agrupar e envolver os recursos necessários para criar qualidades institucionais. Segundo MOULAERT e SEKIA (1999) seria necessário criar redes de suporte, envolver parceiros de outras comunidades, agentes de diferentes escalas espaciais ou níveis políticos, envolver organizações de diferentes níveis e instituições governamentais globais.

Em função destes factores e face à exposição a pressões externas podem ser apresentados três cenários alternativos, sendo que o primeiro equaciona um sistema regional de inovação que sofre de inércia institucional, preso numa situação de enclausuramento, o segundo refere-se a um sistema que não possui capacidade para registar as vantagens possíveis de obter das correntes de recursos derivados das pressões externas, originando um sistema fragmentado e, por fim, o terceiro cenário que evidencia um sistema regional de inovação que tende a atingir elevados níveis de potencial sistémico devido a estar dotado de capacidade interna para se empenhar nas trajetórias conduzidas pela reflexividade, que permitem criar um conjunto de condições infra-estruturais e super-estruturais favoráveis à inovação, através do uso de bens locais imbuídos de particularidades externas e grampeando fontes externas para estimular o sistema (NAUWELAERS e MORGAN, 1999).

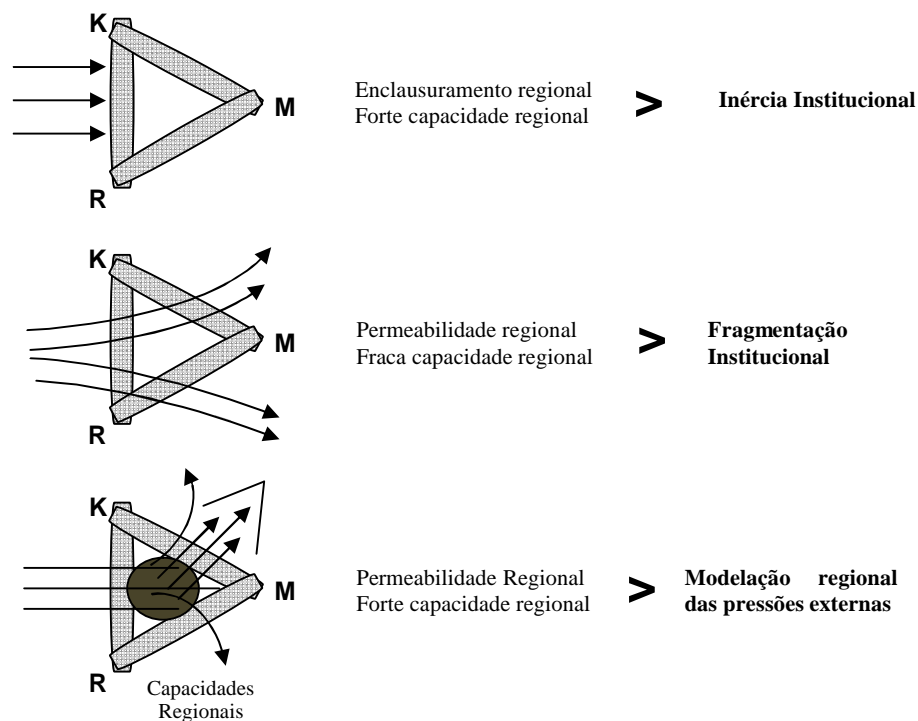


Figura 2.3\_ Pressões Externas e Capacidades Regionais Institucionais [K- capital intelectual (conhecimento); M – capital político (mobilização); R – capital social (relacional)] Fonte: Adaptado de HEALEY et al (1999a)

Seguindo a trajetória de pensamento de HEALEY et al (1999) pode referir-se que a capacidade institucional é criada pela forma como as forças externas, as tradições locais e as capacidades se enredam juntas na corrente da geração e disseminação de conhecimento, redes sociais e valores limite e, ainda, o modo como se deslocam em esforços pró-ativos para organizar, estrategicamente, para moldar e mudar as dinâmicas, nas quais indivíduos e organizações se encontram a si mesmas.

Esta representação do desenvolvimento regional da capacidade institucional enfatiza as complexas interações entre as forças direccionais estruturantes, internas e externas, e o trabalho activo da agência que modela o sistema (HEALEY et al, 1999). Esta representa a forma como a capacidade institucional se pode construir abrigoando os princípios estruturais do paradigma associacional.

Neste contexto, a capacidade institucional é compreendida como a combinação das necessidades locais (de recursos de conhecimento) e as parcerias/redes feitas por actores individuais (empresas, agências de desenvolvimento, centros tecnológicos, universidades) em

certos cenários institucionais e certos espaços, nos quais os processos de desenvolvimento se desenrolam em simultaneidade.

No caso da base institucional ser “fraca”, como sucede nas regiões mais desfavorecidas, as empresas dos sectores emergentes não adquirem assistência apropriada durante o seu crescimento e processo de internacionalização e os actores encontram maiores dificuldades em transformar conhecimento em novo conhecimento e inovações.

Assim, no sentido de promover a capacidade inovadora das regiões mais desfavorecidas, interessa que, em primeiro lugar, sejam corrigidas lacunas estruturais, como a fraca qualidade e quantidade de infra-estruturas tecnológicas, a escassez de serviços que promovam a disseminação de tecnologia, a fraca cooperação, os baixos níveis de formação e qualificação, a falta de qualidade da estrutura institucional de governança, e só depois realizados esforços para a concepção de meios que providenciem novas produções no sistema regional de inovação. Neste contexto, pode afirmar-se que uma elevada capacidade institucional permitirá uma melhor e maior articulação das necessidades das empresas com a oferta de conhecimento (disponível nas redes do sistema científico e tecnológico) facilitando o processo de inovação e a criação de parcerias, apropriadas às necessidades da economia regional.

## § Conclusão

Neste capítulo procurou compreender-se a relação entre os conceitos de confiança, capital social e desenvolvimento económico. Na definição de capital social destaca-se, desde logo, a existência de um sistema de valores (em especial a confiança e a reciprocidade), normas e instituições partilhadas e formas de interacção entre actores (redes ou outras) que, existindo em níveis elevados proporcionará um desenvolvimento económico.

Evidenciou-se a importância que este capital tem na prossecução de um desenvolvimento, dado que é essencial para que exista partilha e troca de conhecimento e, ainda, a influência dos níveis de confiança para que tais processos possam ocorrer.

Nesse contexto, procurou aferir-se da possibilidade da diversidade regional influenciar, ou não, os níveis de criação de capital social. Verificando-se a importância, não só do território da região mas, também, do “ambiente” existente e da interligação com o “exterior”, destacando a disponibilidade da região para o relacionamento com actores exteriores, nomeadamente em campos da ciência, investigação ou tecnologia. Isto, porque a capacidade de aprendizagem se relaciona

directamente com a densidade e qualidade das redes criadas na Região, abrangendo a cooperação entre empresas ou entre agentes públicos e privados e o próprio quadro institucional onde estas relações ocorrem, relacionando-se, desse modo, com o capital social.

Adicionalmente, fez-se referência à envolvimento das instituições, suas dimensões, suas diferenças e seus papéis para a interacção humana, essencial à construção da capacidade institucional.

A dimensão estratégica da construção da capacidade institucional é, também introduzida, referindo-se a um processo de governação que envolve e sustenta redes de relações e, em simultâneo, renova formas de pensar e actuar. Esta resulta da combinação entre recursos relacionais e conhecimento e a capacidade de mobilizar agentes para a acção colectiva.

Neste sentido, as instituições são forçadas a criar capacidade de resposta às forças da inércia, mais especificamente, a desenvolver capacidade de recuperação e adaptação de forma a obrigar à mudança institucional e organizacional. É neste processo que as regiões mais desfavorecidas enfrentam maiores dificuldades pois tendem a apresentar uma carência de massa crítica social, inviabilizando esta mudança.

A organização para a Co-operação e desenvolvimento económico reconhece as pressões exercidas pelas forças globalizantes e as mudanças que operaram na economia, confirmando a necessidade de uma mudança nas políticas europeias regionais. A questão é como direccionar as acções para fazer eclodir esta mudança, questão que o próximo capítulo procura esclarecer, enfatizando os territórios rurais.

## § INTRODUÇÃO

No capítulo anterior argumentou-se a necessidade dos territórios serem mais dinâmicos na construção de uma dimensão social activa e participativa, condição essencial ao desenvolvimento económico. Confrontou-se esta exigência com o facto de existirem territórios cujo ambiente é caracterizado por uma conjugação de debilidades estruturais que condicionam fortemente a resposta a esta necessidade, concluindo que estas regiões (mais desfavorecidas) enfrentam desafios que implicam novas formas de organização e cooperação institucional.

Tendo em conta o quadro do capítulo 2, importa perceber quais as suas consequências para o mundo rural. Analisando as políticas europeias, pode afirmar-se que a estratégia de redistribuição financeira e as políticas relacionadas com a agricultura se revelaram insuficientes<sup>1</sup> nessa tarefa, o que suscitou a necessidade de se considerarem outros factores como a diversidade das regiões rurais. Estas são regiões que apresentam problemas como a migração, população com poucas habilitações, baixa produtividade, reflectindo uma massa crítica reduzida. Devendo-se, essencialmente, às dificuldades que estas regiões têm em estabelecer a massa crítica necessária às facilidades, serviços produtivos e infra-estruturas de suporte a negócios existentes, a economia não gera oportunidades de emprego, forçando assim, a população mais jovem a sair para outras regiões.

Reconhece-se a necessidade de promover um desenvolvimento rural integrado que crie uma abordagem menos defensiva e que aposte numa coordenação forte entre os vários sectores, níveis de governação e agentes, quer públicos ou privados.

Este capítulo tem por objectivo apresentar os factores que influenciaram o novo paradigma rural, a sua relação com os novos desafios impostos pela sociedade do conhecimento e sua repercussão nas linhas orientadoras das políticas públicas, com particular ênfase no nível nacional.

---

<sup>1</sup> A União Europeia definiu uma política agrícola comum para os Estados-membros nos meados dos anos 50 (período marcado pela devastação proveniente dos anos de guerra) com o intuito de incentivar o aumento da produtividade agrícola e, em simultâneo, assegurar a viabilidade do sector agrícola. No entanto, em meados dos anos 80, já a União Europeia se debatia com os permanentes excedentes dos produtos agrícolas, que se reflectiriam em distorções graves em alguns mercados mundiais, vendo-se forçada a reformar alguns dos seus princípios orientadores. Esta mudança ocorreu no início dos anos 90 e teve por fio condutor a promoção da competitividade da agricultura europeia, que posteriormente, foi complementada com um novo elemento: a política de desenvolvimento rural. Esta política encorajava diversas iniciativas rurais e auxiliava agricultores a reestruturarem as suas empresas e actividades, para além de orientar para uma melhoria da comercialização dos seus produtos agrícolas.

Este é baseado nos documentos produzidos pela OCDE e pelos programas definidos pelo governo português de apoio às regiões desfavorecidas.

O capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Primeiro, identifica o estado actual das regiões rurais;
- Segundo, apresenta as novas abordagens à política rural;
- Terceiro, descreve as estratégias governativas de suporte a esta política rural;
- Quarto, expõe o caso de Seinäjoki como referência no âmbito do novo paradigma rural;
- Quinto, apresenta as políticas nacionais direccionadas para o mundo rural;
- Sexto, desenvolve uma breve análise às mudanças operadas nas políticas rurais e desafios impostos às regiões desfavorecidas, como o Pinhal Interior Norte.

#### § O NOVO PARADIGMA DA POLÍTICA RURAL

As regiões predominantemente rurais abrangem cerca de 75% do território da União Europeia e, apesar dos fenómenos de migração para as cidades, quase ¼ da população dos países da OCDE vive em regiões rurais (OCDE, 2000). No entanto, e apesar de a agricultura e a silvicultura terem um papel importante na modelação das paisagens rurais, o seu peso na economia é baixo e tem tendência a decrescer. A sua produtividade baixou consideravelmente, evidenciando uma diminuição do emprego neste sector (menos de 10% da força de trabalho rural está empregue na agricultura).

Segundo a OCDE, neste contexto, torna-se indispensável implementar uma política de desenvolvimento rural eficaz, devido a três razões principais:

1º As áreas rurais enfrentam desafios significativos que, ao não serem respondidos, vão deteriorando a coesão no interior dos países;

2º As áreas rurais possuem um enorme potencial económico não utilizado, que se devidamente explorado poderia contribuir para o bem-estar dos cidadãos e para uma abrangência do desenvolvimento nacional;

3º Nem a política sectorial, nem as forças de mercado estão aptas a lidar com a heterogeneidade dos desafios e potencialidades das regiões rurais e estar à altura das externalidades positivas e negativas por estas criadas, externalidades como a proximidade física,

partilha de conhecimento, mão-de-obra especializada ou, deterioração da paisagem, ambiente intangível e unidimensionalidade do mercado.

As regiões rurais enfrentam inúmeros desafios que contribuem para enfraquecer a sua performance económica: migração para o exterior e envelhecimento da população, baixos níveis de escolaridade, baixos níveis de produtividade laboral e, em geral, baixos níveis de serviços públicos. São estas características que se traduzem num impacto negativo no dinamismo empreendedor, na criação de emprego, na criação de acessibilidades, qualidade da educação e outros recursos públicos. É a dificuldade em reproduzir os mesmos níveis de serviços das regiões urbanas nas regiões rurais que explica os movimentos migratórios da população e actividades económicas fora destas regiões.

Como resposta ao declínio, e beneficiando das dinâmicas de globalização<sup>2</sup>, um elevado número de regiões rurais passou a valorizar outros factores, como um ambiente limpo, paisagens atractivas ou, ainda, heranças culturais como a gastronomia, aumentando o seu valor e possibilitando a actores externos outros investimentos.<sup>3</sup> Contudo, esta propensão para as áreas rurais tem que ver, não só, com a elevada procura por parte dos habitantes urbanos mas, também, com a capacidade local para co-ordenar actores económicos severos a promoverem e oferecerem os bens locais colectivos; constata-se, no entanto, que esta tendência de crescimento se concentra nas áreas rurais mais acessíveis.

Os políticos e legisladores encontram-se perante uma paisagem rural muito heterogénea, com desenvolvimentos notórios em diversas regiões; interessa, no entanto, compreender como é que umas regiões se adaptam melhor que outras a estas mudanças, sendo o grande desafio transformar a moldura política para as regiões rurais em políticas e programas adaptados às diferentes trajectórias de desenvolvimento económico.

Reconhece-se que estas políticas devem ser assentes no potencial das regiões, no conhecimento local e nas suas capacidades. Para ajudar à compreensão das particularidades de cada região, no sentido de se criarem políticas adequadas às realidades rurais, a OCDE definiu quatro tipologias rurais: regiões rurais remotas e dinâmicas, regiões rurais remotas desfavorecidas, regiões dinâmicas intermédias e regiões intermédias desfavorecidas. Propôs, ainda, outra tipologia

---

<sup>2</sup> A globalização permitiu um aumento e uma melhoria das acessibilidades, promoveu novos padrões de migração e proporcionou novas oportunidades de desenvolvimento.

<sup>3</sup> Este aumento do valor da região foi, apenas possível, devido à melhoria dos elos de ligação que a tornaram numa região de investimentos viáveis.



que ilustra a complexidade e a heterogeneidade das áreas rurais situadas em áreas montanhosas. Estas tipologias oferecem exemplos extremos do variado leque de potencialidades e desafios que estas regiões apresentam. Os diversos desafios e potencial económico destas regiões, independentemente da sua tipologia, enfatizam a necessidade de uma abordagem política diferente, evidenciando a necessidade de uma política centrada no dimensionamento de novas oportunidades, ao invés de programas que comprovam o declínio da agricultura e o seu potencial limitado.

No passado, o sector da agricultura era o cerne das políticas rurais, representando a principal fonte de rendimento, predominantemente rural (emprego e produtos). Com os desafios actuais do mundo rural, verificou-se a sua limitação, quer em termos de produção quer em termos de criação de postos de trabalho.<sup>4</sup> Mas, a agricultura continua a exercer uma influência significativa na economia das regiões rurais, produzindo bens locais e fornecendo produtos para processamento local ou manufacturação, para além, do fornecimento de bens públicos como as paisagens rurais e, em interacção com outros sectores, o potenciar de actividades económicas como o turismo e as actividades lúdicas. A agricultura mantém, ainda, o seu potencial competitivo face a outros usos do solo, podendo competir com trabalho habilitado e com investimento de capital, desde que inserida em estratégias de desenvolvimento adequadas.

Contra todo este passado existe a preocupação da efectividade destas políticas agrícolas como componente predominante das políticas públicas rurais.<sup>5</sup> Neste sentido, foram efectuadas pesquisas, em alguns países, no sentido de certificar o contributo destas para o desenvolvimento das regiões rurais, constatando-se que os subsídios não estão centrados nas regiões mais desfavorecidas.<sup>6</sup> Os subsídios, apesar de acarretarem enormes recursos para as regiões rurais, não foram concebidos para promover convergência ou provocar o desenvolvimento. A principal razão deste facto ocorrer resulta da centralidade atribuída a um pequeno segmento da população rural, ao invés dos espaços rurais.

---

<sup>4</sup> A força de trabalho na agricultura tem vindo a decrescer, representando nos países da OCDE apenas 2,5% da força de trabalho. (dados referentes ao período de tempo entre os anos de 1983 e 2003)

Na União Europeia dos 25 enquanto 96% do uso do solo é na agricultura (incluindo floresta) só 13% do emprego é na agricultura, produzindo apenas 6% do valor acrescentado nas regiões rurais (OCDE, 2005).

<sup>5</sup> Existe uma preocupação com a efectividade da política agrícola, sobretudo sobre a ênfase nos agricultores ao invés dos espaços locais: a habilidade das políticas agrícolas para influenciar o bem-estar, transversalmente, da população não-agrícola, deve ser relativamente limitada, mas não insignificante.

<sup>6</sup> Um estudo efectuado pela Rede de Observação do Planeamento Espacial Europeu (ESPON) constatou que apenas 45% dos apoios referentes ao Pilar I (Apoio ao Mercado) iam para regiões predominantemente rurais e que, apenas 27% para regiões predominantemente rurais desfavorecidas.

A heterogeneidade dos desafios que as regiões rurais enfrentam e os recursos de que estas dispõem para os confrontar, sugere a necessidade de uma abordagem política diferente, devendo esta estar mais focalizada na definição de novas oportunidades e na adaptação de estratégias, estratégias essas que envolvam diferentes oportunidades de desenvolvimento e que, em muitas ocasiões, envolvem vários recursos endógenos e a exploração do próprio património local.

Mas, são vários os factores que, segundo a OCDE, se encontram a influenciar a política rural. Destacam-se três:

- 1º A maior atenção nas amenidades<sup>7</sup> (quer estas sejam naturais ou culturais);
- 2º O reconhecimento dos limites da política agrícola, e
- 3º A descentralização e novas tendências na política regional.

O primeiro factor procura enfatizar a importância que as políticas rurais têm na gestão dos solos e a necessidade de estas integrarem assuntos de ordem ambiental e desenvolvimento económico, isto porque a gestão dos recursos naturais é do interesse de todos dada a repercussão que uma falha pode ter nos restantes recursos.<sup>8</sup> Existem, ainda outras amenidades históricas ou recreativas, como sítios arqueológicos ou estâncias de ski, que podem ser relevantes para o desenvolvimento económico de uma região.

Já no que refere ao segundo factor, este refere-se aos obstáculos que algumas políticas enfrentam face ao comércio internacional<sup>9</sup> e, ainda, às pressões internas ao orçamento da UE devido aos subsídios à agricultura (estes têm vindo a ser discutidos devido ao impacto nas finanças públicas).<sup>10</sup>

Por fim, o factor que menciona a descentralização e as tendências na política regional refere-se à fase de mudança paradigmática destas políticas, que se movem de uma posição “top down” (estratégia baseada em subsídios para diminuição das disparidades regionais) para um conjunto alargado de políticas concebidas para melhorar a competitividade regional.

---

<sup>7</sup> Segundo a OCDE (1999), as amenidades rurais são “uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais.” Referindo, ainda, que “as amenidades distinguem-se das características mais vulgares do campo, porque se lhes reconhece valor específico hedónico, social e económico.”

<sup>8</sup> Certas amenidades, para além de terem valor para o consumidor local, têm valor para a comunidade em geral. Daí que algumas políticas enfatizem a necessidade de valorizar o enorme conjunto de recursos das áreas rurais e a necessidade de contabilizar as externalidades por estas produzidas.

<sup>9</sup> A Organização Mundial do Comércio questiona, fortemente, a natureza distorcida dos pagamentos associados à política agrícola e mostra que os progressos atingidos com os subsídios agrícolas são reduzidos.

<sup>10</sup> Estas pressões devem-se ao processo de alargamento, levantando a questão de como sustentar financeiramente um sistema cujo custo aumenta com a entrada de novos membros.

Com base nestes factores é desenvolvida uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, com objectivos, instrumentos e actores distintos.

	Antiga Abordagem	Nova Abordagem
Objectivos	Compensação, salários agrícolas, competitividade agrícola	Competitividade das áreas rurais, valorização de bens locais, exploração de recursos inutilizados
Sector chave	Agricultura	Vários sectores da economia rural
Principais Ferramentas	Subsídios	Investimentos
Actores chave	Governo nacional, agricultores	Todos os níveis de governo e vários investidores locais

Quadro 3.1\_ O novo paradigma rural

Fonte: OECD (2006)

A mudança de uma política assente num sector base para uma abordagem integrada do desenvolvimento rural reflecte uma maior atenção em quatro áreas políticas críticas: o desenvolvimento de infra-estruturas e tecnologias da informação e comunicação nas áreas rurais, a provisão de serviços públicos, a valorização das amenidades rurais (naturais e culturais) e a promoção empresarial e rural.

Um dos investimentos chave para o desenvolvimento rural são as infra-estruturas e as TIC's. As acessibilidades físicas são objectivos chave por razões de equidade e eficiência, pois a combinação do isolamento com a falta de infra-estruturas produz impactos à capacidade de fornecer serviços públicos essenciais como a educação e serviços de saúde, para que as empresas e os investimentos possam proliferar. Também as infra-estruturas das TIC's, segundo a OCDE, fornecem aos residentes rurais, acessos mais baratos e mais rápidos a empregos e a serviços públicos.<sup>11</sup>

Outra preocupação da OCDE prende-se com a distribuição dos serviços públicos (como os serviços de saúde e educação) nas áreas rurais, pois nestas áreas estes são, ainda, considerados direitos inatingíveis quando deveriam ser direitos básicos de qualquer região. Com o intuito de se ultrapassarem estas lacunas, a OCDE, desenvolveu esforços no sentido de implementar postos

<sup>11</sup> A banda larga é uma vantagem comparativa, capaz de atrair e reter investimentos e maximizar a eficiência dos serviços públicos. É ainda, segundo a Comissão Europeia, um serviço local essencial, para além de um desbloqueador para o desenvolvimento económico das áreas rurais.

públicos e/ou privados de serviços, centros multi-serviços ou ainda pontos de serviços móveis. E, para além desta estratégia, criar condições para que as populações consigam chegar, efectivamente, a estes serviços.<sup>12</sup>

Ainda, como área política crítica a explicar numa abordagem integrada do desenvolvimento rural surge a questão das amenidades culturais e naturais e o seu uso. As amenidades contribuem de forma natural para a atractividade de uma região, para além de providenciarem genuinidade a diversas actividades económicas, desde o turismo, indústria de entretenimento até aos produtos endógenos locais e alimentos típicos. De forma integrada o desenvolvimento económico e a preservação das amenidades poderiam funcionar de forma interdependente e atrair, assim, novos mercados emergentes. Mas, para que tal suceda é necessário que as políticas interliguem as actividades comerciais com as amenidades, suportando a criação de empresas e o seu crescimento nas regiões rurais.

No entanto, as amenidades têm características especiais relacionadas com a produção e o consumo. Necessitam de incentivos financeiros para estarem sempre disponíveis, a um custo razoável, ao consumidor, sendo para tal necessários dois tipos de políticas: políticas para estimularem a co-ordenação entre oferta e procura (políticas que melhoram o valor comercial ou políticas que promovem a acção colectiva) e instrumentos que providenciem incentivos regulatórios ou financeiros ou, ainda, desincentivos para agir num percurso específico (autoridades que controlem a oferta de amenidades) (OCDE, 2006).

Para além deste factor, relacionado com o mercado, existe, ainda, a classificação das amenidades e correspondente envolvimento ou não de externalidades, factor que interfere na sua valorização. Assim, as amenidades podem ser classificadas, consoante as suas características, de bem público ou privado, sendo que é esta classificação que intervém na sua valorização.

Igualmente, no contexto das áreas políticas a abordar, surge o desenvolvimento dos negócios rurais, os quais enfrentam as maiores barreiras de desenvolvimento em comparação com

---

<sup>12</sup> Estas condições podem referir-se a programas políticos, combinações de recursos entre municípios (através da colaboração inter-municipal) ou a parcerias público-privadas (mobilizando novos recursos para serviços e infra-estruturas nas áreas rurais). Esta última solução, parcerias público-privadas, procura identificar e eliminar o risco, partilhar responsabilidades e aceder a recursos que, de outro modo, não seriam disponibilizados nestas áreas. Na criação deste tipo de parcerias é fundamental a existência de uma moldura política que suporte e encoraje à adopção deste tipo de acordos. Nesta moldura política teriam de estar incluídas políticas que englobassem: instrução e construção de capacidade governativa local, financiamento dos custos de fiabilidade das parcerias, uma função de abertura e respeito pelas comunidades e auxílio à procura de potenciais comunidades para parcerias, apoio financeiro dos níveis governativos, legislação de auxílio à implementação destas parcerias e, ainda, informação disponível relativa aos acordos das parcerias público-privadas e disponibilização de alguns níveis de assistência técnica nos procedimentos de formação das parcerias.

as empresas de outras regiões. As empresas nas áreas rurais enfrentam problemas relacionados com as distâncias elevadas para os mercados (custos associados), problemas relacionadas com o acesso a serviços especializados e a fornecedores, acesso limitado à informação (áreas rurais com uma densidade populacional baixa enfrentam custos de informação mais elevados) e, ainda, diferenças de financiamento. Nas áreas rurais os recursos utilizados na criação ou expansão de uma empresa são, normalmente, ou do dono ou dos membros da família ou, ainda, de amigos próximos, dado que o mercado de crédito, para as pequenas empresas, nem sempre funciona, ou por falhas no mercado ou devido ao preço comparativamente com a dimensão do investimento.

Acordando com um novo rumo para a política rural, a Presidência no Conselho Europeu de Gotemburgo (em 2001) mencionou: “Um sólido desempenho económico tem de ser acompanhado de uma utilização sustentável dos recursos naturais e de níveis sustentáveis de produção de resíduos, mantendo a biodiversidade, preservando os ecossistemas e evitando a desertificação. Para responder a estes desafios, o Conselho Europeu decide que a Política Agrícola Comum e a sua evolução futura deverão incluir, entre os seus objectivos, o de contribuir para alcançar um desenvolvimento sustentável, pondo maior ênfase em produtos saudáveis de elevada qualidade, em métodos de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental incluindo a produção biológica, as matérias-primas renováveis e a protecção da biodiversidade.”

Com o intuito de adoptarem estas novas indicações (política rural de forma integrada) vários países dentro da OCDE desenvolveram políticas experimentais distintas, que permitiram obter resultados relevantes para uma nova abordagem.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> O Canadá desenvolveu um processo “Thinking Rural” que veio no seguimento das orientações da política rural implementada. Com este trabalho foi criada a Secretaria Rural dentro do Ministério da Agricultura para administrar a política rural e foi, ainda, criada a Secretaria de Estado dos Assuntos Rurais, responsável por orientar e liderar as Parcerias Rurais. Neste sentido foram analisadas e identificadas as prioridades rurais específicas para as regiões rurais do Canadá e, foram, ainda, ouvidas as populações dessas regiões, através de consultas - Diálogos Rurais – para que estas divulgassem as suas visões acerca das prioridades e assuntos rurais. Para além deste trabalho, o programa auxilia, ainda, à construção da capacidade local ajudando a criar confiança no interior das comunidades locais. Já a Finlândia desenvolve programas políticos rurais desde os anos 90, sendo sua prioridade a chamada de atenção para as necessidades específicas das áreas rurais e a integração dessas necessidades nos assuntos do governo central dentro dos vários sectores. A política rural na Finlândia aborda ambas as perspectivas, geral e específica, a geral aplica-se a todas as acções das diferentes administrações que se repercutem no desenvolvimento das áreas rurais enquanto a específica se refere às iniciativas que se direccionam especificamente para as regiões rurais. Estes programas apresentam sempre uma componente avaliadora e um fundo de pesquisa para futuros trabalhos académicos.

No que refere ao caso da Holanda, esta apresenta uma realidade rural diferente, pois as suas áreas rurais estão, por norma, sob influência urbana. No entanto a sua abordagem política pretendeu evidenciar a importância do “campo” na definição de algumas funções essenciais para o cidadão, funções como: oportunidades de emprego, espaço para viver, paisagens para actividades recreativas ou ainda a biodiversidade selvagem e a água. Neste sentido, o governo holandês definiu algumas soluções inovadoras, articulando funções recreativas com a agricultura ou o desenvolvimento da natureza com a gestão da água, assim, foi criado um fundo nacional de medidas que serviu de base para acordos-

Tendo presente esta perspectiva de uma política rural que envolva a competitividade das áreas rurais, a valorização dos bens locais e a exploração de recursos não-utilizados, a Comissão Europeia definiu a Iniciativa Comunitária LEADER, mais conhecida por programa europeu de desenvolvimento rural.

Esta iniciativa operava segundo duas abordagens: uma redistributiva, entendendo o programa como uma compensação parcial (diferentes territórios rurais podem superar desvantagens estruturais) e uma outra abordagem mais pró-activa, insistindo nos aspectos mais inovadores do método LEADER, procurando alcançar uma maior agilidade na mobilização de certos actores (os que elaboram e aplicam a estratégia de desenvolvimento em cada território).

Também, fora da abrangência geográfica da OCDE foram implementadas políticas rurais integradas, estando estas a introduzir novas formas de rentabilizar as áreas rurais.<sup>14</sup> Todas estas estratégias procuraram responder aos desafios impostos pela nova abordagem à política rural, uma abordagem que pretende introduzir uma cultura de co-operação ao longo dos vários sectores e níveis de governo e difundir o valor da diversidade rural e suas oportunidades.

Foi também essencial a reforma à PAC efectuada em 2003/2004, na qual se abandonou o registo de ajudas directas aos agricultores e se incutiu um espírito de competitividade, um dinamismo económico no sentido de se aproveitarem as oportunidades de mercado e se contribuiu para uma sustentabilidade ambiental (reduzindo os incentivos de produção). Esta reforma fortaleceu a nova abordagem ao desenvolvimento rural com a transferência dos recursos, antes disponibilizados para as ajudas directas, para medidas de desenvolvimento rural como a competitividade, a gestão do solo e a economia rural.

Estas alterações contribuíram, ainda, terminantemente para se firmarem as conclusões da Estratégia de Lisboa, em Tessalónica em Junho de 2003, referentes à articulação da utilização sustentável dos recursos naturais com um desempenho económico sólido.

---

alvo a estabelecer com as autoridades regionais, deixando uma maior liberdade e flexibilidade para planos sustentáveis e integrados baseados na combinação de prioridade regionais e nacionais.

O caso do Reino Unido é também distinto, pois estes utilizaram as políticas rurais como veículos para identificar oportunidades, bloqueios, diferenças e possíveis sinergias na distribuição de serviços locais e identificar formas de as agarrar ou maximizar. Uma das iniciativas desenvolvidas foram as Parcerias Estratégicas Locais que serviram para promover a governança assente no rural (método de co-ordenação de todos os serviços públicos numa localidade com as necessidades e aspirações da população através da ligação das diferentes agências governativas com elas próprias e envolvendo o máximo de partes relevantes possível).

<sup>14</sup> Países como a América Latina, Costa Rica, Brasil, Argentina, Indonésia, Norte de África, Índia ou Equador encontram-se a desenvolver programas de desenvolvimento rurais que apontam numa mudança para uma abordagem mais extensa da economia rural.

A nova Política Agrícola Comum (PAC) revelou-se fundamental no processo de reconhecimento do desenvolvimento rural como instrumento-chave para a reestruturação do sector agrícola e incentivo à diversificação e inovação nas zonas rurais<sup>15</sup>. Para além de se afirmar como essencial ao processo de desenvolvimento de uma economia mais flexível, em consonância com a Estratégia de Lisboa.

A Comissão Europeia, durante a avaliação intercalar em Fevereiro de 2005, decidiu relançar a Estratégia de Lisboa (definindo linhas directrizes comuns para enquadrar a definição dos programas nacionais de reforma a nível de cada Estado-Membro), com o intuito de responder às necessidades de um maior crescimento económico, criação de emprego e maior competitividade nos mercados mundiais.

Assim, e com o intuito de reflectir as conclusões da Conferência de Salzburgo sobre o desenvolvimento rural e as orientações estratégicas dos Conselhos Europeus de Lisboa e Gotemburgo (que destacam os princípios económicos, ambientais e sociais da sustentabilidade) foram definidas as orientações estratégicas europeias e um fundo de apoio, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Para o período de 2007-2013 a política de desenvolvimento rural europeia centra-se em três campos de acção: aumentar a competitividade do sector agrícola (apoio à reestruturação); valorizar o ambiente e o espaço rural, através do apoio ao ordenamento do território (acções de desenvolvimento rural relacionadas com a rede Natura 2000) e promover a qualidade de vida nas zonas rurais e a promoção e diversificação das actividades económicas. Para além da reprodução do "Eixo Leader" que irá continuar a ser consolidado ao nível da união Europeia com o objectivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local (Comissão Europeia, Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; 2006).

No entanto, e como referido anteriormente, é necessário que o poder político assista estas mudanças, interessando compreender quais as transformações necessárias no modo como estas políticas são concebidas e implementadas.

---

<sup>15</sup> De acordo com a comissária europeia Mariann Fischer Boel (responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural) "A reforma da PAC representa um contributo importante para a Estratégia de Lisboa. (...) Devemos proporcionar o ambiente rural que a Europa deseja. (...) Devemos agora transformar o desenvolvimento rural num elemento central do processo de Lisboa. Isso significa investir no futuro, criando novas possibilidades de emprego e de diversificação rural. (...)"

Neste sentido, o grande desafio desta nova abordagem ao desenvolvimento rural coloca-se ao nível do poder político, não só ao nível local e central mas, também, ao longo dos vários níveis governativos, que devem actuar para que a sua acção política envolva uma abordagem integrada. Revelam-se, ainda, essenciais a cooperação e a colaboração para que todos os envolvidos actuem com vista a um mesmo objectivo: o desenvolvimento rural.<sup>16</sup> (OECD; 2006)

O governo central tem de fomentar o crescimento de um ambiente apropriado ao desenvolvimento de uma política rural de cooperação entre os vários níveis de governança. Assim, este deve promover o desenvolvimento assente no nível local e adaptar e ajustar os mecanismos de co-ordenação como a aprendizagem e a experiência adquiridos ao longo do percurso e, em simultâneo, necessita co-ordenar, com o intuito de encorajar os vários sistemas institucionais e de gestão a formularem, trabalharem e implementarem, em conjunto, uma política rural.

Neste contexto, várias são as opções de governança, co-orientada horizontalmente, como uma unidade especial que possua jurisdição directa a um elemento de topo do governo ou parlamento, como um ministério integrado que assegure os assuntos importantes das regiões rurais, como a comprovação política ou, ainda, como a co-ordenação inter-ministérios através de grupos de trabalho. No entanto, é a governança ao nível local que mais importância tem sobre a política rural, isto devido às tendências actuais da descentralização e atribuição de novas responsabilidades aos níveis sub-nacionais (OECD; 2006).

Este foco às políticas locais veio reforçar a importância do papel das autoridades locais na implementação destas políticas. Ao longo do tempo, os países da OCDE foram devolvendo e descentralizando as suas responsabilidades políticas e recursos para os níveis governativos sub-nacionais, isto devido à convicção que estas transferências produziriam uma maior eficiência, no que refere à gestão pública, e criariam melhores condições para o desenvolvimento económico. Porém, estas transferências reflectem, também, as novas expectativas dos cidadãos e da sociedade civil em participar, de forma mais próxima, nos processos democráticos de decisão.

As motivações que promoveram esta tendência, segundo BRYDEN (2005), foram: transparência (desejo de um maior envolvimento democrático ao nível local), subsídios (a noção de que as actividades públicas devem ser levadas a cabo pelos níveis mais baixos do governo), competitividade (maior acesso e uso do conhecimento e dos meios para acelerar o desenvolvimento

---

<sup>16</sup> Devido às dificuldades sentidas pelos governos centrais em superar a abordagem sectorial a favor de uma política integrada, torna-se essencial o desenvolver de um esforço político para que se consigam superar as tendências sectoriais e se possam esclarecer os papéis e responsabilidades dos diferentes ministérios e agências.



económico), heterogeneidade (adaptação das políticas às circunstâncias locais) e, ainda, poupanças de custo (economias de escala de unidades maiores).

De todas estas motivações, a competitividade assume um maior destaque devido à importância do conhecimento no processo de desenvolvimento económico. A área do conhecimento poderá ser explorada pelo governo central, quando este planear políticas poderá encorajar à transparência na revelação das preferências e custos na face assimétrica da informação dos actores locais numa governança multi-nível e, simultaneamente, alertar para os riscos da partilha insuficiente de conhecimento ou, ainda, da incapacidade para explorar apropriadamente a informação cedida pelo governo central.

As novas abordagens ao desenvolvimento rural, utilizadas em vários países, envolvem associações voluntárias de governos locais, grupos de cidadãos e a participação da comunidade. Estas novas políticas rurais encontram-se a refazer fronteiras e a envolver novos actores na política rural,<sup>17</sup> sendo que é a interacção entre estes actores (públicos e privados) que permite validar o projecto dentro da área-alvo pré-estabelecida.

Neste contexto, a estratégia de desenvolvimento rural é desenvolvida em torno de uma visão partilhada do território e de um conjunto de objectivos comuns, resultantes de um processo complexo, no qual diferentes e conflituosas visões da melhor e mais apropriada estratégia para todo o território convergem (OCDE, 2006).

No entanto, estas interacções em forma de parcerias nem sempre são eficazes, dependendo da flexibilidade dos programas, dos objectivos definidos e sua relação com as necessidades locais, do nível de compromisso dos actores envolvidos e, também, da complexidade e rigidez das políticas nacionais que têm impacto no desenvolvimento rural. Ainda, a falta de autonomia dos governos locais e agências, não só da autonomia fiscal como também da autonomia de poderes para que se possa deliberar sobre as políticas transferidas e sobre os processos e resultados a atingir, são um problema a resolver para que se desenvolva uma política rural eficiente.

---

<sup>17</sup> As áreas rurais da OCDE sofrem de problemas que derivam da sua baixa densidade populacional, tornando difícil a provisão de bens públicos e a exploração do seu potencial económico, assim, como as fronteiras administrativas não coincidem, necessariamente, com as áreas economicamente relevantes, os municípios decidiram co-operar entre si com o objectivo de desempenharem um papel mais efectivo no desenvolvimento económico local, através da troca e partilha de informação, responsabilidades e alguns investimentos e programas e, lidando com as externalidades territoriais. Os tipos de co-ordenação vão desde áreas de cooperação, associações de municípios ou até autoridades inter-municipais cooperativas. Existem, ainda, em alguns casos, parcerias em conjunto com actores do sector público e privado com o intuito de trazerem novos actores para a área do desenvolvimento endógeno rural. Estas parcerias procuram responder a questões complexas, construir consensos, partilhar recursos, melhorar a co-ordenação, atingir sinergias, estimular um maior envolvimento da comunidade, fortalecer a identidade local ou encontrar soluções inovadoras para problemas comuns.

Logo, este novo paradigma da política rural assente na implementação de uma visão estratégica que reflecta as potencialidades dos territórios rurais e defina novas oportunidades de desenvolvimento baseadas na exploração dos recursos endógenos exige o desenvolvimento de uma cultura de co-operação entre os vários sectores e níveis de governo, sendo este o principal desafio imposto.

#### § O caso de Seinäjoki como referência regional

Como exemplo de inversão das tendências de declínio do mundo rural, no âmbito do novo paradigma rural, pode referir-se o caso da região finlandesa de South Ostrobothnia. Esta região de características rurais conseguiu superar as suas limitações e acompanhar o crescimento de uma sociedade económica finlandesa assente no conhecimento e na inovação, concebendo um ambiente inovador assente na concepção de novos modelos organizacionais, nova cultura tecnológica e acesso à tecnologia e ao conhecimento.

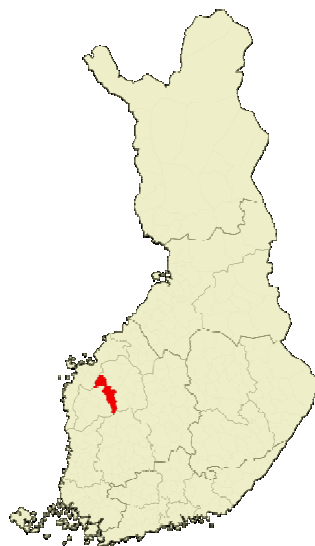


Figura 3.1\_ Posição de Seinäjoki no mapa da Finlândia

Fonte: Seinäjoki.sijainti.suomi.2009.svg

South Ostrobothnia apresentava como principais forças o espírito tradicional empresarial (associado a um número reduzido de pequenas e médias empresas), a indústria alimentar, a transformação de madeira, a metalurgia e um forte “capital social” traduzido na identidade regional e na herança cultural e, como principais fragilidades, a resistência à mudança, a baixa cooperação em

rede, o predomínio da produção primária, o baixo nível de processamento de bens e o baixo volume de exportações. Ainda, apresentava baixos níveis educacionais e de pesquisa, características de evasão de recursos qualificados e cortes nos recursos para a educação e investigação, sendo que, em comparação com outras regiões da Europa, era uma região claramente desfavorecida, apresentando um PIB/per capita de 72.3% face à média da União Europeia. O investimento em inovação e pesquisa, no total e em ambas as instituições e empresas públicas, era dos mais baixos da Finlândia (0.5%) tal como o número de patentes (1,1% das patentes de todo o país, em 2001).

Neste contexto socioeconómico, Seinäjoki como cidade núcleo de um aglomerado de empresas assentes em base tecnológica, como a automação e a produção electrónica, apresentava mais-valias como a mão-de-obra qualificada e o facto de se encontrar já inserida no mercado global. Contudo, estas empresas necessitam de um ambiente inovador e de um conjunto de capacidades inovadoras para que perdurem, condição difícil de satisfazer uma vez que as estruturas de suporte à inovação e a cultura de inovação são fracas, o que em conjunto com a pouca visão estratégica das empresas evidenciava uma região pouco preparada para enfrentar os desafios da economia do conhecimento.

Durante os anos 90, esta região da zona ocidental da Finlândia, enfrentava o receio de ser afastada do processo de desenvolvimento orientado para a tecnologia e inovação e, consequentemente, transformar-se numa bolsa periférica dentro de uma sociedade económica finlandesa baseada no conhecimento e na inovação.

Com o objectivo de combater este problema, a cidade de Seinäjoki procurou construir uma capacidade institucional forte, assente no ensino superior (na investigação), em sistemas de transferência de conhecimento de universidades para instituições e promover o desenvolvimento empresarial e a inovação. Neste sentido e, procurando encontrar a solução mais adequada, os vários agentes analisaram a situação da cidade e iniciaram um processo de fortalecimento do ambiente inovador local, centrando as suas acções na construção e fortalecimento da base institucional do conhecimento intensivo, no reforço das competências locais e na criação e intensificação das redes de conhecimento, criando "palcos de partilha" e definindo para tal, várias estratégias orientadoras:

- Provocar as Universidades para criarem unidades em Seinäjoki e promoverem centros filiados da Universidade;
- Construir infra-estruturas técnicas;

- Procurar novos palcos de comunicação para a criação de conhecimento e inovação e criar plataformas de partilha para esses palcos.

A estratégia principal consistiu em trazer o conhecimento até à região através da sensibilização das Universidades para encontrarem novas unidades e criarem centros filiados, criando espaços de partilha e redes de conhecimento. As Universidades anuíram com esta estratégia porque expandiam a sua área de recrutamento estudantil, a sua rede de colaboração com instituições públicas e empresas locais, conseguindo em simultâneo, aumentar as fontes dos seus fundos de pesquisa e investigação.

No caso particular de Seinäjoki, o centro universitário foi criado em 2003 e oficialmente aberto em 2004, sendo conceptualizado em parceria com as unidades existentes e com as actividades universitárias que já decorriam na região (esta é uma região com um passado de colaboração com as Universidades). Este centro é coordenado pela Universidade de Tampere e funciona como uma “teia” para todas as funções académicas organizadas na região, tem por finalidade coordenar as tarefas básicas universitárias e, em simultâneo, fortalecer a colaboração entre as unidades universitárias existentes, as unidades de Seinäjoki e outras universidades e centros de pesquisa da Finlândia.

Ainda, agentes públicos locais reforçaram a necessidade de se centrar actividade na área da investigação aplicada, concebendo a EPANET. Esta rede de investigação procura implementar um novo tipo de cultura de pesquisa em cooperação com Universidades, Institutos e empresas, funcionando como orientação da estratégia e como instrumento para preencher as lacunas na área das infra-estruturas do conhecimento da região. Actua em áreas de pesquisa relacionadas com aplicações de informação tecnológica, administração empresarial e económica, regiões e bem-estar, outras áreas específicas da indústria e, principalmente, em temas encontrados no ambiente empresarial local, sendo por isso amplamente aceite no interior do mundo empresarial e suportada financeiramente entre as empresas locais.

A rede EPANET procurou reforçar as infra-estruturas institucionais académicas através da deslocalização de novo conhecimento e recursos relacionais, criando um novo tipo de comunidade investigadora.

Importa, contudo, compreender como estas acções contribuíram para o impulsionar da capacidade institucional desta região. Esta era uma região desfavorecida que, tal como outras da União Europeia, apresentava enormes desafios no interligar dos agentes locais com as redes

nacionais e globais, em mobilizar os seus recursos e competências para criar um ambiente inovador local, em compensar um ambiente institucional fraco, em fortalecer a base institucional e a estrutura educacional para criar novos tipos de organizações a fim de evitar o “lock-in”.

Para inverter esta situação e desenvolver um ambiente inovador, Seinäjoki instaurou um modelo centrado na importação de novo conhecimento para o interior da região através da criação de centros universitários e, implementando um novo modelo organizacional de interligação entre os vários agentes locais, através da EPANET. Promoveram-se desafios às Universidades para que se propagassem fora do seu contexto geográfico e às indústrias locais para que reconhecessem a necessidade de novo conhecimento científico e competitivo e se tornassem receptivas a estes novos modelos, os quais foram aceites e reconhecidos como diligentes no interior do mercado empresarial.

#### § A REALIDADE PORTUGUESA

Portugal, tal como os restantes Estados-Membros da União Europeia, apresenta um território diversificado, no qual as regiões rurais se destacam como uma fracção significativa. Contudo, esta diversidade territorial encontra-se associada a enormes disparidades no que refere ao seu desenvolvimento, daí a relevância da política de coesão implementada pela União Europeia.<sup>18</sup>

A coesão territorial procura promover a sustentabilidade e a competitividade destes territórios, solucionar problemas de exclusão social e proporcionar a igualdade de oportunidades, assim como, proporcionar o acesso aos serviços de saúde, educação e melhoria das acessibilidades físicas. Neste contexto, as populações e as empresas assumem um papel de grande importância, pois necessitam ser suficientemente hábeis para retirar o máximo proveito dos recursos aí existentes. Ainda, como factor de competitividade, os territórios devem procurar estabelecer relações entre si e determinar critérios de utilização dos seus recursos para que estes sejam consumidos de modo coordenado e sustentado. Daí que a cooperação, o intercâmbio de ideias, bens, serviços e capitais, sejam cada vez mais essenciais ao desenvolvimento territorial e que as políticas públicas sejam de grande proficiência no alcançar deste objectivo. Estas ajudam a partilhar respostas para desafios comuns, a obter massa crítica, a obter valor acrescentado através

---

<sup>18</sup> Esta política procura alcançar o desenvolvimento harmonioso destes territórios e facultar aos seus habitantes uma melhoria da sua qualidade de vida.

de actividades conjuntas, a explorar complementaridades e sinergias e a ultrapassar as divisões administrativas das fronteiras.<sup>19</sup>

Este reajustamento estratégico das políticas comunitárias, no sentido da prossecução da coesão económica e social dos territórios, é, também, assumido pelo governo português que o associa ao cumprimento dos objectivos da Agenda de Lisboa.

Assim, também em Portugal a política regional é renovada no sentido de procurar a valorização do território e das suas potencialidades, respeitando a complexidade associada às dinâmicas territoriais nas quais as cidades e as áreas metropolitanas exercem funções fulcrais na promoção da competitividade e da coesão.

Com este pressuposto afasta-se a dicotomia entre políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento, passando a consagrar-se a partilha de responsabilidades pelo crescimento e pela solidariedade, no sentido de ver cumpridos os objectivos da competitividade e da coesão do País e das regiões.

Neste contexto, foi desenvolvido um plano estratégico nacional de desenvolvimento rural<sup>20</sup>. Este plano tem como grande opção estratégica o estimular da competitividade e da sustentabilidade das actividades agrícolas e florestais, no sentido de reforçar o seu contributo para o desenvolvimento do país e do seu território. Com este desígnio vai ao encontro das orientações estratégicas europeias que visam a compatibilização da tradição e modernidade, internalizando muitos dos seus valores rurais (amenidades segundo a terminologia da OCDE) no sentido de alcançar o crescimento económico e, sobretudo, o aumento da qualidade de vida e bem-estar das populações.

Esta política de desenvolvimento rural converge para o ambiente de co-operação e parceria que se encontra nas orientações da União Europeia, fomentando a interacção entre os agentes públicos e privados actuantes nos territórios rurais.<sup>21</sup>

Assim, o plano estratégico de desenvolvimento rural para Portugal define algumas orientações que visam superar as fragilidades detectadas (análise aprofundada ao território

---

<sup>19</sup> Por vezes os problemas de um território são transversais a outros, pelo que as soluções definitivas exigem uma abordagem e cooperação integradas entre todos os envolvidos.

<sup>20</sup> Este Plano Nacional de desenvolvimento rural “assegura a coerência do apoio comunitário ao desenvolvimento rural com as orientações estratégicas comunitárias, bem como a coordenação de todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais.”

<sup>21</sup> Este objectivo é assegurado através da criação de um modelo de gestão eficaz e transparente, desenvolvimento de competências e reorientação de intervenções, incentivo às práticas de cooperação e disponibilização e troca de informação e boas práticas entre agentes de desenvolvimento rural.

nacional) nas áreas rurais e “promover um melhor aproveitamento dos recursos, potencialidades e oportunidades existentes de modo a reforçar a atractividade e o desenvolvimento dos territórios nacionais” e, em simultâneo, responder de forma coerente aos objectivos estratégicos da política de desenvolvimento rural europeia e objectivos da Estratégia de Lisboa. Propõe, então, como resposta ao desafio de potenciar o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal medidas que incitem ao aumento e melhoria do potencial humano (apostando na formação dos activos), que promovam a inovação e o desenvolvimento empresarial (nas fileiras e nos métodos de produção), a reestruturação e desenvolvimento do potencial físico (modernização das empresas, promoção da competitividade) e a melhoria da qualidade de produção e dos produtos agrícolas (promoção e participação em regimes de qualidade). Como resposta ao desafio da gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, o plano nacional propõe medidas que promovam o reordenamento dos espaços florestais numa perspectiva de gestão integrada dos territórios, que protejam os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 (planos integrados de requalificação, práticas agrícolas sustentáveis), que protejam os recursos hídricos e o solo, que contribuam para a atenuação das alterações climáticas (iniciativas integradas economia/ambiente) e que contribuam para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas (manutenção da actividade agrícola). Ainda, as medidas que apoiem à diversificação da economia rural (criação e desenvolvimento de microempresas, turismo e lazer), que melhorem a qualidade de vida (implementação de serviços básicos e valorização do património rural e natural) e que desenvolvam competências nas zonas rurais, como resposta ao desafio de melhorar a qualidade de vida e diversificar a economia nas zonas rurais.

Aponta, ainda, como medidas para reforçar a coesão territorial e social, o fomento da intervenção pública como meio de dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social, o reforço da participação dos agentes locais na gestão do desenvolvimento territorial (através da abordagem LEADER) e ainda a discriminação positiva das zonas rurais mais frágeis. E, como forma de promover a eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural, promover a qualificação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento rural, aumentar os níveis de responsabilização e participação dos agentes na concepção e gestão das políticas, reorientar a intervenção das entidades para as exigências do utilizador e, potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento.

Estas medidas encontram-se desenvolvidas e desagregadas em várias acções/subprogramas nos programas Regionais de Desenvolvimento Rural (Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) que complementam este Plano Nacional e, ainda, no programa específico para a Rede Rural Nacional.

Em relação a esta Rede, o Plano Estratégico Nacional propõe que se crie um programa específico com o objectivo de “reforçar o intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas práticas e do know-how em coerência com as orientações comunitárias.”

A Rede Rural Nacional é uma ferramenta orientada para a criação de condições que favoreçam o desenvolvimento rural. Esta actua através da diminuição de custos de contexto e do acompanhamento da adaptação da política à situação das zonas rurais. O seu âmbito de actuação poderá abranger um leque diversificado de áreas de intervenção, tais como troca de experiências e saber fazer (boas práticas), assistência técnica para a cooperação interterritorial e transnacional, qualificação e formação, informação e promoção, apoio à implementação e avaliação da política de desenvolvimento rural. A rede deverá, ainda, facilitar a adopção de novas temáticas, estimular e alargar o debate, potenciar a produção e a utilização de novo conhecimento e assumir o papel de interligação com outras redes, nomeadamente a Rede Rural Europeia.

Este plano e programa serão financiados através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), sendo que este contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em conjunto com as políticas de apoio ao mercado e aos rendimentos da Política Agrícola Comum, a Política de Coesão e a Política Comum das pescas.<sup>22</sup>

Estes recursos devem ser compatíveis com as perspectivas financeiras para o período de actuação definido (2007-2013), devendo estar em consonância com o estabelecido no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O Quadro de referência Estratégico Nacional constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social para Portugal para o período 2007-2013 e

---

<sup>22</sup> É de realçar que a Comunidade Europeia defende que a programação do desenvolvimento rural deve obedecer às prioridades comunitárias e nacionais e ser complementar a outras políticas comunitárias, como a política dos mercados agrícolas, a política de coesão e a política comum das pescas. Verificada a influência que as regiões rurais têm no desenvolvimento sustentável de um determinado território, constata-se a relação destas políticas com as medidas estratégicas definidas no Quadro de Referência Estratégico Nacional.



assenta no novo paradigma do desenvolvimento económico, social e territorial, ou seja, na valorização do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, na importância da qualificação da população como condição essencial na recuperação de uma trajectória de crescimento sustentado e reforço da equidade, na importância da especialização territorial como forma de obtenção de níveis mais avançados de coesão económica, social e territorial.

Este quadro estratégico procura, tal como é sustentado pela OCDE no novo paradigma rural, a promoção de um desenvolvimento rural integrado que reforce a importância do local e das suas amenidades, fomentando-a através do incentivo à valorização do território e das suas potencialidades diversificadas e do estímulo à partilha de responsabilidades pelo crescimento e pela solidariedade entre políticas públicas nacionais e regionais. Reconhece, ainda, a necessidade de se proceder a uma rápida transformação estrutural do modelo de governação e seu funcionamento, procurando estimular a construção de uma lógica de partilha de serviços comuns, o desenvolvimento de uma cultura de cooperação entre os vários níveis de governo e incentivando ao desenvolvimento de actividades assentes em parcerias público-privadas a fim de favorecer a difusão de uma lógica de competitividade.

De acordo com a análise efectuada ao país no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013; pp. 38) “o retrato territorial do país em termos de competitividade e coesão territoriais mostra-nos uma realidade que progressivamente se tem afastado das dicotomias Litoral/interior e Norte/Sul, em favor de um sistema crescentemente baseado em aglomerações que não obedecem a esse padrão territorial, onde emergem novos pólos de dinâmica económica e demográfica, não coerentes com a dicotomia Litoral/interior e com as transformações ocorridas nas especializações produtivas nas grandes regiões metropolitanas do Norte e de Lisboa”. Esta alteração da dicotomia Norte/sul e Litoral/Interior é justificada pela presença de uma nova configuração territorial, a periferização. Esta confirma a concentração da população nas áreas urbanas e/ou em seu redor, aspecto que se materializa num dos maiores obstáculos à competitividade do território. Em oposição a estas aglomerações surgem as áreas do interior do país, com baixos níveis de urbanidade, e revelando enormes dificuldades em inverter a tendência de esvaziamento populacional, isto devido à ausência de massa crítica urbana.

Reconhece-se, que o mundo rural português evoluiu de forma assimétrica, com melhorias ao nível do bem-estar social<sup>23</sup> (construção de equipamentos sociais) mas com perda de vitalidade

---

<sup>23</sup> As políticas públicas concretizadas em Portugal com o apoio estrutural da União Europeia asseguraram que o país se tornasse mais coeso e com um interior menos estigmatizado.

demográfica e económica (o despovoamento prossegue, a ausência de novos investimentos mantêm-se bem como o surgir de postos de emprego), realça-se o contributo das actividades agro-florestais no desenvolvimento e sustentabilidade de muitos territórios, quer seja em termos de produção, emprego ou rendimento, quer seja no sentido de preservar o ambiente, os recursos naturais, a paisagem e/ou a biodiversidade.

Ao se assumir nas políticas públicas como prioridade o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos recursos naturais e rurais e a revitalização económica e social das zonas rurais, está a promover-se o crescimento sustentado da economia e, em simultâneo, o futuro desenvolvimento económico e sustentável de um território.

## § CONCLUSÃO

Este capítulo introduz um novo paradigma rural, identifica a diversidade dos territórios como factor a ponderar e evidencia a necessidade de uma estratégia integrada. No passado, foi definida uma política que se centrava apenas num único segmento da população das regiões rurais (os agricultores) e não nas especificidades dos locais rurais. Estratégia que não permitiu alavancar o desenvolvimento rural, mas que deu relevo às reais necessidades destes territórios mais desfavorecidos.

A heterogeneidade dos desafios que estas regiões enfrentam em simultâneo com os recursos que possuem sugere a necessidade de uma abordagem distinta da implementada, conclusão a que a OCDE chegou aquando da análise aos resultados que os territórios apresentaram na sequência dos antigos programas. Neste contexto, define uma abordagem menos defensiva, focalizada no desenvolvimento e concentrada na procura de novas oportunidades, ou seja uma abordagem mais territorial.

Propõe que a política rural sofra uma mudança nos seus programas e que mobilize os agentes públicos e privados a actuarem numa óptica de cooperação e colaboração e que se difunda uma cultura de parceria e de valorização da diversidade rural.

Neste sentido, Portugal introduziu alterações nas suas políticas com o propósito de intensificar a valorização do território e das suas potencialidades e reforçar a importância da coesão social e do crescimento económico, desígnios presentes nos eixos estratégicos do seu Quadro Comunitário de Apoio. Apostou, ainda, na modernização da Administração Central e procurou estimular à criação de uma cultura de co-operação entre todos os agentes públicos com o objectivo

de responder ao desafio imposto pelo novo paradigma da política rural, a implementação de um modelo de governança que envolva os vários níveis.

Esta mudança paradigmática das políticas rurais ocorre no seguimento das mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea. Mudanças que valorizam o conhecimento, os processos de aprendizagem e a capacidade de inovação e que tornaram o mercado mais competitivo, criando dicotomias significativas entre os territórios.

O facto de se reconhecer a importância de uma política assente na diversidade territorial e na criação de oportunidades de desenvolvimento reflecte a mudança de estratégia da OCDE para combater as assimetrias territoriais, para além de corroborar a forte influência destas regiões no processo de crescimento económico de um país.

Através desta análise à mudança de foco nas políticas rurais constatou-se que, também as políticas nacionais passaram a ter um foco no conhecimento e na capacidade de inovar, carecendo da envolvimento de uma multiplicidade de actores; o que consolidou como essenciais neste processo, os mecanismos de comunicação, co-ordenação e cooperação.

Esta política rural integrada obriga à envolvimento de vários níveis de governo e de vários actores, públicos e privados, logo implica mudanças de mentalidade e novas habilitações para responder às novas tarefas a que são solicitados (reforçando a importância da construção de uma capacidade institucional).

Este novo paradigma rural veio reafirmar a importância da construção da capacidade institucional nos territórios rurais. Desafio enorme para as regiões mais desfavorecidas, dadas as suas características económicas e sociais, mas passível de ser superado, como se constata no caso de Seinäjoki.

Esta cidade da Finlândia Ocidental, com um percurso ligado ao mundo industrial do sector electrónico sentiu necessidade de se ajustar às novas exigências da economia do conhecimento. Nesse sentido, desenvolveu uma série de esforços para superar juízos do passado e aventurar-se na criação de novos cenários de desenvolvimento, procurando capital humano novo, qualificado e dotado para conceber e criar novas percepções sobre o estado actual e perspectivas futuras da região, tendo como principal orientação a rapidez emergente da inovação.

O percurso definido centrou-se, não apenas no desenvolvimento de uma visão estratégica futura que potenciase o desenvolvimento económico, mas no impulsionar das habilitações e competências dos actores chave para utilizarem essa visão e estratégias como ferramentas para

criarem um novo percurso e uma nova visão. Atendendo a estes princípios, defendeu-se a criação de centros universitários (novo conhecimento), a interacção com a indústria existente (resposta aos sectores potenciadores de desenvolvimento) e a criação de uma rede de investigação (interacção com as redes de conhecimento existentes).

Seinäjäki, como território rural desfavorecido, potenciou o crescimento deste ambiente institucional através da instauração de um modelo centrado na importação de novo conhecimento e implementando um novo modelo organizacional de interligação entre os vários agentes locais. O que permitiu constatar que a capacidade de interacção e a capacidade de tratamento do conhecimento, socialmente contextualizado e qualificado, são fundamentais no sentido de qualificar e legitimar as opções de desenvolvimento, e que a ciência e a tecnologia, como recursos de desenvolvimento, ligados a uma interacção com o meio empresarial e com os actores chave, se afiguram como elementos basilares deste processo.

Identificada a forma de actuar, no âmbito do novo paradigma rural, para inverter a tendência de declínio rural, interessa compreender como é que um território rural como o da sub-região do Pinhal Interior Norte pode construir capacidade institucional forte e superar os obstáculos que bloqueiam o seu desenvolvimento. Neste contexto, o próximo capítulo procura conhecer o território em análise, identificar as características que o conotam como região desfavorecida e conhecer as suas potencialidades.

§ Introdução

O Pinhal Interior Norte é uma sub-região que se insere no interior da zona centro de Portugal e, como região do interior, apresenta características específicas que dificultam o seu desenvolvimento. É uma sub-região que se encontra associada aos territórios de baixa densidade pela escassez de população (a perda demográfica traduz-se na perda de recursos humanos, desqualificando estas zonas em termos de capital humano), pela escassez de actividades de base económica (actividades susceptíveis de gerar emprego qualificado), pela fraca atractividade de rendimentos exógenos, pelo reduzido leque de oportunidades de emprego oferecidas, pela exiguidade dos mercados locais e pela escassez de infra-estruturas e equipamentos de todo o tipo (saúde, justiça, educação, que se tornam mais onerosos devido à dispersão da população e ao facto dos mercados potenciais se situarem abaixo da “massa crítica” necessária para garantir a rentabilidade dos investimentos).

Este capítulo tem por objectivo desenvolver uma caracterização do Pinhal Interior Norte, uma caracterização ‘viva’, não só centrada em dados estatísticos mas também em opiniões de agentes locais, para que se possa apreender o actual estado deste território. Pretende-se desenvolver um retrato real do Pinhal Interior Norte, daí a necessidade da recolha de dados estatísticos em relação à população, território, educação/formação, sociedade, economia e, ainda, um retrato expressivo assente em opiniões e posições face às problemáticas dominantes.

O capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Inicialmente são apresentados os dados estatísticos e retirada a informação essencial desses dados;
- Seguidamente essa informação é validada com os comentários dos agentes locais, adquiridos através de entrevistas;
- Por fim, será realizada uma breve análise aos dados obtidos e sua relação com os objectivos deste capítulo.

## § O Território

O Pinhal Interior Norte enquadra-se no núcleo central Litoral Sul da Região Centro (ver anexo 4.1) e ocupa cerca de 2616.6 km<sup>2</sup>. Corresponde a uma das NUTS III, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, e é constituído por 14 concelhos e 115 freguesias pertencentes ao Distrito de Coimbra e ao Distrito de Leiria.

É limitado a norte com o Dão-Lafões, a leste com a Serra da Estrela e a Cova da Beira, a sul com o Pinhal Interior Sul e o Médio Tejo e a oeste com o Pinhal Litoral e o Baixo Mondego.

Pertencem a esta sub-região estatística portuguesa os seguintes concelhos: Alvaiázere, Ansião; Arganil; Castanheira de Pêra; Figueiró dos Vinhos; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Pedrógão Grande; Penela; Tábua e Vila Nova de Poiares.

Concelhos	Distrito	Área total (ha)	Freguesias (nº)
Arganil	Coimbra	33.28	18
Góis	Coimbra	26.33	5
Lousã	Coimbra	13.84	6
Miranda do Corvo	Coimbra	12.64	5
Oliveira do Hospital	Coimbra	23.45	21
Pampilhosa da Serra	Coimbra	39.65	10
Penela	Coimbra	13.48	6
Tábua	Coimbra	19.98	15
Vila Nova de Poiares	Coimbra	8.45	4
Alvaiázere	Leiria	16.05	7
Ansião	Leiria	17.62	8
Castanheira de Pêra	Leiria	6.68	2
Figueiró dos Vinhos	Leiria	17.34	5
Pedrógão Grande	Leiria	12.87	3
Total	2	261.66	115

Quadro 4.1\_Concelhos da Sub-Região do Pinhal Interior Norte

Fonte: INE, 2007

Este é um território bastante extenso e heterogéneo que engloba concelhos como Oliveira do Hospital e Lousã que possuem características mais urbanas<sup>1</sup> em comparação com os concelhos envolventes que assumem uma natureza marcadamente rural, evidenciando uma maior população nas sedes de concelho e reflectindo realidades bastante distintas mesmo em oposição às aldeias e espaços mais remotos, particularidade identificada por Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) quando afirma:

[...] a região do Pinhal Interior Norte é uma região bastante heterogénea.... Repare que é uma região que vai de Alvaiázere, mais a sul, até Oliveira do Hospital; são quase 120 km, daí que seja uma região difícil de trabalhar, ...estamos a falar de 14 municípios, 5 do distrito de Leiria, 9 do distrito de Coimbra. Vai desde Alvaiázere e Ansião, mais a sul com algumas características, até à Pampilhosa da Serra com características totalmente diferentes e depois, Góis, Arganil, Oliveira do Hospital; daí que seja uma região muito diversa e difícil, por vezes, de encontrar uma estratégia comum de desenvolvimento.

#### § A natureza do Pinhal Interior Norte

O Pinhal Interior Norte, em termos orográficos, apresenta um relevo muito rigoroso, correspondendo ao troço do sistema montanhoso central entre as serras da Lousã e do Açor (ver anexo 4.2), logo tem como principal recurso natural a floresta. Contudo, esta encontra-se pouco valorizada e explorada, em opinião de Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009):

Se considerarmos a floresta, nós damos pouca importância à floresta em Portugal. É responsável por uma boa parte do PIB e gera algumas dezenas de milhares de postos de trabalho, precisa é de ser pensada sob o ponto de vista estratégico e, de haver uma estratégia conjunta, isso é verdade. Tem de deixar de ser o problema de Verão, mas começa pelo cadastro e por aí fora.

A floresta, não só pela sua presença e dimensão, apresenta um enorme potencial económico (energias renováveis, extracção de madeira, limpeza das florestas; entre outros), o qual poderia impulsionar o desenvolvimento deste território, se devidamente planeado. Esta é uma potencialidade identificada por vários agentes da sub-região:

[...] a floresta é discutível. A nossa floresta é, basicamente, o pinheiro. E o pinheiro não tem grande aproveitamento, agora existem coisas à volta da floresta que hoje são oportunidades de negócio. A limpeza das florestas,... Mas, à volta da floresta poder-se-ia trabalhar um conjunto de empresas, não só de limpeza, que contribuiria também para a prevenção dos fogos

---

<sup>1</sup> Estes municípios destacam-se pela sua densidade populacional, pela oferta de determinados equipamentos colectivos sociais, educacionais, culturais ou de lazer e pela diversidade da sua economia.

florestais, mas de preparação dos restos da floresta, da preparação da madeira em si, como as pellets.<sup>2</sup>

Por outro lado a vertente da floresta também é uma vertente importante, floresta ligada à questão da energia. E aí, parece-me, tem de haver um trabalho conjunto dos municípios porque muitas das vezes aquilo que é o grande obstáculo ao desenvolvimento florestal, e a aproveitarmos a floresta como uma área de criação de riqueza, é a dimensão das propriedades, e aí tem de haver um trabalho conjunto entre as diferentes câmaras municipais, entre os actores no terreno nesta área para que se possa aproveitar a floresta como um todo e colocá-la ao serviço da economia da região.<sup>3</sup>

O Pinhal Interior Norte oferece, ainda, uma grande diversidade geomorfológica com predominância de rochas graníticas, xistos e, ainda manchas calcárias na zona Sudoeste e, resultante destas particularidades do solo, uma diversidade de habitats naturais, de fauna e flora selvagens.

Esta qualidade dos espaços naturais traduz-se num território singular, não só ao nível das paisagens mas, também, ao nível do ambiente natural que possui, o que resultou numa inclusão de 38.614 hectares do Pinhal Interior Norte em Rede Natura 2000 e 373 áreas protegidas (paisagem protegida<sup>4</sup>), através da política de protecção e conservação da fauna selvagem e dos habitats da Europa.

No entanto, estes espaços encontram-se ameaçados pelos fogos florestais, todos os anos durante o período do Verão e, pela poluição ambiental. (ver anexo 4.3) Nesse sentido, importa que as actividades industriais, existentes e futuras, sejam orientadas e dirigidas de modo a não prejudicarem a qualidade deste território. Esta é uma preocupação de Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) que afirma “os factores que nos distinguem serão, talvez mais, a pureza do nosso território que não estará tão violentado quer em termos de massificação industrial quer em termos de massificação urbanística, [...]”.

Para além da riqueza na fauna e flora é, ainda, um território abundante em água, tendo como principais linhas de água o rio Mondego e o rio Zêzere, nos limites norte e sul, e como principais afluentes o rio Alva e o rio Ceira. Polvilham, ainda, este território, várias albufeiras: albufeira do Cabril, albufeira da Agueira, albufeira de Castelo de Bode, albufeira da Bouça e albufeira de Santa Luzia, que se revelam como mais-valias. Segundo José Brito Dias (Presidente da

---

<sup>2</sup> Comunicação Pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

<sup>3</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

<sup>4</sup> Dados de 2007, INE



Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009) “ temos aqui neste concelho, e provavelmente em toda esta região, porque esta região é muito rica, não só a floresta como, também, o potencial turístico fruto das paisagens, a qualidade da água (há muita água e com excelente qualidade, só no concelho temos 3 barragens), [...]”.

Todas estas características do solo influenciaram, claramente, a ocupação humana e a vegetação predominante, o que determinou a paisagem predominantemente rural da região.<sup>5</sup>

## § Acessibilidades

O Pinhal Interior Norte apresenta debilidades ao nível das acessibilidades rodoviárias, mais concretamente ao nível dos acessos, de todos os municípios, a itinerários complementares, para além de evidenciar realidades distintas consoante a localização geográfica dos municípios.<sup>6</sup>

Esta sub-região desenvolve-se a nascente do IP1, principal via de ligação aos centros urbanos do país e às capitais de distrito destes municípios (Coimbra e Leiria). Como itinerários complementares atravessam este território o IC 3 (atravessa Penela, Ansião e Alvaiázere para ligar Coimbra a Setúbal), o IC 8 (liga Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande) e ainda o IC 6 (atravessa Arganil, ligando Coimbra à Covilhã). Atravessam, ainda este território, várias estradas nacionais sem, no entanto, resolverem as lacunas ao nível da rede de distribuição rodoviária nos municípios centrais (vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra).

Em geral todos os municípios, em especial os municípios centrais do Pinhal Interior Norte, consideram-se “isolados”, sem bons acessos ao litoral e “esquecidos” pelo poder central. Reiteram a necessidade de se criarem estradas que atravessem o território e que permitam uma maior proximidade com o litoral e com as restantes regiões do país, facto reforçado por Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) quando afirma:

[...], é possível identificar alguns factores que têm contribuído para este isolamento porque, basicamente, têm sido a falta de acessibilidades (rede viária em condições; o IC8 não está concluído, o IC 3 praticamente não existe, mais a norte o IC6 e o IC7, esta ligação que corresponde à antiga estrada nº 2 que liga Miranda a Góis, Lousã e Arganil, que abrisse este território a meio), portanto essa falta de acessibilidades tem sido um entrave ao desenvolvimento [...]

---

<sup>5</sup> De entre as 115 freguesias destes concelhos apenas 5 se encontram classificadas como áreas predominantemente urbanas (APU), 26 como áreas mediantemente urbanas (AMU) e as restantes 84 como áreas predominantemente rurais (APR).

<sup>6</sup> É evidente a diferença em termos de acessibilidades dos municípios do interior face à realidade rodoviária dos municípios mais a litoral e entre os municípios que se encontram nas extremidades desta sub-região e os mais centrais.

E, por alguns agentes locais, que identificaram o mesmo problema:

Esta região tem como principal doença as acessibilidades.<sup>7</sup>

O Pinhal Interior Norte, enfim, não quero dizer que todos os concelhos têm más acessibilidades porque este é um território extenso, mas eu diria que um outro obstáculo ao desenvolvimento de uma região como a nossa é ou são, as acessibilidades. Apesar de as pessoas dizerem, que o betão tem a importância que tem, claro que sim, o betão e as estradas têm uma importância relativa. Mas se considerarmos o diagnóstico do Pinhal Interior Norte as acessibilidades são essenciais para criar novas dinâmicas territoriais<sup>8</sup>

O Pinhal Interior Norte tem uma dificuldade que é a matéria das acessibilidades, de facto durante muitos anos houve um esquecimento relativamente ao Pinhal Interior Norte.<sup>9</sup>

No entanto, com a concessão do Pinhal Interior (datada de Junho de 2008), na qual serão requalificados lanços existentes (IC3; IC8; EN 2; EN 112; ER 238; ER 347) e construídos lanços novos<sup>10</sup> o Pinhal Interior Norte ficará com melhores acessibilidades quer entre os seus municípios quer com as restantes regiões do país (ver anexo 4.4).

Para além da acessibilidade rodoviária, esta sub-região é ainda servida de transporte ferroviário, o qual constitui um meio de transporte crucial para a população dos municípios que o utilizam. A ligação ferroviária mencionada consiste no Ramal da Lousã, que estabelece a ligação entre Coimbra e Serpins, atravessando a Lousã e Miranda do Corvo. Actualmente, este ramal está a ser objecto de estudo para transformação em metro ligeiro de superfície (ver anexo 4.5), processo controverso que tem gerado variados conflitos como conta Fernando Carvalho (Presidente da Câmara Municipal da Lousã, 15 de Janeiro de 2009):

Temos agora o exemplo de um projecto intermunicipal, o Metro Ligeiro de Superfície do Mondego, que engloba três municípios e veja o burburinho que isto tem dado. Toda a gente encrava isto, não há aqui união nenhuma! Ficamos em termos concorrenciais com uma mais-valia, passamos a ter uma acessibilidade de qualidade ferroviária! E andamos nisto há 15 anos.

Conflitos provocados pela forte competitividade entre os municípios envolvidos e pela ausência de uma visão de conjunto da sub-região.

---

<sup>7</sup> Comunicação Pessoal de José Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra (20 de Janeiro de 2009)

<sup>8</sup> Comunicação Pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

<sup>9</sup> Comunicação Pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

<sup>10</sup> Estas novas vias permitirão ligar o interior às plataformas de transporte marítimo (porto da Figueira da Foz e porto de Aveiro).

Já fora do território do Pinhal Interior Norte, os terminais ferroviários mais próximos são o de Pombal (com a linha do Norte), o de Vila Velha de Ródão (com a linha da Beira Baixa) e o de Carregal do Sal (com a linha da Beira Alta), sendo estes dois últimos uma mais-valia para esta sub-região pois permitem o transporte de mercadorias.

No que refere ao transporte aéreo, a Região do Pinhal Interior Norte encontra-se dotada das infra-estruturas do município da Lousã (aeródromo para combate a incêndios) e do heliporto de Figueiró dos Vinhos, prevendo-se, no entanto, que estas infra-estruturas venham a ser alargadas, aquando da construção da rede de espaços municipais<sup>11</sup>, já aprovada, contribuindo para o sistema de mobilidade aérea da Região Centro.

#### § Proximidade a centros urbanos

A região centro apresenta uma rede de cidades policêntrica, da qual se destacam as cidades de Coimbra, Aveiro, Viseu, Covilhã e Leiria como principais pólos de desenvolvimento. Devido a serem palco das principais actividades administrativas e de serviços salientam-se as sedes de distrito, Leiria e Coimbra, e devido à alta concentração urbana, as cidades de média dimensão Aveiro, Covilhã e Viseu.

Segundo o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, os territórios próximos dos grandes centros podem aproveitar “as economias de proximidade” para obter massa crítica, diversificação e dimensão funcional, aumentando as vantagens comparativas e o potencial de inovação (MAOTDR, 2007, p. 34) O relatório efectuado aquele programa (id, p.100) refere, ainda que:

As unidades territoriais do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul correspondem a um espaço interior e marginal aos grandes eixos de comunicação de âmbito nacional e europeu e, por isso, são-lhe exteriores as principais forças da sua estruturação. O Pinhal Interior Norte tende a inserir-se nas lógicas de desenvolvimento polarizadas por Leiria/Pombal, Coimbra e também por Viseu nos concelhos mais a norte. [...] Tendo sofrido um rápido declínio da população, encontram-se hoje fortemente desvitalizadas, apresentando saldos fisiológicos altamente negativos que apenas o Pinhal Interior Norte consegue equilibrar parcialmente com um saldo migratório positivo por efeito dos ganhos conseguidos na parte inserida na área de influência de Coimbra.

---

<sup>11</sup> Destacando-se as construções do aeródromo de Vila Nova de Poiares, o aeródromo do Trevim e, ainda, o aeródromo da Pampilhosa da Serra.

Assim, face a esta análise pode referir-se que apesar da sua localização geograficamente estratégica,<sup>12</sup> (entre o centro litoral e a Europa, através da vizinhança com Espanha, e entre dois eixos do sistema urbano nacional: Covilhã-Fundão e Coimbra-Leiria) o Pinhal Interior Norte apresenta enormes debilidades estruturais sendo as principais a diminuição crescente da sua população e a debilidade do seu sistema de mobilidade, sistema que é essencial para este território. Como afirma Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) “se tivermos boas vias de comunicação, acabamos por estar próximos dos grandes centros, vivendo no campo com a natureza e com um ambiente formidável, mas próximo dos grandes centros.”

No entanto, esta proximidade a vários centros urbanos é, também, uma ameaça à fixação de população, especialmente, de recursos humanos qualificados, pois estes recursos tendem a rumar para os centros onde têm maiores e melhores oportunidades de emprego, acabando por se fixarem neles. Ricardo Alves (Presidente da Câmara Municipal de Arganil, 12 de Fevereiro de 2009) menciona a necessidade de se alterar este paradigma:

E, é também esse paradigma que temos de alterar, procurar criar emprego qualificado. E, isso é um trabalho que vai demorar alguns anos a fazer mas que começa a dar alguns frutos, designadamente com a criação de centros empresariais. Nós, por exemplo, criámos aqui um e há mais alguns previstos para este território. A aposta nas energias renováveis, com a necessidade de haver pessoas mais qualificadas, acho que o caminho é um pouco por aí.

## § População Envelhecida

O Pinhal Interior Norte tem vindo a registar perdas populacionais<sup>13</sup>, de acordo com dados estatísticos de 1991 e 2007, registando um decréscimo de 1.777 habitantes neste período, sendo que a população residente em 2007 era de 137.636 indivíduos.

No que refere à densidade populacional pode afirmar-se que o Pinhal Interior Norte se encontra entre as sub-regiões com os valores mais baixos, sendo este um dos seus maiores problemas. Este tem vindo a condicionar a atracção de investimentos e o desenvolvimento, como refere Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009):

[...] o principal obstáculo do Pinhal Interior Norte é a baixa densidade demográfica, esse é o principal obstáculo porque o desenvolvimento tem de ser feito com as pessoas. [...] Como atrair pessoas? Estamos a falar de territórios rurais, como o Pinhal Interior Norte, em que uma grande

---

<sup>12</sup> Segundo o Programa Operacional da Região Centro 2007-2013, “Posicionamento estratégico da região, quer na articulação com o território nacional e sistema urbano como nos acessos ao Norte e Sul do País e, ainda, as excelentes condições para que possa desempenhar uma nova atracção das actividades marítimas e relação com o transporte marítimo Europa e restante mundo”.

<sup>13</sup> Durante a década de 80 o Pinhal Interior Norte sofreu perdas populacionais na ordem dos 8%, valores que tenderam a estabilizar-se na década de 90.

percentagem é rural, floresta, portanto disperso e com pouca densidade demográfica. As vilas, sedes de concelho, a maioria delas tem mil, duas mil pessoas. Este, eu diria que é a base do problema [...]

Em relação ao índice de envelhecimento constata-se a presença de índices elevados para todas as NUTS III em análise, encontrando-se o Pinhal Interior Norte entre os índices de envelhecimento mais elevados, com 179.5.

NUTS III	P2007 (nº)	P1991 (nº)	V1991-2007 (%)	DP 2007 (Hab/Km2)	IE2007 (nº)
Cova da Beira	91350.0	93097.0	-1.9	66.5	179.3
Dão-Lafões	291516.0	282462.0	3.1	83.6	144.4
Serra da Estrela	47904.0	54042.0	-11.4	55.2	211.2
Pinhal Interior Norte	137636.0	139413.0	-1.3	52.6	179.5
Baixo Mondego	332355.0	328858.0	1.0	161.1	152.0
Pinhal Litoral	267223.0	223025.0	16.5	153.3	115.5
Pinhal Interior Sul	41074.0	50801.0	-19.1	21.6	289.7
NUTS II (Centro)	2385911.0	1721650.0	27.8	84.6	144.8
Portugal Continental	10126880.0	9867147.0	2.6	113.8	116.2

Quadro 4.2\_ P2007\_ população residente HM em 2007; P1991\_população residente HM em 1991; V1991-2007\_variação relativa 1991-2007; DP2007\_ densidade populacional; IE 2007\_ índice de envelhecimento (dados do INE)

Já no que refere à realidade interior do Pinhal Interior Norte (à frente, no quadro 3), é possível verificar que os concelhos que aumentaram a sua população entre 1991 e 2007 foram os concelhos da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares. Todos os outros concelhos verificaram um decréscimo populacional, destacando-se com valores negativos elevados, os territórios da faixa interior Este do Pinhal Interior Norte, ou seja, Góis, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra.

Fernando Lopes (Presidente da Câmara Municipal da Castanheira de Pêra, 16 de Janeiro de 2009) reconhece este obstáculo ao desenvolvimento quando afirma:

Os grandes obstáculos são a falta de pessoas e a falta de investimento que ao longo dos tempos tem acontecido no interior [...] Esse desinvestimento provoca naturalmente uma litoralização, e não havendo pessoas, não

havendo massa crítica, torna-se muito complicado “provocar” um desenvolvimento harmonioso do interior.

Mas, para além da baixa densidade populacional, existe outro obstáculo que consiste no assumir da condição periférica, por parte da população existente, como uma barreira ao desenvolvimento, facto acentuado pela tendência de litoralização dos investimentos. Esta tendência causou um complexo de interioridade e provocou um contínuo desacreditar nas possibilidades de desenvolvimento deste território.

Porém, esta é uma característica desta população que necessita ser mudada, como refere Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009):

É importante que estes territórios sejam inovadores e mostrem aquilo que podem e têm de forma diferente, de modo a que aquele estigma do ser do interior deixe de ser estigma. Claro que isso passa por, cada uma das pessoas que cá vive sinta orgulho e tenha estima no território onde está.

Observando, agora, os valores dos índices de envelhecimento constatamos que todos os concelhos apresentam uma população envelhecida, com índices acima dos 114, sendo de destacar o concelho de Pampilhosa da Serra com um índice superior a 446.

Ainda, em relação ao índice de envelhecimento, e cruzando a informação deste com a informação retirada da tabela correspondente à Variação da Densidade Populacional, pode afirmar-se que os concelhos onde se verificou uma variação da densidade populacional positiva (Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares) são os que apresentam um menor acréscimo no índice de envelhecimento, encontrando-se no grupo dos concelhos menos envelhecidos.

Assim, e no conjunto dos concelhos do Pinhal Interior Norte, podem destacar-se os concelhos da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares pelo seu nível de densidade populacional e pelo seu reduzido índice de envelhecimento, quando os restantes concelhos reflectem uma dinâmica demográfica totalmente inversa.

PIN	P2007 (nº)	P1991 (nº)	V1991-2007 (%)	DP 2007 (Hab/Km2)	IE2007 (nº)
Arganil	12799	13926	- 8.1	38.5	218.1
Góis	4446	5372	- 17.2	16.9	281.8
Lousã	18786	13447	28.4	135.7	114.6
Miranda do Corvo	13686	11674	14.7	108.3	145.2
Oliveira do Hospital	21714	22584	- 3.9	92.6	153.1
Pampilhosa da Serra	4416	5797	- 23.8	11.1	446.3
Penela	6287	6919	- 9.1	46.6	235.2
Tabua	12331	13101	- 5.9	61.7	160.0
Vila Nova de Poiares	7491	6161	17.8	88.7	114.3
Alvaiázere	7827	9306	- 15.9	48.8	268.6
Ansião	13591	14029	- 3.1	77.2	190.7
Castanheira de Pêra	3250	4442	- 26.8	48.7	220.5
Figueiró dos Vinhos	6901	8012	- 13.9	39.8	233.3
Pedrógão Grande	4111	4643	- 11.5	31.9	304.7
NUTS III (PIN)	137636.0	139413.0	-1.3	52.6	179.5
NUTS II (Centro)	2385911.0	1721650.0	27.8	84.6	144.8

Quadro 4.3\_ P2007\_ população residente HM em 2007; P1991\_população residente HM em 1991; V1991-2007\_variação relativa 1991-2007; DP2007\_ densidade populacional; IE 2007\_ índice de envelhecimento (dados do INE)

Desta situação resulta a percepção partilhada pelos agentes regionais de que é necessário captar e atrair população e investimento para esta sub-região. Mas, até neste compromisso existem desigualdades porque, muitas vezes, os outros territórios possuem vantagens comparativas em termos de acessibilidades, infra-estruturas de apoio e qualificação de recursos humanos. Esta situação é, assim, uma ameaça ao desenvolvimento destes territórios mais fragilizados, pois a população tende a procurar regiões com maior dinamismo económico onde as oportunidades de emprego são maiores e mais diversificadas. Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009), a propósito afirma “ainda assim, algumas pessoas vão saindo porque têm oportunidades, e há uma dificuldade para nós atrairmos mais pessoas para os territórios” e, Paulo Morgado (Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, 12 de Janeiro de 2009) quando recorda “mas, depois para ir conseguindo esses factores diferenciadores, nós não

estamos isolados, porque todos os concelhos aqui à volta estão a tentar exactamente o mesmo processo e se calhar em fases até mais avançadas, [...]”.

#### A estrutura etária

Ao analisarmos a estrutura etária da população destas sub-regiões constatamos que o coeficiente de dependência é bastante elevado (entre 49.30% a 72.20% da população encontra-se em idade não activa). Verificamos que, entre 1991 e 2007, existiu um decréscimo populacional nas faixas etárias mais jovens e um aumento significativo da população com mais de 65 anos, factos também verificados no Pinhal Interior Norte.

Já em relação aos dados de 2007, comprovam-se os valores mais elevados para as faixas etárias mais adultas (25-64 e mais de 65 anos), destacando-se o Pinhal Interior Sul com a percentagem mais elevada para a faixa etária dos 65 anos e mais.

NUTS III	IDt 2007 %	PGE 2007 %				VPGE 1991-2007 %			
		0-14	15-24	25-64	+ De 65	0-14	15-24	25-64	+ De 65
Cova da Beira	54.30	12.48	11.33	53.8	22.4	-32.2	-23.2	6.3	18.0
Dão-Lafões	53.80	14.2	12.5	52.9	20.5	-30.7	-17.7	14.6	21.1
Serra da Estrela	55.80	11.2	11.9	53.2	23.7	-47.5	-25.3	-0.03	5.8
Pinhal Interior Norte	60.80	13.4	11.2	51.4	24.0	-25.2	-19.7	7.2	9.3
Baixo Mondego	49.60	13.3	10.5	56.0	20.2	-24.9	-32.3	9.4	25.8
Pinhal Litoral	49.30	15.4	11.7	55.0	17.8	-8.4	-13.9	23.1	40.1
Pinhal Interior Sul	72.20	10.6	10.5	48.2	30.7	-44.9	-31.2	-16.2	3.0
NUTS II (Centro)	52.60	14.0	11.4	54.2	20.3	2.0	3.3	34.8	41.0

Quadro 4.4\_ PGE 2007 – população por grupo etário em 2007; VPGE 1991-2007 - Variação da população por grupo etário entre 1991-2007; IDt 2007\_ índice de dependência total (INE, 1991, 2007)

De entre os valores apresentados para a NUTS II (centro) e o Pinhal Interior Norte pode mencionar-se que este se enquadra nos valores para a região. Ainda, salientar que no Pinhal Interior Norte as perdas populacionais nas faixas etárias dos 0 aos 14 e dos 14 aos 24 anos são superiores aos aumentos verificados nas faixas etárias acima dos 25 anos.



Este é um facto relevante pois comprova que estão a nascer poucas crianças neste território, sendo esse um problema grave quando associado à perda de população para outras regiões. Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009) confirma:

Nós temos um problema, que eu diria que deveria ser centrado nas agendas nacionais dos países da União Europeia, que é a taxa de natalidade. Eu acho que a União Europeia tem de pensar nisto, de forma clara, porque com as baixas taxas de natalidade que existem, o que acontece, e agora fazendo um zoom para Portugal, é que o país perde pessoas a cada ano...Agora fazendo zooms maiores até à região centro, para o Pinhal Interior Norte ou para o concelho A ou B, são as realidades locais a funcionar.

Pinhal Interior Norte	IDt 2007	PGE 2007 %				VPGE 1991-2007 %			
Concelhos		0-14	15-24	25-64	+ De 65	0-14	15-24	25-64	+De 65
Arganil	65,80	12.2	11.5	49.6	26.6	-36.2	-12.0	-1,46	1.6
Góis	77.0	11.3	10.3	46.7	31.8	-40.4	-22.1	-12.9	-9.5
Lousã	53.0	16.5	10.2	54.3	18.9	21.3	-8.6	35.7	34.1
Miranda do Corvo	52.10	14.1	11.2	54.1	20.5	-10.9	-12.6	22.7	28.1
Oliveira do Hospital	56.30	14.1	12.1	52.3	21.5	-28.9	-21.6	6.0	8.8
Pampilhosa da Serra	85.10	8.3	10.1	44.8	36.9	- 58.4	-28.8	-24.2	-3.3
Penela	67.80	11.9	9.9	50.0	28.1	-29.5	-32.2	-2.2	2.7
Tábua	61.0	14.1	12.7	50.5	22.6	-31.0	-13.8	5.9	-3.6
Vila Nova de Poiares	53.60	15.9	11.7	54.1	18.2	0.5	-8.0	29.2	15.9
Alvaiázere	72.50	11.0	11.4	48.2	29.5	-43.9	-21.7	-12.3	-1.3
Ansião	57.90	12.7	10.7	52.5	24.2	-29.3	-32.3	5.12	18.4
Castanheira de Pera	63.0	11.7	9.9	52.5	25.8	-49.5	-45.0	-21.6	-9.2
Figueiró dos Vinhos	62.80	11.4	11.3	50.9	26.5	-42.3	-25.1	-9.6	5.0
Pedrógão Grande	81.40	10.9	10.2	45.6	33.3	-31.3	-9.7	-15.7	5.0
NUTS III (PIN)	60.80	13.4	11.2	51.4	24.0	-24.2	-18.6	8.4	10.5

Quadro 4.5\_ PGE 2007 – população por grupo etário em 2007; VPGE 1991-2007 – variação da população por grupo etário entre 1991-2007; IDtotal2007\_ índice de dependência total (INE, 1991, 2007)

Ao nível dos concelhos do Pinhal Interior Norte e, no que refere aos dados de 2007, pode referir-se que os concelhos com uma percentagem mais elevada de população em idade activa são os da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares (com valores acima dos 50%) em oposição aos concelhos de Pampilhosa da Serra, Góis e Pedrógão Grande, com percentagens mais elevadas

para o indicador referente à população na faixa etária acima dos 65 anos (facto que se regista num coeficiente de dependência elevado).

Pode, ainda, verificar-se que no período de 1991 a 2007 todos os municípios perderam população jovem e que Alvaiázere, Góis, Castanheira de Pêra e Pampilhosa da Serra se destacam de entre os concelhos do Pinhal Interior Norte pelas baixas sofridas em todas as faixas etárias.

#### A escolaridade no território

Ao analisarmos as percentagens de cada uma das sub-regiões da Região Centro em observação, para os níveis de escolaridade do ano de 2001, constatamos que estes são, ainda, muito reduzidos face a valores equiparáveis de outros países da Comunidade Europeia.

No geral pode afirmar-se que o nível de escolaridade com maior predominância na população destas sub-regiões é o ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo), seguido do grupo que não possui qualquer nível de escolaridade. Pode, ainda, destacar-se como a sub-região com maior frequência do ensino básico o Pinhal Interior Norte e a sub-região do Pinhal Interior Sul como a que apresenta a percentagem mais significativa para o indicador referente a nenhum nível de escolaridade.

Relacionando os valores da taxa de analfabetismo nos censos 2001 da Região Centro e da NUTS III em análise, Pinhal Interior Norte, verifica-se o acréscimo percentual que esta sub-região apresenta face à Região onde se insere, sendo evidente a necessidade de uma intervenção nesta área (educação e formação).

No que refere à taxa de escolarização, para o ano de 2007, confirmam-se os valores percentuais mais elevados para os níveis básico e secundário em todas as NUTS III (com valores percentuais muito aproximados) e comprova-se um novo empenho em assegurar o nível pré-escolar a toda a população deste território, com valores na ordem dos 90%.

Comparando os dados do Pinhal Interior Norte com os dados da NUTS II a que pertence, podemos constatar uma convergência de valores à excepção do indicador referente ao ensino superior, o que reflecte uma fragilidade desta população e uma debilidade do tecido produtivo (com baixos níveis de formação profissional e educacional).

NUTS III	NE 2001 %					TA	TE 2007 %					
	N	B	Sc	M	Sp	2001	PE	B	Sc	DB	C S	Sp
Cova da Beira	17.5	60.6	13.1	0.5	8.3	14.0	98.0	117.2	106.5	10.2	72.8	60.8
Dão-Lafões	16.0	63.4	11.8	0.5	8.3	11.6	93.6	116.6	107.2	8.1	75.9	19.5
Serra da Estrela	15.7	60.0	10.7	0.5	7.1	12.8	108.4	115.8	97.6	10.5	74.8	6.5
Pinhal Interior Norte	17.4	65.7	11.1	0.4	5.4	13.1	91.6	116.3	82.4	9.8	72.4	3.1
Baixo Mondego	13.8	55.2	15.1	0.9	15.0	9.4	89.3	117.4	135.0	6.9	76.9	95.0
Pinhal Litoral	15.6	61.0	15.1	0.5	8.5	10.1	87.8	114.8	103.9	6.6	78.5	22.1
Pinhal Interior Sul	22.3	62.5	10.1	0.3	4.8	19.8	104.3	125.1	89.9	5.9	81.5	0.0
NUTS II (Centro)	15.4	6.1	13.4	0.6	9.6	10.9	90.6	116.4	105.7	8.4	76.2	28.7

Quadro 4.6\_ NE 2001 – nível de escolaridade em 2001; TA 2001 – taxa de analfabetismo em 2001; TA 1991 – taxa de analfabetismo em 1991; TE 2007-taxa bruta de escolarização em 2007 (INE, 2007); (N- nenhum; B- básico; Sc - secundário; M - médio; Sp – superior; PE – pré-escolar; DB – Desistência e retenção no ensino básico; CS – Transição/conclusão do ensino secundário)

Também nos concelhos que formam o Pinhal Interior Norte estes factos se encontram reflectidos, ou seja, predominam os valores percentuais mais elevados para os indicadores do nível de escolaridade, no ano de 2001, referentes ao nível básico e a nenhum nível de escolaridade, destacando-se os concelhos de Castanheira de Pêra e Arganil no primeiro e Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Góis no segundo.

Já no indicador referente à taxa de analfabetismo, dados de 2001, destacam-se a Pampilhosa da Serra, Góis, Pedrógão Grande e Alvaiázere com valores acima dos verificados para o Pinhal Interior Norte e, com valores abaixo, a Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares.

Ao nível da Taxa Bruta de Escolarização, e para o ano de 2007, são identificadas taxas elevadas para o nível básico e para o nível pré-escolar, enquanto a taxa de escolarização do nível secundário se revela muito dispar com valores percentuais que vão desde 0 para Góis e Castanheira de Pêra e valores percentuais de 116.1 para a Lousã, o que em conjunto com as taxas de retenção e desistência se revela bastante preocupante para uma sociedade que reside na era da comunicação.

Este é um problema reconhecido pelos vários agentes locais que reiteram a necessidade de se apostar na formação/educação da população. Rui de Almeida e Silva (Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 8 de Janeiro de 2009) afirma que " [...] precisamos é de apostar nas pessoas, na formação das pessoas, na assistência social", tal como Paulo Morgado (Presidente

da Câmara Municipal de Alvaiázere, 12 de Janeiro de 2009) que reitera essa necessidade quando afirma que esta sub-região tem um obstáculo " [...] que tem a ver com os níveis de formação educação da população, [...] ”.

Pinhal Interior Norte	NE 2001 %					TA 2001	TE 2007%					
	N	B	Sc	M	Sp		PE	B	Sc	DB	CS	Sp
Arganil	16.4	69.8	9.3	0.3	4.2	12.8	98.0	116.0	107.3	11.1	75.3	0.0
Góis	20.6	69.0	7.8	0.2	2.6	17.6	99.0	117.4	0.0	8.5	-	0.0
Lousã	13.1	59.8	17.6	0.7	8.8	7.1	71.5	105.0	116.1	8.2	68.4	0.0
Miranda do Corvo	15.3	63.5	14.2	0.3	6.7	9.6	82.0	111.2	40.1	9.2	79.4	0.0
Oliveira do Hospital	16.9	66.4	10.6	0.4	5.7	12.3	110.3	122.8	95.8	11.9	68.4	18.7
Pampilhosa da Serra	27.2	63.9	6.2	0.3	2.5	25.2	105.7	115.6	12.0	12.5	71.4	0.0
Penela	18.2	65.7	10.3	0.3	5.5	13.3	86.4	113.8	30.6	11.2	-	0.0
Tábua	16.6	69.4	9.5	0.4	4.1	13.0	95.6	123.3	55.9	15.2	60.1	0.0
Vila Nova de Poiares	15.7	66.4	12.7	0.4	4.7	10.0	69.4	108.2	77.1	6.2	65.4	0.0
Alvaiázere	19.8	66.3	8.7	0.2	5.0	17.1	84.6	111.7	57.8	8.0	83.2	0.0
Ansião	18.7	65.3	10.0	0.3	5.8	14.4	115.4	131.1	111.5	4.9	73.9	0.0
Castanheira de Pêra	16.4	69.7	8.9	0.6	4.5	13.1	87.3	127.4	0.0	13.0	-	0.0
Figueiró dos Vinhos	17.9	66.2	10.0	0.5	5.3	14.6	99.4	106.1	113.8	6.7	83.7	0.0
Pedrógão Grande	23.7	61.3	10.0	0.5	4.4	19.9	93.3	118.3	212.2	9.8	-	0.0
NUTS III (PIN)	17.4	65.7	11.1	0.4	5.4	13.1	91.6	116.3	82.4	9.8	72.4	3.1

Quadro 4.7\_ NE 2001- nível de escolaridade em 2001; TA 2001- taxa de analfabetismo em 2001; TA 1991 – taxa de analfabetismo em 1991; TE 2007-taxa bruta de escolarização em 2007 (INE, 2007); (N- nenhum; B- básico; Sc - secundário; M - médio; Sp – superior; PE – pré-escolar; DB – Desistência e retenção no ensino básico; CS – Transição/conclusão do ensino secundário)

Mas, o Pinhal Interior Norte apresenta, ainda, outro problema que consiste na fixação de recursos humanos qualificados, pois não possui oportunidades de emprego condizentes com este tipo de formação, como realça Fernando Lopes (Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, 16 de Janeiro de 2009):

Castanheira de Pêra, tal como outros concelhos do interior, vive um problema grave, não consegue fixar a juventude, é um concelho a envelhecer. Existe aqui uma tensão entre o mercado de trabalho e as pessoas que vão concluindo os seus cursos. Se ao menos os concelhos vizinhos não tivessem esses problemas, mas é que têm exactamente os mesmos problemas... e

isto torna-se uma bola de neve que vai aumentando e gerando todos estes problemas.

#### Abandono e Saída Antecipada do Sistema de Ensino

Dois dos grandes problemas do sector da educação são o abandono escolar precoce e a saída antecipada do sistema de ensino. Estes são muitas vezes motivados pelo insucesso escolar ou pela desmotivação perante o processo ensino-aprendizagem.

Portugal apresenta, para estes indicadores, valores muito díspares (média de 3,02% para o indicador abandono escolar precoce e média de 27,1% para o indicador saída antecipada do sistema de ensino). E, o Pinhal Interior Norte como território da Região centro de Portugal evidencia, também, médias percentuais muito diferenciadas.

No indicador taxa de abandono precoce, e em 2001, Arganil revelava-se como o concelho com uma média mais elevada, enquanto no indicador Saída Antecipada do Sistema de Ensino os concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares e Góis eram os que evidenciavam uma realidade mais preocupante (ver Anexo 4.6).

#### Oferta e procura da rede de ensino e formação

A rede escolar existente nesta sub-região vai desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, distribuída por instituições pertencentes quer à rede pública quer à rede privada.

Do total das instituições existentes no Pinhal Interior Norte (347), cerca de 43,80% está afectada ao parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, seguido dos estabelecimentos do ensino pré-escolar que representam 36,31%.

Território	Estabelecimentos de Ensino (nº)		
	Público	Privado	Total
Portugal Continental	13.043	3.588	16.631
Região Centro	4.423	779	5.202
Pinhal Interior Norte	309	38	347

Quadro 4.8\_ Estabelecimentos de Ensino: pré-escolar, básico, secundário e superior (Anuário Estatístico Região Centro 2006/2007)

Analisando os dados referentes à distribuição dos estabelecimento de ensino pelos diversos municípios constatamos que todos possuem estabelecimentos associados ao ensino pré-escolar e básico. Já, em relação ao ensino secundário constata-se a inexistência de infra-estruturas para este nível de ensino nos concelhos de Góis, Penela, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande. Nestes casos os alunos deslocam-se aos concelhos mais próximos.<sup>14</sup>

Existem, ainda, ofertas ao nível do ensino profissional (vocacionado para a formação de técnicos com qualificações intermédias), através de cinco<sup>15</sup> escolas profissionais sediadas nesta sub-região, sem esquecer a oferta que existe ao nível do ensino superior, a Escola de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) do Instituto Politécnico de Coimbra.

Verifica-se que o Pinhal Interior Norte disponibiliza uma oferta educativa, desde o pré-escolar ao ensino superior, bastante diversificada. Como é mencionado por Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) “está a fazer-se um esforço notável de investimento na construção de novos centros educativos” e, por Fernando Carvalho (Presidente da Câmara Municipal da Lousã, 15 de Janeiro de 2009) quando refere a necessidade de se ajustarem os horários das escolas ao tipo de empregos existentes no território:

[...] depois a maior parte são casais jovens e começam a ter preocupações em termos de educação e, aí, o concelho da Lousã tem realmente uma posição diferenciada. Já reabilitou todo o parque escolar, a custos da autarquia, e fizeram-se grandes investimentos, temos, ainda, horários diferenciados de acordo com as exigências dos empregos dos pais (exemplo da unidade fabril localizada na freguesia de Serpins e na qual os alunos são recebidos nas escolas a partir das 7:30 da manhã).

---

<sup>14</sup> No caso de Penela os alunos do ensino secundário deslocam-se para Coimbra, no caso de Góis têm como opções Arganil, Lousã, Coimbra ou, ainda, Vila Nova de Poiares. E, em relação a Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, a escola que acolhe estes alunos é a referente ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

<sup>15</sup> As escolas profissionais existentes são: CEARTE, Centro de Formação profissional do Artesanato; a EPTOLIVA, Escola Profissional de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil; a ETP Sicó, Escola Tecnológica e Profissional de Sicó; a Escola Profissional da Lousã e, ainda, a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal.

Pinhal Interior Norte	Estabelecimentos de Ensino											
	Pré-escolar		Básico						Secundário		Superior	
			1ºciclo		2ºciclo		3ºciclo					
	PB	PV	PB	PV	PB	PV	PB	PV	PB	PV	PB	PV
Arganil	10	1	14	0	2	0	3	0	1	1	0	0
Góis	3	2	6	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Lousã	9	3	12	0	1	0	2	0	1	1	0	0
Miranda do Corvo	8	1	13	0	2	0	2	0	1	0	0	0
Oliveira do Hospital	24	7	25	0	4	0	5	0	2	1	1	0
Pampilhosa da Serra	1	2	7	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Penela	5	1	12	0	1	0	1	0	0	1	0	0
Tábua	11	1	18	0	2	0	2	0	1	1	0	0
Vila Nova de Poiares	3	1	8	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Alvaiázere	6	1	9	0	1	0	1	1	1	1	0	0
Ansião	10	3	16	0	2	1	2	2	1	1	0	0
Castanheira de Pêra	2	1	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Figueiró dos Vinhos	5	1	6	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Pedrógão Grande	3	1	4	0	1	0	1	0	0	1	0	0
NUTS III (PIN)	100	26	152	0	21	1	24	3	11	8	1	0

Quadro 4.9\_Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino: pré-escolar, básico, secundário e superior pela Sub-região do Pinhal Interior Norte (Anuário Estatístico Região Centro 2006/2007); PB\_ público, PV\_ privado

## § Dinâmicas Sociais

Nos últimos anos, as diferenças entre as regiões rurais periféricas e o litoral acentuaram-se, potenciadas pelas grandes concentrações populacionais no litoral e uma consequente desertificação no interior rural. Contribuíram para este facto as iniciativas de modernização dos diversos serviços existentes nos meios mais urbanos (vilas e cidades de média dimensão) que fragilizaram, assim, os territórios rurais associando-lhes um maior isolamento, um envelhecimento populacional e condições de precariedade em sectores específicos como a educação, saúde e justiça. Assim, estes meios mais rurais tenderam a evidenciar uma escassez de recursos de resposta a necessidades básicas e de padrão de vida da sociedade actual. Este foi, também, um fenómeno que ocorreu no Pinhal Interior Norte.

Segundo um estudo elaborado pelo Instituto da Segurança Social intitulado “Tipificação das situações de exclusão em Portugal”, no qual foram definidas tipologias de territórios em função dos fenómenos de inclusão/exclusão, os municípios do Pinhal Interior Norte são divididos em três tipologias distintas: territórios moderadamente inclusivos<sup>16</sup> (concelhos de Pampilhosa da Serra, Lousã e Oliveira do Hospital); territórios envelhecidos e desertificados<sup>17</sup> (concelhos de Góis, Vila Nova de Poiares, Penela, Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Ansião e Alvaiázere) e territórios envelhecidos e economicamente deprimidos<sup>18</sup> (concelhos de Tábua, Arganil e Castanheira de Pêra).

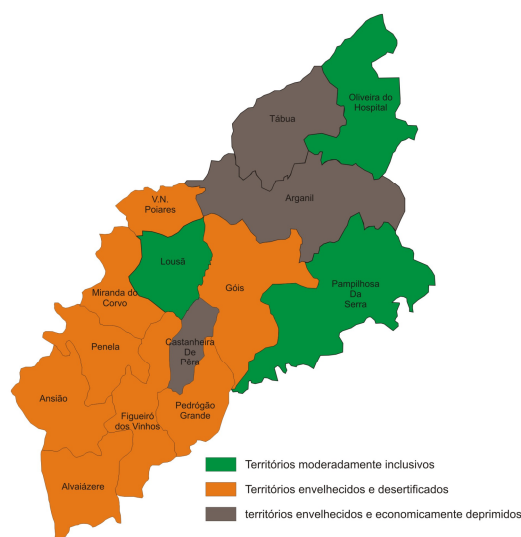


Figura 4.1\_Tipificação das Situações de Exclusão no Pinhal Interior Norte (Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, ISS, Janeiro 2005)

## § Qualidade de Vida

A qualidade de vida é um factor determinante num território, ainda mais quando o território em causa é caracterizado por um ambiente rural, por dificuldades em fixar população, dificuldades em atrair empresas ou garantir postos de trabalho. Neste contexto, a oferta de um ambiente de qualidade assume uma dimensão renovada.

<sup>16</sup> Estes são territórios onde os níveis de inclusão são muito positivos no sector da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada do sistema de ensino) e da integração no mercado de trabalho (baixas taxas de desemprego), para além de não surgirem traços de exclusão sobrerrepresentados.

<sup>17</sup> Estes são territórios onde os sinais positivos se associam à fraca criminalidade, às condições de habitação e à prestação de serviços de acção social. Neste caso os traços de exclusão, efectiva ou potencial, associam-se ao envelhecimento da população: idosos a viverem sós, analfabetismo, deficiências e grande desequilíbrio entre o número de pensionistas e a população empregada.

<sup>18</sup> Territórios onde o único sinal positivo se prende com a baixa criminalidade e, onde a percentagem de estrangeiros, ainda que baixa, pode ser um factor facilitador de inclusão. Nestes territórios as condições desfavoráveis são muitas e diversificadas, salientando-se os défices de integração familiar, de formação escolar, de integração no mercado de trabalho, para além da pobreza que é um sinal evidente neste grupo.



Nesse sentido, estes territórios, devem apostar na valorização dos espaços públicos, nas infra-estruturas, nos serviços e comércio, nas actividades lúdicas e culturais, pois estes são projectos que se associam a elevados padrões de qualidade de vida e, ainda, na afirmação da relação entre o Homem e a natureza, sempre com o intuito de criarem alternativa ao ambiente urbano das cidades próximas (relatório do PNPOT, 2007).

A este propósito, Paulo Júlio (Presidente da Câmara de Penela, 29 de Janeiro de 2009) comenta: “nas duas últimas décadas houve aqui um trabalho essencial das autarquias na requalificação urbana, nos equipamentos desportivos, nos equipamentos culturais, no sentido de conferir às pessoas qualidade de vida.”

A qualidade de vida e qualidade ambiental são vantagens do Pinhal Interior Norte. Este é um trunfo desta região e uma característica cada vez mais valorizada e procurada pela população das grandes urbes e é uma das apostas dos agentes locais destes municípios:

No início apostámos em desenvolver o concelho ao nível da qualidade urbana, criámos espaços públicos, melhorámos acessibilidades, apostámos em projectos diferenciadores de enquadramento e valorização do próprio concelho. Apostámos em proporcionar qualidade de vida, porque pensámos que assim íamos captar mais gente.<sup>19</sup>

Conclusão, estamos a desperdiçar um território com uma excelente qualidade de vida (onde se vive bem). Estamos a fazer com que as pessoas deixem este território e estamos a amontoá-las no litoral e, fazemos com que as pessoas que vivem no litoral tenham uma péssima qualidade de vida (saem de casa 2,3 horas antes da hora de entrada do emprego, saem do emprego 2,3 horas depois chegam a casa, sem qualquer capacidade para suportar seja o que for na sua casa e, isso não é qualidade de vida, isso é sobreviver), podíamos ter muito mais pessoas se houvessem melhores condições e, é essa que tem de ser a nossa luta!<sup>20</sup>

[...] hoje, apesar de estarmos aqui no centro de uma região de baixa densidade demográfica, claramente rural, nós nos centros urbanos das sedes de concelho temos uma biblioteca (com todas as condições), espaços internet, espaços para teatro, cinemas, escolas bem equipadas, boas requalificações urbanas e, portanto, espaços públicos com muita dignidade, na verdade as pessoas encontram qualidade de vida. Mas, ainda assim, algumas pessoas vão saindo porque têm oportunidades de emprego, e há uma dificuldade para nós atrairmos mais pessoas para o território.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Comunicação pessoal de Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra (16 de Janeiro de 2009)

<sup>20</sup> Comunicação pessoal de José Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra (20 de Janeiro de 2009)

<sup>21</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

## § A economia local

No que diz respeito ao indicador do factor de dinamismo relativo, as sub-regiões analisadas, apresentam todos valores indiciadores de que não são geradoras de movimentos sazonais de índole turística em quantidade suficiente para se reflectirem numa alteração da dinâmica comercial, à excepção da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul que dão já sinais de inversão dessa tendência.

NUTS III	IPC 2005 <sup>22</sup>	FDR 2005 <sup>23</sup>
Cova da Beira	77.39	-0.09
Dão-Lafões	71.57	-0.16
Serra da Estrela	61.73	0.01
Pinhal Interior Norte	63.23	-0.08
Baixo Mondego	103.36	-0.75
Pinhal Litoral	90.39	-0.40
Pinhal Interior Sul	57.25	0.01
NUTS II (Centro)	83.89	-0.31
Portugal Continental	100.52	-0.42

Quadro 4.10\_ IPC 2005- indicador do poder de compra/ per capita, em 2005; FDR 2005 - factor dinamismo relativo em 2005; INE, 2005

Ao nível dos concelhos pertencentes ao Pinhal Interior Norte e, no que refere ao indicador do poder de compra, os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Góis e Pedrógão Grande são os que apresentam valores mais baixos em oposição aos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Ansião.

Já no que diz respeito ao indicador factor de dinamismo relativo, os valores apresentados pelos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Tábua, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande indicam que estes são geradores de movimentos sazonais de índole

<sup>22</sup> O indicador per capita é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional.

<sup>23</sup> O Factor Dinamismo Relativo reflecte o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais de raiz turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial, ainda detectada na informação de base, para além da reflectida nos dois indicadores anteriores. Note-se que este último indicador vem expresso em proporção dos residentes nos concelhos, pelo que tende a tomar valores mais baixos nos grandes aglomerados populacionais.

turística em quantidade suficiente para se reflectirem numa alteração da sua dinâmica comercial, em oposição aos restantes concelhos que apresentam valores negativos para este indicador.

Pinhal Interior Norte	IPC 2005	FDR 2005
Arganil	58.87	0.14
Góis	54.26	0.08
Lousã	81.23	-0.28
Miranda do Corvo	65.89	-0.51
Oliveira do Hospital	63.06	0.19
Pampilhosa da Serra	55.82	-0.13
Penela	53.30	-0.02
Tábua	55.94	0.16
Vila Nova de Poiares	67.92	-0.13
Alvaiázere	60.26	-0.29
Ansião	64.69	-0.35
Castanheira de Pêra	61.62	0.03
Figueiró dos Vinhos	55.51	0.06
Pedrógão Grande	54.41	0.21
NUTS III (PIN)	63.23	-0.08

Quadro 4.11\_ IPC 2005- indicador do poder de compra/ per capita, em 2005; FDR 2005- factor dinamismo relativo em 2005; INE, 2005

Analisando os dados do PIB do ano de 2004 e os do ano de 2006 verificamos que o contributo do Pinhal Interior Norte para o PIB nacional, em ambos os anos, foi de 0.8%. No total das sub-regiões apresentadas constatamos que a que contribuiu mais para o PIB nacional, no ano de 2006, foi a sub-região do Baixo Mondego.

Já no que refere ao VAB o contributo do Pinhal Interior Norte para o VAB nacional foi da ordem de 0.8% ao longo do ano de 2006, percentagem igual à verificada para o ano de 2004. Salienta-se contudo a diminuição do contributo do sector primário no ano de 2006, com uma diminuição de 0.6%. Verificou-se, ainda, que o sector terciário, no ano de 2006, aumentou consideravelmente o seu peso no VAB de cada uma das sub-regiões apresentadas, verificando-se

aumentos na ordem dos 1.3%, no caso de sub-região do Pinhal Interior Norte e 4.1%, no caso da Cova da Beira.

NUTS III	PIB 2004  (milhões de euros)	VAB 2004 <sup>24</sup>  (milhões de euros)				PIB 2006  (milhões de euros)	PIB  (% de Portugal)	VAB 2006 (milhões de euros)			
		Total	SP	SS	ST			Total	SP	SS	ST
Cova da Beira	809	704	28	188	487	893	0.6	764	34	171	560
Dão-Lafões	2.790	2.426	128	710	1.588	2.982	1.9	2.553	133	672	1.747
Serra da Estrela	405	352	13	109	230	429	0.3	367	12	110	245
Pinhal Interior Norte	1.116	970	44	310	616	1.189	0.8	1.018	40	317	660
Baixo Mondego	4.761	4.139	94	908	3.137	5.073	3.3	4.342	90	898	3.355
Pinhal Litoral	3.650	3.173	80	1.214	1.879	3.857	2.5	3.301	80	1.207	2.014
Pinhal Interior Sul	386	336	32	108	196	447	0.6	382	30	118	234
NUTS II (Centro)	27.717	24.099	1.078	7.381	15.640	29.558	19.0	25.300	1.073	7.310	16.918
Portugal	144.128	125.310	3.971	31.815	89.525	155.446	100	133.055	3.756	32.292	97.007

Quadro 4.12\_ PIB 2004- produto interno bruto por NUTS III em 2004; VAB 2004 – valor acrescentado bruto a preços de base por NUTS III em 2004; Emprego 2004 – emprego em 2004 por NUTS III; PIB 2006 – produto interno bruto por NUTS III em 2006; VAB 2006 – valor acrescentado bruto a preços de base por NUTS III em 2006; Emprego 2006 - emprego em 2006 por NUTS III (dados dos anuários estatísticos do centro, 2004 e 2007)

A contribuição do Pinhal Interior Norte para o PIB e para o VAB nacional é, ainda, pouco significativa no conjunto das NUTS III, devendo-se este facto às fragilidades sentidas ao nível económico, com as carências de investimento e atracção de actividades económicas de valor acrescentado para o território. Esta realidade é condicionante da actual debilidade económica que o país enfrenta, sendo necessário um reinventar das oportunidades como refere Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009): “nós, os habitantes do Pinhal Interior Norte, temos que reinventar as nossas oportunidades, aguentar este embate, e preparar as coisas para que na próxima geração tenhamos capacidade para superar tudo isto.”

<sup>24</sup> Valor Acrescentado Bruto a preços de base por NUTS III e actividade económica:

SP \_ Agricultura, Caça e Silvicultura; pesca e aquicultura;

SS \_ Indústria, incluindo Energia e Construção;

ST \_ Actividades de Serviços

A análise dos dados sobre o emprego na Região Centro evidenciou um predomínio da população empregada nas actividades relacionadas com as indústrias transformadoras (D), construção (F) e comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e bens de uso pessoal e doméstico (G), permitindo ainda constatar que, no período de 2004 a 2007, um decréscimo da população empregada nessas actividades.

Face aos valores do Pinhal Interior Norte, para o ano de 2007, pode afirmar-se que esta sub-região acompanha a tendência da região centro, destacando uma percentagem superior de população empregada nas actividades económicas relacionadas com as indústrias transformadoras, com 30.9%, e relacionadas com o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e bens de uso pessoal e doméstico, com 22.3% da população empregada.

A região centro evidencia, ainda, uma percentagem significativa para a construção, facto difícil de ser averiguado no Pinhal Interior Norte pela inexistência de dados relativos a essa actividade económica para o ano de 2007.

O Pinhal Interior Norte evidencia diferenças percentuais na ordem dos 2 e 3% face aos valores da região centro para o pessoal empregado nas actividades económicas relacionadas com actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas e, ainda, relacionados com actividades ligadas à saúde e acção social.

---

<sup>25</sup> Classificação das Actividades Económicas:

- A- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;
- B- Pesca;
- C- Indústrias Extractivas;
- D- Indústrias Transformadoras;
- E- Produção e distribuição de água, gás e electricidade;
- F- Construção;
- G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico;
- H- Alojamento e restauração (restaurantes e similares);
- I- Transportes, Armazenagem e Comunicações;
- J- Actividades Financeiras;
- K- Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas;
- L- Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória;
- M- Educação;
- N- Saúde e Acção Social;
- O- Outras Actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

A N O	NUTS III/ AE	Pessoal ao serviço segundo as actividades económicas (%)								
		Cova da Beira	Dão-Lafões	Serra da Estrela	Pinhal Interior Norte	Baixo Mondego	Pinhal Litoral	Pinhal Interior Sul	NUTS II (Centro)	Portugal Continental
2004	B	-	0.01	0	0.02	0.5	0.03	-	0.5	0.35
	C	-	0.72	-	-	0.5	1.23	-	0.6	0.40
	D	32.4	27.1	-	31.1	19.5	33.3	-	30.0	24.7
	E	-	0.39	-	-	0.6	0.23	0	0.5	0.66
	F	12.4	18.13	19.9	23.9	14.5	18.0	22.6	15.9	13.1
	G	22.7	24.2	23.4	22.6	24.9	22.6	24.3	23.8	23.3
	H	7.6	6.8	8.2	5.1	6.5	4.3	7.0	6.0	7.2
	I	2.1	4.7	3.3	4.1	5.4	3.9	5.5	4.3	5.2
	K	7.0	7.7	6.4	6.0	13.9	8.2	5.3	9.2	14.7
	M	3.1	2.2	3.7	2.2	3.4	2.4	2.3	2.3	2.4
	N	7.2	4.9	1.8	1.9	6.5	3.6	1.3	3.9	4.3
	O	3.0	3.0	2.8	2.6	3.8	2.4	2.4	2.8	3.7
	Total (nº)	23.200	70.194	9.562	32.706	96.752	104.629	8.537	688.463	3.469.275
2007	B	-	-	-	-	0.5	-	-	0.5	0.4
	C	1.6	-	-	-	0.5	1.3	-	0.6	-
	D	-	25.8	29.0	30.9	18.3	31.3	-	28.4	22.7
	E	-	-	-	-	0.7	0.2	-	0.5	-
	F	-	-	-	-	14.3	-	23.0	15.7	13.0
	G	22.7	23.6	23.9	22.3	24.8	23.0	23.8	23.6	23.0
	H	7.5	7.0	8.2	5.3	6.7	4.4	7.6	6.2	7.2
	I	-	5.0	3.2	4.1	4.1	3.9	-	4.2	5.1
	K	-	8.8	7.1	6.3	14.6	8.5	-	9.9	16.4
	M	-	-	4.1	-	3.9	-	-	2.6	2.6
	N	7.9	5.5	2.2	2.2	7.4	4.1	1.5	4.5	5.0
	O	3.5	2.9	2.8	2.9	4.2	2.6	2.5	3.1	3.8
	Total (nº)	23.130	73.074	9.769	33.829	95.695	105.099	8.728	700.261	3.593.213

Quadro 4.13\_ Pessoal ao serviço segundo as actividades económicas; INE, 2007

A N O	NUTS III/ AE	Pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora <sup>26</sup> (%)								
		Cova da Beira	Dão-Lafões	Serra da Estrela	Pinhal Interior Norte	Baixo Mondego	Pinhal Litoral	Pinhal Interior Sul	NUTS II (Centro)	Portugal Continental
2007	DA	-	13.2	26.5	13.3	20.5	7.6	-	13.8	12.4
	DB	-	16.6	49.9	37.0	-	8.1	-	12.7	22.9
	DC	-	-	-	0.09	1.1	-	-	1.9	-
	DD	-	12.2	3.1	10.08	5.1	6.0	-	6.5	5.5
	DE	-	2.4	1.7	3.7	-	3.0	-	4.3	5.8
	DF	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	DG	-	3.2	-	-	2.2	1.6	-	1.7	-
	DH	-	3.9	-	2.6	3.8	14.6	-	4.9	3.2
	DI	-	8.8	3.2	8.1	11.7	23.2	-	16.1	7.2
	DJ	-	18.0	-	8.4	15.0	10.5	-	14.7	11.7
	DK	-	-	-	1.8	6.5	16.5	-	8.0	57.9
	DL	-	1.0	-	3.4	-	1.7	-	3.9	5.4
	DM	-	-	0.2	-	5.5	-	0	4.7	4.0
	DN	-	6.4	2.0	9.5	3.9	5.8	-	6.7	7.3
	Total (nº)	-	18.824	2.834	10.447	17.475	32.930	-	199.185	814.574

Quadro 4.14\_ Pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora, segundo a CAE – REV.2.1; INE, 2007

Analisando os dados referentes ao pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora podemos constatar que não existe uma indústria que se destaque neste conjunto de sub-regiões. E, observando os valores da região centro, apercebemo-nos da presença de maior

<sup>26</sup> Classificação das Subsecções da Actividade Económica relacionada com as Indústrias Transformadoras:

DA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco;  
DB - Indústria têxtil;  
DC - Indústria do couro e de produtos do couro;  
DD - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras;  
DE - Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão;  
DF - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear;  
DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais;  
DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas;  
DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos;  
DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos;  
DK - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.;  
DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica;  
DM - Fabricação de material de transporte;  
DN - Indústrias transformadoras, n. e.

número de pessoas ao serviço da indústria de fabricação de outros produtos minerais não metálicos, com 16.1% seguida da indústria metalúrgica de base e de produtos metálicos, com 14.7% e da indústria alimentar, das bebidas e do tabaco com 13.8%, factos divergentes da realidade da sub-região do Pinhal Interior Norte.

Constata-se, ainda, que o Pinhal Interior Norte emprega um maior número de pessoas nas empresas da indústria transformadora das subsecções alimentar, bebidas e tabaco; têxtil e da madeira e cortiça.

#### § Dinâmicas Empresariais

Tomando por base a informação do INE referente ao total de empresas com sede nas sub-regiões analisadas pode apurar-se que, no período de 2004 a 2006, existiu um decréscimo neste indicador, com excepção da sub-região do Baixo Mondego onde se verificou um acréscimo de 299 empresas.

Este decréscimo do total de empresas é causa e consequência da baixa densidade populacional e da falta de recursos humanos qualificados como referem alguns agentes locais:

Mas, ainda assim, algumas pessoas vão saindo porque têm oportunidades de emprego e, há uma dificuldade em atrairmos mais pessoas para o território. Claro que isso se resolve com oportunidades de emprego em escala, ou seja, se quisermos falar do Pinhal Interior Norte, todo esse fenómeno resolve-se com oportunidades de emprego, mas que têm de surgir de uma estratégia conjunta de desenvolvimento.<sup>27</sup>

[...] a falta de fábricas, a falta de emprego, a falta de oportunidades, faz com que a população tenda a deslocar-se para outros locais. Antigamente era para o estrangeiro, agora é mais para o litoral, e depois provoca estes fenómenos de desertificação.<sup>28</sup>

O que precisamos é procurar fixar os quadros qualificados, esses é que normalmente não têm oportunidades aqui no interior e rumam à cidade.<sup>29</sup>

[...] para além de a nossa população ser uma população que não corre riscos. Não aposta, e o facto de não correr riscos, não ter capacidade de iniciativa leva a que não aposte e que tenha de sair do concelho.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

<sup>28</sup> Comunicação pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

<sup>29</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

<sup>30</sup> Comunicação pessoal de Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra (16 de Janeiro de 2009)



Em relação ao volume de negócios, e no período de 2004 a 2005, é manifesto um aumento em todas as NUTS III; contudo este crescimento não se reflecte no período de 2005 a 2006 para todas as sub-regiões, encontrando-se a Cova da Beira, o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Sul com um decréscimo do volume de negócios.

NUTS III	Empresas por município da sede (nº)			Volume de negócios (milhares de €)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Cova da Beira	9.446	9.093	7.838	1.073.051	1.092.816	1.088.131
Dão-Lafões	27.910	27.429	24.673	4.940.787	5.268.859	5.494.859
Serra da Estrela	4.644	4.539	3.661	442.285	468.785	480.253
Pinhal Interior Norte	14.472	14.163	12.447	1.642.832	1.726.365	1.819.187
Baixo Mondego	37.983	37.085	38.282	7.783.078	7.900.611	6.530.833
Pinhal Litoral	36.149	35.447	31.376	7.341.110	7.754.751	8.174.141
Pinhal Interior Sul	4.425	4.307	3.388	480.127	487.760	487.261
NUTS II (Centro)	277.450	269.555	237.907	48.464.571	50.432.205	50.868.556

Quadro 4.15\_ INE, Anuários Estatísticos da Região Centro

	Empresas com sede no Pinhal Interior Norte (N)										
	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
2004	901	35	1.381	12	3.756	4.916	1.261	547	300	687	676
2005	814	37	1.344	14	3.637	4.758	1.259	591	287	721	701
2006	X + 7	32	1.234	16	2.619	3.768	1.049	475	-	1.502	1745

Quadro 4.16\_ INE, Anuários Estatísticos da Região Centro

Analisando, agora, a distribuição das empresas por código de Actividade Económica (CAE) no Pinhal Interior Norte, verifica-se que no período de 2004 a 2006 houve um aumento das actividades terciárias (actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas; educação; saúde e acção social e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais) e

uma diminuição do número de empresas em actividades secundárias como as indústrias transformativas e a Construção. Para além de, se constatar que as actividades pertencentes à CAE G (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico) são as mais representativas da actividade económica do Pinhal Interior Norte, seguidas da CAE F (Construção).

Importa referir que esta concentração da actividade económica em 3, 4 sectores associada à escassez de recursos humanos qualificados e à escassez de investimento (oportunidades de emprego) reflecte um tecido empresarial débil, logo um obstáculo ao desenvolvimento económico desta sub-região. Esta é uma dificuldade reconhecida por Paulo Morgado (Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, 12 de Janeiro de 2009) quando afirma:

Todos estes sectores muito tradicionais tiveram muitas dificuldades em se modernizarem, em se adaptarem a esta nova estrutura empresarial e ao governance que é quase imposto às empresas mais dinâmicas, sempre muito expostas ao mercado global. Portanto temos aqui algumas dificuldades [...]

Ainda, o facto de prevalecerem empresas de actividades económicas onde predomina a mão-de-obra intensiva sem necessidade particular de formação qualificada, reflecte uma estrutura empresarial pouco direccionada para o mercado externo, como refere José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009):

A floresta ainda emprega muita gente aqui na Pampilhosa. Mas as empresas que aqui estão não procuram mão-de-obra daqui [...] Normalmente, as empresas florestais trazem o seu pessoal já qualificado para o trabalho. A actividade empregadora aqui no concelho continua a ser a construção civil, depois temos a área dos serviços, a restauração que tem também alguma importância e muitas empresas do tipo familiar, que também têm algum peso [...]

PIN	Empresas por município da sede (N)		
	2004	2005	2006
Arganil	1.346	1.302	1.127
Góis	432	414	341
Lousã	1.638	1.581	1.654
Miranda do Corvo	1.300	1.282	1.239
Oliveira do Hospital	2.246	2.231	1.819
Pampilhosa da Serra	450	431	286
Penela	644	632	540
Tábua	1.185	1.173	1.002
Vila Nova de Poiares	898	880	842
Alvaiázere	999	967	814
Ansião	1.834	1.790	1.482
Castanheira de Pêra	328	318	289
Figueiró dos Vinhos	736	742	631
Pedrogão Grande	436	420	381
Pinhal Interior Norte	14.472	14.163	12.447

Quadro 4.17\_ INE, Anuários Estatísticos da Região Centro

Já ao nível dos municípios que constituem o Pinhal Interior Norte, e no indicador Empresas por município da sede, verifica-se o mesmo cenário que na NUTS II, ou seja, perda de empresas no período de 2004 a 2006, com excepção do município da Lousã que ganhou mais 16 empresas.

Segundo Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009) isto deve-se ao facto de:

[...] estamos numa região que ela própria não é nada forte sob o ponto de vista de espaços e localização de empresas, e isso é uma debilidade. Isto é como tudo, se tivermos numa zona em que existem cidades fortes, forças fortes, numa determinada área todos nós apanhamos, no bom sentido, quase por inércia. Mas aqui não, e isso é claramente uma debilidade.

Importa, ainda, referir que os municípios que se destacam com mais empresas sediadas são os municípios da Lousã, Oliveira do Hospital e Ansião.<sup>31</sup>

ANO	A.E	PIN													
		Arganil	Góis	Lousã	Miranda do Corvo	Oliveira do Hospital	Pampilhosa da Serra	Penela	Tabua	Vila Nova de Poiares	Alvaiázere	Ansião	Castanheira Pêra	Figueiró Dos Vinhos	Pedrógão Grande
2006	B	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1
	C	2	1	1	1	5	0	0	5	1	1	15	0	0	0
	D	125	43	133	113	207	19	52	112	73	85	141	40	53	38
	E	3	1	1	0	0	9	1	1	0	0	0	0	0	0
	F	313	79	238	295	364	60	122	216	145	212	367	43	125	40
	G	327	83	460	325	587	90	150	311	310	264	455	88	201	117
	H	96	44	136	98	165	27	43	97	62	55	84	36	67	39
	I	41	15	26	41	49	19	34	30	27	46	94	9	29	15
	K	101	31	305	158	228	18	62	121	95	58	172	31	70	52
	M	37	10	119	43	66	3	24	32	28	17	60	17	22	10
	N	35	9	95	70	66	6	19	36	30	18	29	9	21	6
	O	47	24	140	95	81	34	33	40	71	57	65	15	43	63

Quadro 4.18\_ INE, Anuários Estatísticos da Região Centro

Analisando a distribuição das empresas por código de actividade económica, durante o ano de 2006, podemos afirmar que o sector que atraiu mais empresas nestes municípios foi, tal como na sub-região onde se inserem, o sector terciário (G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico; H- Alojamento e restauração) e, ainda, o sector secundário (F- Construção; D- Indústrias Transformadoras).

Os municípios onde se sediaram mais empresas do sector secundário, durante o ano de 2006, foram os municípios de Ansião, Oliveira do Hospital, Arganil e Miranda do Corvo. Já, os municípios que se destacaram por albergar empresas do sector terciário, nesse período de tempo foram a Lousã, Oliveira do Hospital, Ansião e Miranda do Corvo.

<sup>31</sup> Estes são concelhos com uma forte tradição industrial, onde existem há já alguns anos espaços de localização de empresas. Estes espaços têm como mais-valia a proximidade a vias importantes de mobilidade sub-regional.

Pode afirmar-se que a Lousã, Ansião e Oliveira do Hospital são os municípios que mais dinâmicas empresariais têm em oposição aos municípios de Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Góis e Pedrógão Grande que evidenciam maiores dificuldades em fixar empresas.

#### Importações e Exportações

Em matéria de exportações e importações, e de acordo com os dados estatísticos de 2007 do INE, o Pinhal Interior Norte apresentou um saldo positivo de 39.265 €, situação oposta à da média nacional. Contudo, o Pinhal Interior Norte é ainda pouco representativo no contexto da Região Centro, apresentando um total de 150.538.000 € para as saídas e 111.273.000€ para as entradas.

NUTS III	Saídas/ milhares de euros	Entradas/milhares de euros
Cova da Beira	162.040	76.198
Dão-Lafões	1.297.527	947.847
Serra da Estrela	23.481	18.512
Pinhal Interior Norte	150.538	111.273
Baixo Mondego	1.072.711	614.273
Pinhal Litoral	830.059	930.683
Pinhal Interior Sul	35.525	14.605
NUTS II (Centro)	7.915.146	7.050.974
Portugal Continental	35.983.371	54.871.965

Quadro 4.19\_ Comércio internacional declarado na Região Centro por NUTS II (INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2007)

Em termos de distribuição geográfica das empresas exportadoras destacam-se os concelhos de Lousã, Oliveira do Hospital, Tábua e Ansião.

PIN	Saídas/ milhares de euros	Entradas/milhares de euros
Arganil	16.048	6.628
Góis	....	....
Lousã	35.058	23.602
Miranda do Corvo	581	2.928
Oliveira do Hospital	21.282	21.483
Pampilhosa da Serra	....	157
Penela	5.273	8.431
Tábua	26.450	11.942
Vila Nova de Poiares	14.511	14.480
Alvaiázere	859	360
Ansião	22.379	19.782
Castanheira de Pêra	3.378	1.125
Figueiró dos Vinhos	1.645	...
Pedrógão Grande	2.910	...
Pinhal Interior Norte	150.538	111.273

Quadro 4.20\_ Comércio internacional declarado no Pinhal Interior Norte (INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2007)

## Turismo

O sector do turismo é um dos sectores com maior potencial nesta sub-região da zona centro do país mas, como refere Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009) “ [...] está tudo por fazer. O que temos aqui é um diamante em bruto, está tudo por fazer, eu diria muita coisa por fazer, desde logo saber fazer a divulgação e a promoção do território.”

Esta sub-região encontra-se associada à Região de Turismo do Centro e à, recentemente constituída, Associação de Promoção Turística (ARPT) do Centro de Portugal, as quais estão a desenvolver produtos turísticos adequados às potencialidades deste território. Encontrando-se, já, dois (touring cultural e paisagístico e o turismo de natureza) dos dez<sup>32</sup> produtos definidos pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) em implementação e que, entre outros objectivos, pretende “concentrar actuação em produtos, mercados e instrumentos promocionais estratégicos.”

<sup>32</sup> Para a zona centro do país, o Plano Estratégico Nacional do Turismo, definiu seis produtos estratégicos: o touring cultural e paisagístico, o turismo de natureza, o golfe, os resorts integrados e o turismo residencial, saúde e bem-estar e a aposta nos vinhos e gastronomia.

Estes produtos-chave relacionados com a natureza, gastronomia, vinhos e cultura introduzem-se na política de desenvolvimento de um dos sectores com maior potencial de dinamização económica, confirmando a importância da definição de uma estratégia global como é argumentado por alguns agentes locais:

E o sector do turismo pode vir a ser um sector importante, está provado com experiências no terreno, no desenvolvimento deste território. Pequenas casas de turismo rural, hotel de média dimensão, empreendimento turístico de aldeia, tudo isto são investimentos que geram postos de trabalho, directos e indirectos porque geram uma dinâmica territorial adjacente, esse é um sector.<sup>33</sup>

Eu acho que quando falamos no turismo não podemos falar só na vertente da fruição dos espaços naturais que temos a sorte de ter no nosso território. Eu acho que para termos uma estratégia de turismo que seja de facto um elemento criador de riqueza, para além da questão da fruição da paisagem, temos de ter alojamento (e eu acredito que nos próximos anos, temos agora este constrangimento da crise...mas eu acredito que no turismo de espaço rural vamos ter muitos investimentos na região) e temos de ter também a vertente da animação, isso é decisivo, porque as pessoas não vêm só para verem aquele monumento, para usar aquele espaço natural, têm de ter actividades e aí o artesanato e a gastronomia têm um papel muito relevante, [...]<sup>34</sup>

Nesse sentido, e possuindo o Pinhal Interior Norte um património cultural (lendas, gastronomia), natural (Rede Natura – Sícó), arqueológico (vila romana do Rabaçal, algares, antas), arquitectónico (rede das aldeias de xisto, castelos, casas senhoriais), espeleológico (grutas de estalactites e estalagmites) e paisagístico (rios e serras) tão diversificado, torna-se imperativo que seja valorizado e explorado numa óptica de diferenciação do produto de forma a imprimir valor acrescentado ao território, como defende Ricardo Alves (Presidente da Câmara Municipal de Arganil, 12 de Fevereiro de 2009):

E, o Pinhal Interior Norte tem de apostar sobretudo em duas áreas, uma tem que ver com o turismo, penso que temos condições naturais propícias para um desenvolvimento turístico, que tem de ser integrado, mas de facto podemos marcar aí a diferença (e há já alguns exemplos no terreno que provam que esta região tem grande potencial, designadamente o projecto das aldeias do xisto, que é um projecto notável, temos também o projecto das aldeias históricas), e pensamos que em regiões de baixa densidade faz sentido a criação de produtos turísticos diferentes mas que vão ao encontro daquilo que são as expectativas das pessoas, para além do desenvolvimento do turismo da natureza que tem aqui também um espaço privilegiado de actuação.

---

<sup>33</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

<sup>34</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

Este é um território que possui espaços de recreio e lazer como praias fluviais, parques verdes, que concentra actividades como percursos na montanha, caça, pesca e fotografia animal, que possui alojamento diferenciado<sup>35</sup> e que promove uma gastronomia rica e singular (o cabrito, os enchidos, o borrego ou até a noz, para além do queijo da serra da estrela, o queijo do Rabaçal, o mel da serra da Lousã e o azeite). Produtos singulares desta sub-região que merecem projecção nacional e até internacional, como reitera Ricardo Alves (Presidente da Câmara Municipal de Arganil, 12 de Fevereiro de 2009):

Os produtos endógenos são cada vez mais importantes porque merecem cada vez maior reconhecimento por parte das pessoas, e portanto as pessoas hoje em dia já não vão só pelo que é mais barato, mas por aquilo que é de qualidade e, eu acho que nós no nosso território temos produtos que devem ser promovidos, certificados e apresentados como produtos de excelente qualidade para que as pessoas os possam adquirir, acho que esse é um ponto importante. [...] Há um exemplo muito concreto, hoje em dia quando se fala em cereja fala-se no Fundão e há dez anos atrás não era assim. Isso foi fruto de uma aposta muito forte que foi feita com os produtores locais, com toda a gente, mas também um grande trabalho de comunicação. E, portanto eu acho que nós temos de ser capazes de, com os produtos que temos, ter uma capacidade de comunicação para o exterior para que as pessoas olhem para o PIN e pensem eu ali posso encontrar este ou aquele produto, que são os produtos com os quais se identifica o território, [...]

Ainda, ao nível deste sector, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, promoveu um projecto de requalificação das aldeias de xisto<sup>36</sup> com o intuito de recuperar tradições, valorizar o património arquitectónico construído, dinamizar as artes e ofícios tradicionais e defender e preservar as paisagens envolventes. Este foi um projecto vital para a melhoria da qualidade de vida das populações destas aldeias, funcionando, em paralelo, de motor de atracção turística. Assim, foram seleccionadas 24 aldeias em 14 concelhos da região centro, sendo do Pinhal Interior Norte 15 aldeias distribuídas por Arganil, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela. Actualmente, este é um projecto de enorme dinamização destes territórios e um investimento declaradamente elogiado por todos os municípios envolvidos como se comprova pelos comentários dos agentes locais:

---

<sup>35</sup> Alojamentos em unidades hoteleiras de elevada capacidade como a Pousada do Desagravo em Oliveira do Hospital, pertencente à rede das Pousadas de Portugal; o Meliá Hotel na Lousã, pertencente ao grupo Sol Meliá; ou ainda a Estalagem de Santa Bárbara em Oliveira e a Quinta do Viso em Miranda do Corvo. Possui, ainda, polvilhados por todo o território, espaços classificados de Turismo em Espaço Rural e parques de campismo.

<sup>36</sup> Este programa foi implementado em 2001 através de fundos comunitários do Programa Operacional da Região Centro (medida II.6, componente FEDER) e foi promovido pelas várias câmaras municipais envolvidas, através da elaboração de "Planos de Aldeia" desenvolvidos por equipas técnicas especializadas e multidisciplinares.



Outra aposta que fizemos foi no programa da rede das aldeias de xisto, se verificarmos o concelho da Lousã é o que tem mais aldeias na rede (temos 5 aldeias [...]) mas foi uma aposta claramente ganha!<sup>37</sup>

Embora já consigamos tirar algum partido deste enorme potencial e de alguns investimentos feitos nesta área: aldeias de xisto e algumas praias fluviais. O concelho da Pampilhosa da Serra tem duas aldeias de xisto. Este programa é já uma marca internacional [...] A ADXISTUR está, também, a promover o investimento efectuado não só no nosso país como também lá fora e, portanto, verificamos que estas estão a tornar-se pontos de referência e atracção.<sup>38</sup>

[...] a rede das aldeias de xisto está a permitir fixar no território, pessoas qualificadíssimas, algumas delas que trabalham em empresas de Lisboa e que decidiram não condicionar a sua vida àquilo que é a vida de uma grande urbe para todo o sempre, até porque hoje o trabalho à distância é cada vez mais comum [...]<sup>39</sup>

Paralelamente, têm sido desenvolvidos projectos complementares como as Lojas das Aldeias do Xisto (comercialização de produtos locais), a Rede de património do Xisto (projecto internacional de parceria com um local UNESCO na Noruega) e, ainda, a Rede das praias fluviais (zonas fluviais marcantes do território) (ver anexo 4.7). Projectos que têm sido bem acolhidos pelas autarquias e que têm conquistado a população como afirma José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009):

Através da Adxstur encontramos-nos a desenvolver algumas lojas de aldeia, promoção de produtos endógenos, incentivando os produtores à sua divulgação (produtos que temos de excelente qualidade e apoiamos os produtores a colocá-los no mercado e a vendê-los, neste momento a loja da aldeia tem sido uma ajuda, mas a divulgação que fazemos em locais como Coimbra ou Lisboa de produtos como a aguardente de mel, aguardente de medronho, o mel, o cabrito; todos estes produtos que são ímpares e que podem ser um excelente complemento de alguém que queira explorar esta área).

Estes projectos têm divulgado e captado investimentos privados para este território, sendo exemplos categóricos da importância e mais-valia deste sector. Proporcionam, ainda, uma excelente oportunidade de projecção internacional desta sub-região devido à sua ligação a uma marca de reconhecido valor.

---

<sup>37</sup> Comunicação pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Fernando Carvalho (15 de Janeiro de 2009)

<sup>38</sup> Comunicação pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, José Brito Dias (20 de Janeiro de 2009)

<sup>39</sup> Comunicação pessoal do Presidente da Câmara Municipal de Penela, Paulo Júlio (29 de Janeiro de 2009)

No entanto, é importante definir uma estratégia base que articule todas as ofertas e as distribua territorialmente e se criem serviços de apoio de qualidade, ajustados às necessidades deste sector, pois este é ainda um obstáculo ao seu sucesso como indica José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009):

Contudo há ainda muito para fazer, nós por exemplo, temos uma grande dificuldade no alojamento (ainda há pouca oferta, temos um promotor que pretende fazer um hotel aqui na Pampilhosa, esperamos que entretanto apareçam outros promotores para desenvolverem outros projectos nesta área).

Outro aspecto negativo, que pode comprometer o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento, prende-se com a dimensão internacional que o sector do turismo possui. Este sector envolve produtos que rivalizam directamente com vários locais do mundo onde as ofertas turísticas se foram aperfeiçoando com o passar dos anos. Existe, no entanto, uma necessidade latente em catapultar o Pinhal Interior Norte directamente para o mercado global o que exige a criação de um produto diferenciado de grande qualidade.

#### § Infra-estruturas e organizações de apoio à actividade económica

Para atrair investimento privado é essencial a existência de um ambiente estruturado de apoio à actividade económica. Uma região atractiva ao investimento subentende a presença de infra-estruturas, organizações de apoio e instrumentos legais que facilitem a criação das próprias empresas e de ligações entre estas e a região onde se inserem.

Assim, e no que refere a infra-estruturas físicas, esta sub-região possui Zonas Industriais em todos os municípios (ver anexo 4.8), existindo inclusive expectativas de ampliação desses espaços, no entanto não conseguem atrair investimentos de carácter mais tecnológico e que introduzam patamares de valor acrescentado, como aponta Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009):

[...] mas também aqui, eu acho, que estamos numa região que ela própria não é nada forte sob o ponto de vista de espaços e localização de empresas, e isso é uma debilidade. Isto é como tudo, se tivermos numa zona em que existam cidades fortes, forças fortes, numa determinada área todos nós apanhamos, no bom sentido, quase por inércia. Mas aqui não, e isso é claramente uma debilidade.

Para além destas zonas industriais, existem ainda infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento económico como os gabinetes de apoio ao desenvolvimento (UNIVA), serviços de apoio local ao empresário e planos e gabinetes de apoio ao investidor, desenvolvidos, essencialmente, pelo poder local. Sendo estes essenciais para dinamizar a economia local como refere José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009) “sim, nós nestes municípios temos de ser os principais motivadores dos investimentos. Não temos grande vocação para sermos promotores, mas temos que fazer parte do processo: motivar, ajudar a dar os primeiros passos, encaminhar e depois libertar.”

Os municípios procuram colmatar a escassez de investimento privado no território com uma política de atracção de empresas na qual reduzem prazos e taxas, como referem alguns agentes:

Aqui em Figueiró temos o parque industrial do carameleiro, [...] Por outro lado existem, ainda, incentivos como a venda de terrenos a preços simbólicos, em termos de taxas também se utilizam valores muito residuais, também o FINICIA (programa com entidade bancária) e um acompanhamento privilegiado ao investidor que aqui investe.<sup>40</sup>

É mais fácil, seria mais fácil hoje, uma empresa sediar-se nesta zona, por causa destas condições: impostos mais baixos, mais facilidades no licenciamento, preços mais baratos dos terrenos e, eventualmente até, alguma majoração em termos de candidaturas ao QREN e até a outros fundos comunitários. Agora, mais uma vez, eu penso que o ponto fundamental são as vias de comunicação, ninguém vai instalar uma indústria na Pampilhosa da Serra, lá no fundo, se não tiver uma rápida ligação ao IC 8 e às auto-estradas.<sup>41</sup>

Destacam-se, ainda, algumas entidades que pelo seu papel na sub-região estimulam e incentivam o tecido empresarial existente. Entidades como a Região de Turismo do Centro, a Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, a Associação PINUS Verde (gestora das Aldeias de Xisto), a Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico de Coimbra (cujas Escola Superior de tecnologia e Gestão se localiza no município de Oliveira do Hospital), o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Tomar, a rede de escolas tecnológicas e profissionais (Sicó e Zona do Pinhal), associações empresariais e associações ligadas a sectores específicos como a floresta, destacando-se o Centro de Operações e Técnicas Florestais (sediado na Lousã) e associações ligadas a produtos endógenos.

---

<sup>40</sup> Comunicação pessoal de Rui de Almeida e Silva, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (8 de Janeiro de 2009)

<sup>41</sup> Comunicação pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

Para além destas infra-estruturas imateriais há ainda, que referir a importância da proximidade de algumas infra-estruturas de suporte ao upgrade do tecido empresarial<sup>42</sup>, como o Centro Tecnológico de Cerâmica e do Vidro (CTCV), a Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade (AEMITEQ), a Associação para a Investigação Biomédica e Inovação da Luz e Imagem (AIBILI), a Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (IPN), o Pólo de Investigação em Engenharia de Polímeros (Associação CCG/ZGDV), o Centro de Biomassa para a Energia (CBE, em Miranda do Corvo) e a Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT), todos no distrito de Coimbra.

Esta proximidade pode contribuir para que ocorram sinergias entre o mundo empresarial e o mundo científico e se estabeleçam elos de colaboração e cooperação. Estes potenciadores de um maior dinamismo, maior capacidade de inovação e de maior competência para criação de produtos diferenciadores de qualidade superior, facto reconhecido e valorizado pelos agentes locais:

Eu penso que começam agora a existir, cada vez mais, o que tem faltado é uma interacção do mundo empresarial com o meio científico. [...], portanto há que colocar, um destes dias, estas instituições a pensar e a funcionar em rede, a servirem como parceiros, não só para facultarem mão-de-obra qualificada, mas também, para eventualmente responderem às necessidades das empresas.<sup>43</sup>

Hoje a universidade está mais próxima do mundo empresarial e isso, é uma coisa que se saúda, porque de facto era sempre uma crítica apontada à Universidade de Coimbra e que, julgo se está a ultrapassar, fruto do trabalho que tem sido desenvolvido por este gabinete. Que também já permitiu que desenvolvêssemos um curso de empreendedorismo, com excelentes resultados. Temos vários pedidos para fazermos uma segunda edição, poderão florescer daí alguns projectos novos em termos empresariais, daí que eu pense que esta parceria é muito importante.<sup>44</sup>

Felizmente, começam agora a haver muitos protocolos e muitas parcerias, porque as instituições de ensino também começaram a sentir necessidade de sair do espaço que limitava o espaço interior. Mas, lamentavelmente ainda não é uma prática comum. Penso que é uma prática que deve ser incrementada, fazer projectos de investigação, ligar as universidades e os institutos politécnicos aos próprios projectos que os municípios desenvolvem. [...] E uma grande colaboração entre os autarcas do interior porque se continuarem a trabalhar cada um por si, nunca mais vamos a lado nenhum.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> As infra-estruturas imateriais são aqui associadas à importância do conhecimento e do "saber-fazer" que cada vez mais se assume como instrumento mobilizador dos agentes económicos, sendo por isso estas infra-estruturas tão essenciais ao desenvolvimento.

<sup>43</sup> Comunicação pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

<sup>44</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

<sup>45</sup> Comunicação pessoal de Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (16 de Janeiro de 2009)

O Pinhal Interior Norte como sub-região pertencente à região centro, ao nível da administração pública descentralizada, tem por principais organismos de apoio a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC) e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC). E, como agente chave para o desenvolvimento económico, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte que reúne os catorze municípios com o intuito de melhor se articularem investimentos de interesse intermunicipal, através da contratualização da gestão de projectos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira de 2007 a 2013.

Para além destas dinâmicas, existem várias associações intermunicipais (ver anexo 4.9) entre concelhos contíguos porque entre concelhos mais afastados existem maiores dificuldades no relacionamento. Estas associações revelam uma predisposição para a cooperação e uma fragmentação de esforços e energias que podem comprometer o desenvolvimento desta sub-região, no entanto, a recentemente criada comunidade intermunicipal, procurou resolver este problema, reforçando os laços existentes (entre concelhos de Sicó, entre os concelhos da serra da Lousã e entre os concelhos da serra do Açor) e impondo a colaboração com os concelhos mais distantes, como confirmam alguns agentes locais:

Se calhar há pouca afinidade do Zêzere para lá destes concelhos, com a Sertã e com a Pampilhosa. Temos mais afinidades com Pombal e daí a criação da ADSicó há 20 anos atrás.<sup>46</sup>

Contudo, a criação da associação fez com que houvesse uma aproximação maior entre os concelhos. Nós aqui temos especificidades quase iguais, mas com Oliveira do Hospital já nem tanto e com Tábua, também não.<sup>47</sup>

Agora o que posso dizer é que temos a comunidade intermunicipal a funcionar, congregando os 14 municípios e, começa a perceber-se alguma ligação e a criarem-se laços e perspectivas interessantes do ponto de vista daquilo que é a nossa visão e organização para além do município, numa visão intermunicipal.<sup>48</sup>

É importante que todos nós, enquanto cidadãos, ganhemos a noção de que é fundamental trabalhar em rede e fundamental dar-mo-nos bem com o vizinho, porque na cadeia de valor todos nós podemos acrescentar e ganhar mais com isso.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Comunicação pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

<sup>47</sup> Comunicação pessoal de José Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra (20 de Janeiro de 2009)

<sup>48</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

<sup>49</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

Ainda, o espírito de cooperação e as redes de colaboração da população são fracos devido à presença de elevados níveis de desconfiança e depreciação social. A inversão destes dados é um passo importante a dar, como defendem alguns agentes locais:

Eu penso que ao nível da população, nós também, temos de os mobilizar para o que é realmente importante. A dificuldade de gestão num concelho pequeno, do interior, é sermos poucos, a ausência de massa crítica, e a nossa gestão é mais desgastante porque é mais próxima.<sup>50</sup>

Um exemplo, o comércio nas nossas vilas (se falarmos na Lousã e Oliveira do Hospital já estamos em outro patamar), obviamente que tem de haver aqui programas públicos de trabalho, requalificação urbana é certo, mas ao lado disto tem de haver uma dinâmica junto das pessoas no sentido de mudar um conjunto de mentalidades para que o pessimismo não seja a onda reinante. Porque é o mais fácil, não dá! [...] Eu acho que as pessoas, hoje com as vidas que têm, não estão muito focalizadas nas questões sociais, de desenvolvimento local, está menos presente em todos os cidadãos. E, aí tem de haver, cada vez mais, um esforço nas políticas municipais para fazer o apelo à participação.<sup>51</sup>

[...] As pessoas têm de perceber que a estratégia vai no sentido de afirmar o turismo como uma oportunidade de criar riqueza na região, e têm de se sentir envolvidas nesse processo. E, essa questão da comunicação interna é decisiva, obviamente que temos realidades diferentes em termos sociais, não só entre concelhos porque até dentro do próprio concelho há de facto comportamentos diferentes e, até às vezes dentro da própria freguesia, isto tem que ver com uma questão sociológica. E, portanto esse trabalho de comunicação interna é decisivo para que as coisas resultem. E, esse papel deve ser assumido pela Câmara e esta deve tornar a sua mensagem fácil para chegar às pessoas. [...] <sup>52</sup>

## § Políticas

Pode dizer-se que o QREN 2007-2013 determina que os territórios sejam organizados segundo comunidades intermunicipais com o intuito de se criarem elos de ligação e cooperação entre territórios já “associados”. Esta é uma orientação que pretende mudar mentalidades e posturas adoptadas pelo poder local e que tem sido bem recebida pelos vários presidentes de municípios do Pinhal Interior Norte:

---

<sup>50</sup> Comunicação pessoal de Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (16 de Janeiro de 2009)

<sup>51</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

<sup>52</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)

De maneira que as parcerias entre municípios são francamente positivas, é uma posição de uma geração (que é o que fazem França e Espanha). A visão de conjunto, a economia de escala, tudo isso ajuda.<sup>53</sup>

Mas considero que a AMPIN pode dar uma volta significativa da visão destas parcerias. Porque existem muitos autarcas que têm uma visão mais global e começam a ter uma visão muito diferente.<sup>54</sup>

No que refere às temáticas abordadas neste quadro de referência: aposta na formação/educação, tecnologias da informação e comunicação, valorização dos recursos endógenos, foram reconhecidas como adequadas e ajustadas às necessidades sentidas na sub-região. Rui de Almeida e Silva (Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 8 de Janeiro de 2009) afirmou, inclusive, que “nesse aspecto, acho que sim. Como sabe a contratualização é mais para a obra física, mas na obra física o nosso país nem está mal, precisamos mais de apostar nas pessoas, na formação das pessoas, na assistência social.”

Todavia, foi apontado um descontentamento face à implementação do Quadro Comunitário de Apoio, a qual veio desfasada no tempo, e à sua aplicação no terreno, que foi referida como desajustada das reais necessidades destas regiões mais desfavorecidas. Alguns presidentes de autarquias afirmaram, inclusive, que este Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2007-2013 se encontra mais ao serviço das obras do próprio Estado do que das necessidades das autarquias:

E, portanto quanto ao QREN estou esperançado, que pelo menos em alguma coisa os municípios possam beneficiar, contudo este está virado para as grandes obras que vão absorver grande parte dos fundos e que estão localizadas sempre nos mesmos sítios (nova ponta de Lisboa, o TGV, o novo aeroporto).<sup>55</sup>

Eu acho que este QREN foi uma autêntica desilusão, não discuto ele ser canalizado para os centros educativos, para o ensino, para as energias alternativas, acho que os investimentos nessa área são bons. Mas os quadros comunitários para o país deviam servir para esbater as assimetrias regionais e, a mim parece-me que como ele está organizado, pela lógica concorrencial e numa lógica de quem primeiro chega é quem recebe o dinheiro, não vai permitir isso.<sup>56</sup>

Primeiro que tudo o QREN não é contratualização. Portanto, isso hoje é conhecido de todos (inicialmente pensámos que o QREN ia ser muito

---

<sup>53</sup> Comunicação pessoal do Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Rui de Almeida e Silva (8 de Janeiro de 2009)

<sup>54</sup> Comunicação pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Fernando Carvalho (15 de Janeiro de 2009)

<sup>55</sup> Comunicação pessoal de José Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra (20 de Janeiro de 2009)

<sup>56</sup> Comunicação pessoal de Fernando Marques, Presidente da Comunidade Intermunicipal (14 de Janeiro de 2009)

contratualização através das comunidades intermunicipais). A contratualização é uma estratégia conjunta de um conjunto de projectos que os municípios nas comunidades intermunicipais definiram e têm alguns projectos em determinadas áreas, aí não estão projectos na área da educação, aí não estão projectos na área da requalificação urbana, aí não estão projectos no ciclo da água, aí não estão projectos em áreas mais ligadas ao turismo (mais imateriais), aí estamos a falar sobretudo da rede viária, de centros municipais de cultura, de desporto e espaços industriais, localização de empresas e habitáculos de inovação, é isso que é contratualização.<sup>57</sup>

Eu acho que as áreas estão bem elencadas. Acho que há um aspecto muito positivo que é o desafio para o intermunicipalismo e os municípios entenderem-se e trabalharem determinado tipo de investimentos, acho um passo fundamental. Agora, sou muito crítico relativamente à execução do QREN. Acho que a implementação foi demasiado morosa, neste momento já perdemos dois anos. Também acho que foi retirado um papel importante às autarquias, o QREN hoje não dá os mesmos meios financeiros que deu no passado às autarquias, que foram responsáveis por 40% do investimento público em Portugal.<sup>58</sup>

Identificou-se, ainda, como uma dificuldade deste Quadro Comunitário a condição das candidaturas serem realizadas numa lógica de grupo, neste caso grupos associados às nomenclaturas das unidades territoriais. Esta questão prende-se, não tanto com a lógica de parceria aqui evidente mas com a coerência de se utilizarem estas unidades territoriais para este fim, e não existir a possibilidade de se recorrer a uma lógica de associação de desenvolvimento local, por exemplo, como refere Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009):

Isto para dizer que a lógica do QREN é uma lógica de parceria, de rede seja ela entre públicos, entre câmaras, entre municípios ou entre privados. E, eu acho acertadíssima, esta lógica é acertadíssima. Agora em termos de implementação, as coisas são um bocado forçadas, estão atrasadas e não temos, ainda, resultados da sua implementação para sabermos se isto tem de ser corrigido ou não.

Ou, ainda José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009) quando menciona o facto de esta exigência (autarquias associadas em comunidades intermunicipais segundo as NUTS III) poder estar associada a um conceito de “regionalização” dissimulado. E, confrontando-se com esta possibilidade, os agentes locais revelaram a importância que a descentralização de competências poderia adquirir numa óptica de desenvolvimento destes territórios mais deprimidos:

---

<sup>57</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

<sup>58</sup> Comunicação pessoal de Ricardo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil (12 de Fevereiro de 2009)



[...], e esta obrigatoriedade de nos termos de associar no âmbito das NUTS III, porventura não é ingénua, vem em determinado sentido e como tem de haver uma divisão, ela está feita desta forma e porventura num determinado sentido (regionalização encapotada). Pode ser uma forma destas regiões serem mais autónomas, terem maior capacidade financeira, terem uma decisão mais próxima porque o grande mal deste país é que está tudo muito centralizado e quem está a fazer estas leis não conhece o território.

Eu vejo o caso de Espanha e França, nós vemos que eles têm uma autonomia muito maior na gestão do seu território, na gestão daquilo que querem para o seu território e para as suas gentes. E isso faz falta aqui, aqui parece que está sempre por cima de tudo e de todos o papão da incompetência ou da corrupção, desse tipo de coisas, e o que acontece muitas vezes é um excessivo bloqueio ao potenciar dessas formas de desenvolvimento.<sup>59</sup>

[...] eu penso que esta estratégia de quase nos obrigarem a constituirmo-nos como uma associação e depois como comunidade intermunicipal vai nesse sentido, é quase como uma regionalização encapuçada. Mas eu concordo, é só olharmos para Espanha, aqui ao lado, e vemos como os espanhóis agarraram a regionalização e ver como eles se desenvolveram com este conceito, e penso que pode ser de extraordinária importância para nós.<sup>60</sup>

O país já é, de si, pequeno e não temos de criar lógicas de regionalização divisionistas, a lógica da regionalização é para promover a proximidade. Há muitas formas de o fazer, associando municípios também é uma forma de criar escala para promover estrategicamente proximidade, agora vamos ver como é que isso se faz.<sup>61</sup>

Em paralelo, ao contexto regional, existem políticas nacionais que apostam na valorização do ambiente e no ordenamento do território, temática de reconhecida importância para esta sub-região. Existem, no entanto, instrumentos nacionais (a Reorganização do Instituto de Conservação da Natureza, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o Plano Estratégico Nacional da Agricultura) que pretendem assegurar a preservação dos espaços naturais e a valorização do património sem, no entanto, negligenciarem o potencial de desenvolvimento desses territórios. E, esta actuação, por parte da Administração Central, permitirá a intervenção, de forma consertada, em territórios protegidos, o que potenciará a fruição de espaços actualmente desaproveitados de grande valor ecológico e patrimonial, facto de grande importância para estas sub-regiões como refere Paulo Morgado (Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, 12 de Janeiro de 2009):

---

<sup>59</sup> Comunicação pessoal de Paulo Morgado, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere (12 de Janeiro de 2009)

<sup>60</sup> Comunicação pessoal de Fernando Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra (16 de Janeiro de 2009)

<sup>61</sup> Comunicação pessoal de Paulo Júlio, Presidente da Câmara Municipal de Penela (29 de Janeiro de 2009)

Nós neste momento, com muitas reservas agrícolas que tenhamos neste território, com muitas reservas ecológicas, o que temos mais é reserva de terrenos incultos, fruto do minifúndio, da nossa cultura de ruralidade, mas também fruto destas contingências que por vezes estas políticas de ordenamento nos foram criando, ao não permitir em determinadas situações, fazer um anexo, ou acrescentar ali uma casa, ou melhorá-la ou impermeabilizar o terreno, fazemos com que deixe de fixar-se ali população, e logo à partida que se torne impraticável o cultivo de parcelas contíguas de terreno. Existe um rendilhar disperso e quase aleatório de todos estes ordenamentos e isso tem trazido a desertificação a este meio rural.

Ainda, a Administração Central tem desenvolvido inúmeras iniciativas nacionais (programa "Educação e Formação 2010", Quadro Europeu para as Qualificações, Plano Nacional de Leitura, Iniciativa governamental Novas Oportunidades, Plano Tecnológico da Educação), em complemento às actuações europeias, em torno do sector da educação/formação no sentido de incrementar os níveis de qualificação/ formação da população portuguesa, englobando-se nesta o Pinhal Interior Norte. Sendo estas iniciativas uma ajuda à minimização dos problemas de escolarização, abandono escolar e alfabetização da população e uma forma de aumentar os quadros de recursos humanos qualificados das empresas, porém ainda pouco exploradas pelas autarquias como referem Fernando Marques (Presidente da Comunidade Intermunicipal, 14 de Janeiro de 2009) e Paulo Júlio (Presidente da Câmara Municipal de Penela, 29 de Janeiro de 2009), respectivamente:

A Escola Profissional de Sicó, que tem uma dinâmica bastante grande e que abrange três concelhos, e depois, a Escola Profissional da Lousã e, ainda, a Escola de Oliveira do Hospital e em Oliveira do Hospital existe, ainda, um pólo do Instituto Politécnico, portanto há que colocar, um dia destes, estas instituições a pensar e a funcionar em rede, a servirem como parceiros, não só para facultarem mão-de-obra qualificada, mas, também, para resolverem as necessidades das empresas.

Uma coisa também lhe digo, os territórios que não conseguirem criar dinâmicas de formação e educação para que as pessoas dominem bem as tecnologias da informação, serão territórios atrasados. Não há territórios condenados ao atraso, mas serão territórios atrasados, serão vales negros.

Ao nível local foram ainda realizados, por algumas autarquias, Planos Directores de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ice) com o intuito de, "através de um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), identificar e envolver os agentes locais na concepção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e carteiras de projectos estruturantes a desenvolver ao nível do território em análise, nas áreas da inovação, competitividade e empreendedorismo." Estes foram reconhecidos como sendo de

grande utilidade na definição das linhas orientadoras de trabalho das autarquias como refere Paulo Morgado (Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, 12 de Janeiro de 2009):

No entanto temos um plano condutor, temos as guidelines quer para nós, autarquia, quer para os agentes que ao ser conhecido e se for por ele reconhecido, pode servir, ainda que psicologicamente, como um fio condutor para o desenvolvimento e desencravamento deste território.

Mas, também, reconhecidos como instrumentos de auxílio e não como a solução de todos os problemas do Pinhal Interior Norte, como menciona José Brito Dias (Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, 20 de Janeiro de 2009):

Estamos a implementá-lo agora e estamos a fazê-lo com a ajuda da SPI. Achámos fundamental esta ajuda porque a grande dificuldade é implementar, ainda não está a rolar como pretendemos mas será sem dúvida uma ajuda ao desenvolvimento da Pampilhosa. [...]. Penso que pode trazer benefícios ao concelho, mas não será de todo a resolução de todos os problemas, todos nós estamos conscientes disso, mas será de facto uma ajuda, daí nós optarmos por despender mais algumas verbas e pedir o apoio de quem sabe e, conjuntamente com a câmara e outras entidades do concelho, tentar levar a cabo algumas iniciativas que possam contribuir para o nosso desenvolvimento.

E, ao nível da Comunidade Intermunicipal, foi realizado um Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte (2007-2013) que apresenta como estratégia base a distinção da sub-região do Pinhal Interior Norte,

[...] pelo seu carácter alternativo, como espaço de excelência para residir, trabalhar e repousar, valorizando o seu posicionamento estratégico em relação a eixos fundamentais do sistema urbano nacional e a qualidade ambiental como factores diferenciadores e potenciadores de um território atractivo e competitivo. A estas duas características intrínsecas à Região deverá estar associada uma estratégia de atracção e valorização do capital humano, que promova a qualidade na educação e formação das suas gentes, de modo a criar uma nova geração que invista e valorize a sua terra. Esta estratégia deverá ainda consolidar a base económica local, apostando na inovação enquanto dinâmica de desenvolvimento de um tecido empresarial forte, assente em padrões de sustentabilidade e gerador de mais-valias capazes de, progressivamente, colocar a Região no mapa da economia do conhecimento.

Este Plano Estratégico e de Acção identifica três linhas estratégicas de actuação: aposta na educação e na qualificação, qualificação do território e na valorização da base económica regional e, identifica sectores de aposta como o florestal, a construção civil, o turismo e o agro-alimentar.

O turismo “como turismo de experiências, baseado nos saberes e produtos locais, nos recursos e paisagens e na possibilidade de os fruir como elementos únicos de momentos também únicos”, a construção civil aliada às tecnologias ambientais e à energia (sustentabilidade da construção) e, a floresta como principal recurso de posicionamento do Pinhal Interior Norte na Região Centro, associando-a a várias actividades como produção lenhosa, gestão florestal, técnicas de produção, caça e pesca, produtos endógenos: mel e aromáticas, produtos associados à pastorícia: leite e queijo, valorização energética: biomassa, turismo ambiental e mercado de carbono.

## § Conclusão

O Pinhal Interior Norte afigura-se como uma das sub-regiões de Portugal que apresenta características mais problemáticas, quer ao nível do declínio populacional quer ao nível da formação dos activos, ou até mesmo ao nível das taxas de envelhecimento.

É, também, uma sub-região complexa, devido à sua localização geográfica, no coração da “zona de transição” entre o litoral e o interior, e pouco coesa. Sendo esta fragilidade um constrangimento sério que poderá dificultar a identificação e fruição das oportunidades lançadas pelos vários programas de apoio ao desenvolvimento, pois estes assentam em estratégias de colaboração e cooperação. Estas estratégias são já aceites e reconhecidas pelos agentes locais, contudo, fruto da heterogeneidade do território existe o receio de que não sejam bem sucedidas, podendo propiciar um isolamento ainda maior do Pinhal Interior Norte.

O facto de não existir nenhum centro populacional importante reflecte-se na sua dinâmica populacional e na ausência de uma taxa de urbanização, circunstâncias passíveis de serem alteradas com a melhoria das acessibilidades físicas.

Para além de uma população envelhecida, o Pinhal Interior Norte exhibe ainda um coeficiente de dependência bastante elevado, com um decréscimo populacional acentuado das faixas etárias mais jovens e um aumento da percentagem da população da faixa etária acima dos 65 anos. Estes dados reflectem-se nos indicadores referentes aos níveis de escolaridade, evidenciando uma população com uma formação ao nível do ensino básico.

Este conjunto de características repercute-se na realidade económica do Pinhal Interior Norte, nos sectores de actividade com maior número de população empregada e na dinâmica

empresarial. Esta falta de coesão, associada ao baixo nível de qualificação dos recursos humanos e aos baixos níveis de cooperação entre empresas, induz a uma maior dificuldade de envolvimento entre as empresas locais, redes de conhecimento nacionais e unidades de investigação, conduzindo a uma fragilidade da base económica local. Este conjunto de factores é um constrangimento do Pinhal Interior Norte que, associado à actual conjuntura económica do país pode originar problemas ao nível da economia local, determinando uma economia monofuncional e dependente de um único sector de actividade.

Contudo, esta é uma sub-região que procura atrair e estimular o investimento, tendo por isso desenvolvido inúmeras zonas industriais e estabelecido múltiplas parcerias e associações, no sentido de potenciar o desenvolvimento económico e, em simultâneo, catapultar os seus produtos internos e a própria sub-região para o mercado, pretensão possível dadas as potencialidades que o sector turístico apresenta, já com produtos-chave identificados e criados para lançamento no mercado internacional. Complementarmente a este sector, as potencialidades ao nível da gastronomia, com produtos endógenos de qualidade já reconhecida, os quais, numa óptica de valorização do património gastronómico podem revelar-se numa excelente plataforma de divulgação deste território.

Esta é uma sub-região que apresenta um leque de potencialidades de desenvolvimento no sector florestal, no turismo e no sector agro-alimentar. O sector florestal fruto da extensa área que cobre, envolvendo inúmeras oportunidades de negócio quer relacionadas com a limpeza das florestas, valorização de desperdícios de madeira, quer relacionadas com as energias renováveis (área de aposta das políticas nacionais) ou, ainda, numa perspectiva de investigação científica na procura de novas formas de valorização deste recurso e criação de produtos que introduzam um maior valor acrescentado no mercado nacional. No entanto, esta potencialidade pode estar comprometida pela debilidade do sistema de mobilidade intra-regional e problemas na cobertura das redes de infra-estruturas básicas, as quais podem hipotecar seriamente a captação de investimento neste sector, sendo por isso, essencial, a melhoria das acessibilidades físicas.

Na tentativa de se afirmar no mercado global, o Pinhal Interior Norte, corre o risco de perder a sua identidade regional. Esta vulnerabilidade decorre da necessidade de se debater com territórios mais atractivos com produtos melhor posicionados no mercado, podendo ocasionar um desprezo face aos seus valores naturais e patrimoniais e sua interligação com a qualidade e diversidade dos seus produtos endógenos.

Mas, para que o Pinhal Interior Norte consiga irromper desta conjuntura, necessita atrair e estimular população para estes municípios, qualificar os seus activos e apostar numa política de formação e educação para as faixas etárias mais jovens (reduzindo as taxas de abandono escolar) e apostar no desenvolvimento dos sectores de actividade mais tradicionais e artesanais.

No entanto, para que o Pinhal Interior Norte se projecte fora dos seus limites geográficos é, também, necessária a mobilização da população. Esta tem de se empenhar neste processo de mudança e valorização do seu território.

Estando identificados os problemas do Pinhal Interior Norte, os sectores económicos de aposta e as ameaças ao seu desenvolvimento, produzido um plano de acção que identifica e orienta os agentes locais num percurso estratégico para impulsionar a economia, questiona-se o porquê do estado de debilidade socioeconómica do território.

## Considerações Finais

As actuais dinâmicas de desenvolvimento económico, estruturadas pelo relacionamento intrínseco da economia com o conhecimento, pela internacionalização das relações sociais e pela evolução das tecnologias da informação e comunicação, colocaram novas exigências e desafios aos territórios. Os agentes locais necessitaram adquirir novas competências, novas capacidades e aptidões, de forma a evitarem perdas de competitividade e posições no mercado global.

O conhecimento tácito e codificado, os processos de aprendizagem e a capacidade de gerar novo conhecimento adquiriram uma nova relevância, tornando-se peças essenciais ao desenvolvimento. O próprio território, não só como gerador de interacção social mas, também, como suporte para o intercâmbio de relacionamentos e mecanismos de transacção, emergiu como elemento importante neste processo, tal como as relações sociais e as redes.

Neste contexto, as regiões mais desfavorecidas quer pelas suas debilidades estruturais quer pelas dificuldades em mudar o seu ambiente institucional, enfrentam uma conjuntura difícil de alterar. Assim, estas regiões tendem a não reunir o conjunto variado de ingredientes necessários para enfrentar com sucesso os desafios competitivos da sociedade contemporânea.

Na tentativa de solucionar este problema, e atendendo à heterogeneidade dos desafios impostos e recursos disponíveis, as políticas rurais europeias foram reestruturadas, focalizando-se no desenvolvimento e na procura de novas oportunidades e centrando-se numa abordagem multi-sectorial mais territorializada. Esta nova abordagem procurou introduzir mudanças culturais, contribuindo para desenvolver uma cultura de co-operação entre, e co-orientação de, vários sectores e níveis de governo, difundindo o reconhecimento das necessidades da diversidade rural.

Definir uma linha orientadora para o desenvolvimento da sub-região do Pinhal Interior Norte, paradigma dos territórios mais desfavorecidos, foi o objectivo definido para este estudo. A selecção deste caso de estudo, para além de motivações profissionais e pessoais, veio mostrar-se de extrema utilidade na exposição e validação das maiores dificuldades sentidas por esta sub-região, no seu esforço de desenvolvimento.

O Pinhal Interior Norte é uma sub-região do interior que apresenta todas as debilidades típicas deste tipo de região, daí que revele fragilidades no contexto competitivo contemporâneo. Estas fragilidades, muitas delas de carácter estrutural, vêm reforçar a necessidade de se definir

uma estratégia que mobilize para o crescimento económico e para a afirmação regional, que procure atrair e estimular a população, qualifique os activos, aposte numa política de formação e educação para as faixas mais jovens e concorra no desenvolvimento de sectores de actividade mais tradicionais e artesanais.

Este é um território que apresenta um leque de potencialidades de desenvolvimento em vários sectores, no sector florestal devido à enorme mancha que cobre o território, no turismo pelo seu património natural e cultural e no sector agro-alimentar pela diversidade dos seus produtos endógenos; potencialidades reconhecidas e validadas pelos agentes locais e que se encontram traçadas em projecto e delineadas em conformidade com as estratégias das políticas e programas nacionais.

No entanto, a sub-região evidencia um ambiente institucional fraco, pouco propenso a dinâmicas de aprendizagem e cooperação, condição essencial ao desenvolvimento económico numa economia do conhecimento. Os agentes locais não se envolvem em torno de objectivos colectivos e não actuam com vista a um cenário comum, revelando um território pouco coeso e com baixos níveis de confiança, predestinando insucesso em qualquer acção traçada para inverter a sua actual fragilidade económica.

Como mencionado nos capítulos anteriores, as posições das organizações e das regiões na rede global, são determinadas pelas competências e habilitações para aprender e se desenvolverem de forma contínua. Consequentemente, a infra-estrutura tecnológica e a estrutura institucional e organizacional dos territórios ganha uma nova importância, bem como a capacidade de iniciativa e a disposição local para trabalhar em rede. Neste sentido, importa que o Pinhal Interior Norte potencie a sua capacidade institucional, procedendo a mudanças profundas que desenraizem estereótipos e atitudes e, que potencie o crescimento de relações que facilitem a cooperação e a colaboração entre vários agentes para que, num futuro próximo, consiga criar novas produções no sistema regional de inovação e, consequentemente, dispor de uma visão mais lata das tendências tecnológicas e obter uma mais rápida identificação das oportunidades de mercado para melhoria nos produtos e nos processos.

O caso de Seinäjoki evidencia bem o impacto que a construção de um ambiente inovador pode ter nas regiões mais desfavorecidas, regiões muitas vezes marcadas por uma forte ruralidade, precisam apostar em dinâmicas de aprendizagem e cooperação, na concepção de novas políticas



públicas e no envolvimento dos seus agentes, no sentido de fomentarem um ambiente local inovador e de confiança e procurar a inclusão em redes de partilha de conhecimento.

À imagem das estratégias implementadas em Seinäjoki, o Pinhal Interior Norte deveria promover acções como o investir na introdução de novo conhecimento nos sectores económicos-chave, potenciar a interacção entre os actores locais chave, fomentar um ambiente local inovador e de confiança e procurar a inclusão em redes de partilha de conhecimento. Nesse sentido e, com o intuito de investir em novo conhecimento, poderia apostar nos sectores chave já identificados nos planos estratégicos desenvolvidos (floresta, energias renováveis e o turismo) e actuar numa óptica de parceria com instituições de ensino que potenciasssem um patamar de excelência destes produtos. Estes sectores deveriam apoiar-se em lógicas de diferenciação, melhoria dos níveis de qualidade e produção de patamares de valor acrescentado para a região. Ainda, deveria procurar implementar projectos reais que possibilitassem a fixação de recursos humanos qualificados e que envolvessem conhecimento científico competitivo e inovador. Estes projectos deveriam contemplar investimentos que potenciasssem o crescimento de empresas inovadoras que apostassem em novo conhecimento (investigação e pesquisa) e que envolvessem a aplicação desses conteúdos.

Nesta perspectiva, as instituições educacionais teriam um papel crucial no desenvolvimento desta sub-região, na introdução de conhecimento e na criação de um ambiente local inovador. São as instituições educacionais que suportam o tecido produtivo e que o direccionam para um determinado patamar de excelência no mercado global. As instituições de ensino junto com o sector económico deveriam ter a capacidade de gerir criativamente o conhecimento gerado e transformá-lo num produto inovador e competitivo.

Na procura do potenciar a interacção entre os actores locais, para que estes tenham a capacidade colectiva de se organizarem e formarem redes onde possam partilhar conhecimento, esta sub-região deveria tentar interligar as instituições existentes e os actores locais numa trama de confiança e de segurança, facto difícil de concretizar devido ao ambiente de desconfiança e descredibilização existente no território. No entanto, esta é uma condição possível de ser alterada, dado que as empresas e os actores locais podem aprender a confiar e a acreditar na mensagem das instituições de ensino através da consolidação de resultados.

Neste processo de interacção, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte teria um papel importante, como motor de dinamização do território, podendo potenciar a participação e o envolvimento de agentes públicos e privados em determinados projectos. A comunidade poderia

potenciar a criação de estruturas cuja função principal seria a mobilização dos actores para determinadas acções e a criação de consensos e parcerias. Potenciando a interacção entre actores de sectores económicos chave e instituições de ensino e investigação criar-se-ia uma rede de confiança e partilha de conhecimento ao nível local, que poderia originar um ambiente inovador de reconhecido valor económico. Esta interacção é essencial neste processo de desenvolvimento onde o conhecimento e a competitividade são elementos chave.

Para fomentar um ambiente local inovador e de confiança será necessário que os palcos de partilha sejam espaços de co-operação e colaboração, onde os actores trabalhem em torno de um objectivo comum e onde a responsabilidade seja partilhada. Ainda, é essencial que o mundo empresarial se relacione com as entidades de investigação no sentido de desenvolver produtos competitivos e inovadores e, ainda, criar recursos humanos qualificados para o meio e região onde se insere. Neste sentido, recomenda-se que as unidades de investigação procurem solucionar os problemas que os sectores económicos de maior relevância enfrentam e, que os solucionem de forma audaz e diferente. É no interligar de todos estes elementos que se consolida o ambiente inovador e de confiança, na relação aberta e espontânea entre meio empresarial e competências e capacidade para inovar. Esta sub-região deveria, ainda, evitar posturas territorialmente atomistas, devendo estimular atitudes que valorizem as interdependências territoriais e institucionais que caracterizam os processo de desenvolvimento, mais concretamente procurando a inclusão em redes de partilha de conhecimento.

Recomenda-se que a sub-região estimule o diálogo com outras redes no sentido de potenciar a troca de experiências, a partilha de ideias e de informação, a difusão de conhecimento e de boas práticas e a criação de condições para o estabelecer de novas relações de cooperação. Importa ir além da governação, dinamizar capacidades de governança, alargar o leque de agentes e participar de forma coerente nas trajectórias de desenvolvimento, socialmente enraizadas, e construídas consensualmente.

Neste contexto, o Pinhal Interior Norte deve procurar demarcar-se no mercado actual, potenciando o desenvolvimento de um ambiente inovador e, naturalmente, propício à propagação em redes de conhecimento.

No entanto, este é um processo moroso que evoluirá num período de mudança e "incubação". Depois, com a aceitação global dos novos comportamentos, conhecimentos, tecnologias e investigação, com a partilha de experiências e de boas práticas, será rapidamente

aceite e instigador de novos modelos de desenvolvimento, como se verificou acontecer em Seinäjoki.

Num território como o Pinhal Interior Norte, só a construção de capacidade institucional fará com que os seus recursos humanos se aprovisionem das competências necessárias à edificativa utilização das ferramentas, já desenvolvidas no plano estratégico, para um desenvolvimento económico sustentável. Interessa que se estabeleçam novas formas de pensar os problemas, que se procurem novas trajectórias de desenvolvimento, confrontando opiniões e interesses dos agentes locais sem, no entanto esquecer a importância destas novas estratégias estarem imbuídas em novo conhecimento e informação relevante para que se possam transformar numa oportunidade de sustentar a mudança, de potenciar uma maior abertura à inovação e de mobilizar os agentes para a acção colectiva.

Esta transformação é essencial para que se consigam retirar proveitos das potencialidades do território e inverter a actual tendência de desvitalização e descredibilização económica. Por conseguinte, a constituição/reforço de estruturas que promovam a cooperação e a colaboração, que direccionem os agentes num percurso específico e que fomentem um ambiente local inovador e de confiança, é percurso basilar das regiões mais desfavorecidas para que estas consigam alavancar um desenvolvimento económico sustentável.

## Bibliografia

ADI (2006), As infra-estruturas tecnológicas no sistema nacional de inovação - evolução 1996-2005, MEI

AMIN, Ash and THRIFT, Nigel (1994), Living in the global, In: Ash Amin and Nigel Thrift eds, "Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe, Oxford University Press

AMIN, Ash (1994), The local in the global, In: Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe, A.AMIN & N. THRIFT, Oxford University Press

AMIN, Ash (1998), An institutionalist perspective on regional economic development. In: ECONOMIC GEOGRAPHY RESEARCH GROUP SEMINAR, "Institutions and Governance", Department of Geography UCL, Londres, Reino Unido

AMIN, Ash; ROBBINS, Kevin (1990), Industrial districts and regional development: limits and possibilities, in PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENDERGER, Werner (eds), Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy, International Institute for Labour Studies, Geneva, Suíça

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel (1996), Globalization, institutions, and regional development in Europe, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido, p 1-22

ANTONELLI, Cristiano (2000), New Information technology and localized technological change in the knowledge-based economy, in BODEN, Mark e Miles, Services and Knowledge-based economy, Continuum, Londres

ARROW, Kenneth J. (1962), The economic implications of learning by doing, AER

ASHEIM, B.T. (1996), Industrial districts as "learning regions": A condition for prosperity?, European Planning Studies, vol 4,nº 4, pp. 379-400

ASHEIM, B.T. (2001), Localized learning and Regional Clusters, In Mariussen, Cluster Policies, Cluster Development?, Nordregion Report, Estocolmo

ASHEIM, Bjørn (2003), The learning firm in the learning economy: broad participation as social capital, in ASHEIM, Bjørn; MARIUSSEN, Åge (eds), Innovations, regions and projects: studies in new forms of knowledge governance, Nordregio, Estocolmo, Suécia

ASHEIM, B.T. e ISAKSEN, A. (2000a), Localized Knowledge, Interactive Learning and Innovation: Between Regional Networks and Global Corporations, in VATNE, E. e TAYLOR M., The Networked Firm in a Global World. Small Firms in New Environments. Ashgate, Aldershot, pp163-198

AYDALOT, Philippe (1986), Milieux innovateurs en Europe, GREMI, Paris, França

BECATTINI, Giacomo (1990), The Marshallian industrial district as a sócio-economic notion, in PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGERBERGER, Werner (eds), Industrial Districts and inter-firm co-operation in Italy, International Institute for Labour Studies, Geneva, Suíça

CAMAGNI, Roberto (2002), On the concept of territorial competitiveness:sound or misleading?, Urban Studies, vol. 39, nº13, pp.2395-2411

CAMAGNI, Roberto (1991b), Local "milieu", uncertainty and innovation networks: towards a new dynamic theory of economic space, in CAMAGNI, Roberto (ed), Innovation networks: spacial perspectives, Belhaven Press, Londres, Reino Unido

CAPELLO, Roberta (1999), Spacial Transfer of knowledge in high technology milieux: learning versus collective learning processes, Regional Studies, Vol 33, nº4, pp 353-365

CEC (2003), As políticas estruturais e os territórios europeus, Competitividade, desenvolvimento sustentável e coesão na Europa, De Lisboa a Gotemburgo, Comissão Europeia DG Política Europeia, Bruxelas, Bélgica (<http://www.europa.eu.int/inforegio>)

CEC (2007), Reforçar a competitividade através de tecnologias e produtos inovadores e de comunidades prósperas, Comissão Europeia DG Política Regional, Bruxelas, Bélgica ([http://ec.europa.eu/dgs/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/dgs/regional_policy/index_pt.htm))

CEC (2008), Accompanying the Green Paper on territorial Cohesion Turning territorial diversity into strength, Comissão Europeia, Bruxelas, Bélgica

CEC (2007), Política de Desenvolvimento rural da EU 2007-2013, Comissão Europeia Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Bruxelas, Bélgica ([http://ec.europa.eu/agriculture/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm))

CEC (2008), Ao serviço das Regiões, A política regional da EU para 2007-2013, Comissão Europeia DG Política regional, Bruxelas, Bélgica ([http://ec.europa.eu/regional\\_policyregio-info@ec.europa.eu](http://ec.europa.eu/regional_policyregio-info@ec.europa.eu))

CEC (2007), A política Agrícola comum explicada, Bruxelas, Bélgica ([http://ec.europa.eu/agriculture/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm))

CONTI, Segio (1997), Global-local perspectives. A review of concepts and theoretical proposals. In: TAYLOR, M. e CONTI, S. (eds.) Interdependent and uneven development, Aldershot, Ashgate

CONTI, Segio (1997), Technological change in space. an introduction. In: INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL UNION – COMMISSION ON THE ORGANISATION OF INDUSTRIAL SPACE, Goteborg, Suécia

COOKE, Philip (1998), Introduction: origins of the concept, In BRACZYK, Hans-Joachim, COOKE, Philip, HEIDENREICH, Martin (eds.). Regional Innovation Systems, UCL Press, Londres, Reino Unido, pp. 2-25

COOKE, Philip; GOMEZ URANGA, Mikel; ETXEBARRIA, Goio (1997), Regional innovation systems: institucional and organizational dimensions, Research Policy, 26, pp.475-491

COOKE, P. and MORGAN, K. (1998), *The Associational Economy: Firms, Regions and Innovation*, Oxford University Press

COOKE, Philip; BOEKHOELT, Patrick; TÖDTLING, Franz (2000), *The governance of innovation in Europe: regional perspectives on global competitiveness*, Pinter, London, Reino Unido

COOKE, Philip; SCHIENSTOCK, Gerd (2000), *Structural competitiveness and learning regions*, *Enterprise and Innovation Management Studies*, Vol1, nº 3, pp.265-280

DOSI, Giovanni (1988), *The nature of the innovative process*, In: DOSI, Giovanni et al (ed.). *Technical change and economic theory*. London: MERIT, pp 221-238.

DOSI, G. (1991), *Perspectives on evolutionary theory*. *Science and Public Policy*, 18(6), pp 353–361

EDQUIST, Charles (ed.) (1997), *Systems of innovation: technologies, institutions and organizations*, Pinter, Londres, Reino Unido

FREEMAN, C. (1995), *The national system of innovation in historical perspective*, *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1

FREEMAN, C.; PEREZ, C. (1988), *Structural Crisis of adjustment: business cycles and investment behaviour*, IN Dosi, G. e tal (eds) *Technical Change and Economic Theory*, Londres

FLORIDA, Richard (1995), *Toward the learning region*, *Futures*, vol. 27, nº5, pp.527-536

Fundação Europeia para a melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (2007), *Capital social e criação de emprego na Europa rural*, Dublin, Irlanda ([www.eurofound.europa.eu](http://www.eurofound.europa.eu))

GAROFOLI, Gioacchino (1991), *Local networks, Innovation and policy in Italian Industrial Districts*, In: BERGMAN, Edward, MAIER, Gunther, TODTLING, Franz. *Regions reconsidered: economic network, innovation and local development in industrialized countries*. London: Mansell, pp. 119-140

GERTLER, Meric S. e WOLFE, David A. (2004), *Local Social Knowledge management: Community Actors, Institutions and Multilevel Governance in region foresight Exercises*, *Futures*

GREGERSEN, B. e JOHSON, B. (2001), *Learning Economy, innovation system and development*, paper for the Project Strategies and policies for systemic interactions and convergence in Europe, Converge Aalborg

HEALEY, Patsy; De MAGALHÃES, Cláudio; MADANIPOUR, Ali (1999a), *Institucional capacity-building, urban planning and urban regeneration projects*, *Futura*, 18 (3), pp.117-137

HIRSCHMAN, Albert (1958), *The strategy of economic development*, Yale University Press, New Haven, Estados Unidos da América

HODGSON, Geoffrey (1997), *Economia e Evolução: O regresso da vida à teoria económica*. Oeiras: Celta.

HUDSON, R. (1999), The learning economy, the learning firm and the learning region: a sympathetic critique of the limits to learning, *European Urban and Regional Studies*, v. 6, n. 1, p. 59-72

INE, Anuário estatístico da região centro 2007

INE, Anuário estatístico da região centro 2006

INE, Anuário estatístico da região centro 2005

INE, Anuário estatístico da região centro 2004

ISS, IP; Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental

JESSOP, B. (1994), Post-Fordism and the state, In A. Amin (eds) *Post-Fordism, A. Reader Studies in Urban and Social Change*, Blackwell, Oxford

KEEBLE, D.; WILKINSON, F. (1999), Collective learning and knowledge development in the evolution of regional clusters of high technology SMEs in Europe, *Regional Studies*, v. 33, n. 4, pp. 295-303.

KLINE, S; ROSENBERG, N (1986), An Overview of Innovation, in Landau, R; Rosenberg, N. (orgs), *The positive Sum strategy*, Washington,D.C.: Nacional Academy Press

KOSONEN, Kati-Jasmin (2003), Sternghening the research and educational basis for regional development in less-favoured regions, MIT-IPC,LIS

KOSONEN, Kati-Jasmin (2003), Building Innovation Capacity in the less favoured regions-new Technologies and innovation networks, paper to be presented at the Reinventing regions in a global economy, Regional studies association international conference

KRUGMAN, P. (1991), Increasing returns and economic geography, *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 99, nº 31, pp.483-499

LANDABASO, Mikel (1997), The promotion of innovation in regional policy: proposals for a regional innovation strategy, *Entrepreneurship and Regional Development*, Vol 9, pp.1-24

LANDABASO, Mikel, (2001), Clusters and Less Prosperous Places: policy options in planning and implementation

LANDABASO, Mikel (2003), The role of social capital in promoting competitiveness in less favoured regions: policy options in perspective, Conference background paper, Ostuni

LANDABASO, Mikel (2000), Reflections on U.S. economic development policies: Meeting the 'new economy' challenge, Chapel Hill –North Carolina

LANDRY, Réjean, AMARA Nabil e LAMARI Moktar (2001), Social Capital, Innovation and Public Policy, *ISUMA The Canadian Journal of Policy Research*, Vol. 2, No 1

LOVERING, John (1999), Theory led by policy? The inadequacies of the new regionalism", International Journal of Urban and Regional Research, 23, pp.379-395

LUNDVALL, Bengt-Ake (1992), Introduction, In: LUNDVALL, Bengt-Ake (ed.). National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter, pp. 1-19

LUNDVALL, Bengt-Ake; BORRÁS, Susana (1999), The globalising learning economy: implications for innovation policy, European Commission, DG Science, Research and Development, Luxemburgo

MADRP, Plano Estratégico Nacional - Desenvolvimento Rural 2007-2013, 2007

MADRP, Programa de Desenvolvimento Rural, Continente 2007-2013, 2007

MADRP, Programa da Rede Rural Nacional 2007-2013, 2008

MADRP, GPAA, Plano Nacional de desenvolvimento rural 2007-2013

MADRP, DGFR, Rede de Salvaguarda do Território Florestal, 2008

MADRP, DGFR, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, 2005

MAFRA, Francisco; Da SILVA, J. Amado (2004), Planeamento e Gestão do Território, SPI, Porto, Portugal

MAILLAT, Dennis (1995), Milieux innovateurs et nouvelles generations de politiques régionales, in FERRÃO, João (coord.), Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

MAOTDR, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – programa de acção, 2006

MAOTDR, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – relatório, 2006

MAOTDR, DPPRI, Programas de Valorização económica de recursos endógenos, 2008

MAOTDR, Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013, Observatório do QCAIII, 2007

MAOTDR, Programa Operacional Temático Potencial Humano, 2007

MAOTDR, Programa Operacional Temático Factores de competitividade 2007-2013, 2007

MAOTDR, Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, 2007

MAOTDR, Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013, 2007

MARKUSEN, A. et al. (1999), Second tier cities, rapid growth beyond the metropolis, Minneapolis, Minnesota University Press



MASKELL, Peter (2001), Social capital and competitiveness, CEBR - Center for Economic and Business Research, Copenhagen

MASKELL, P.; MALMBERG, A. (1999), The competitiveness of firms and regions: "ubiquitification" and the importance of localized learning, *European Urban and Regional Studies*, v. 6, n. 1, pp. 9-25

MASSEY, Doreen. (1974), Towards a critique of industrial location theory. In: CENTRE FOR ENVIRONMENTAL STUDIES. Research Paper, 5, Londres, Reino Unido

MASSEY, Doreen (2004), The responsibilities of place, *Local Economy*, Vol 19 (2), pp.97-101

ME, MSST, Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos - relatório

MORGAN, Kevin (2001), The exaggerated death of geography: localised learning, innovation and uneven development, paper presented to the Future of innovation studies, Eindhoven Centre of Innovation Studies, Eindhoven University of Technology

MORGAN, K. (1997), The learning region: institutions, innovation and regional renewal, *Regional Studies*, v. 31, n. 5, pp. 491-503

MORGAN, Kevin (2004), Sustainable regions: governance, innovation and scale, *European Planning Studies*, Vol 12, nº 6, pp.871-889

MORGAN, Kevin; HENDERSON, Dylan (2002), Regions as laboratories: the rise of regional experimentalism in Europe, in GERTLER, Meric; WOLFE, David (eds), *Innovation and social learning: institutional adaptation in an era of technological change*, Palgrave-MacMillan, Basingstoke, Reino Unido e Nova Iorque, Estados Unidos da América

MORGAN, Kevin and NAUWELAERS, C.(1999), A regional perspective on Innovation: from theory to strategy, In K. Morgan and C. Nauwelaers, *Regional Innovation Strategies: The challenge for less-favoured regions*; The Stationery Office and The Regional Studies Association, Taylor and Francis Group, Routledge; Londres

MOULAERT, Frank; SEKIA, Farid (2003), Territorial innovation models: a critical survey, *Regional Studies*, Vol 37, nº 3, pp.289-302

MTSS, DGEEP, Carta Social - rede de serviços e equipamentos, relatório 2005

NELSON, Richard (1993), A retrospective. In: NELSON, Richard (ed.). *National innovation systems*. New York: Oxford University Press, pp. 505-523

NORTH, D. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*; Cambridge University Press

OECD (2001), *Issues paper, World Congress on Local Clusters: Local Networks of Enterprises in the World Economy*. Paris, França

OECD (2001), *The Well Being of Nations, The Role of Human and Social Capital*

OECD (2006), *The new rural paradigm, Policies and governance*

OECD (2007), *Globalisation and regional economies*, Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, França

OMAN, Charles (1996), *The policy challenges of globalisation and regionalisation*, OECD Policy Brief 11, OECD, Paris, França

OUGHTON, Christine; LANDABASO, Mikel; MORGAN, Kevin (2002), *The regional innovation paradox: innovation policy and industrial policy*, *Journal of technology Transfer*, 27, pp 97-110

PIORE, Michael J., SABEL, Charles F.(1984), *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books

PORTER, Michael (1990), *The competitive advantage of nations*, The Free Press, New York, USA

PORTES, A. (1998), *Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology*, *Annual review of Sociology*

PUTNAM, Robert D. (1993), *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press

REIS, José (2005), *Governança Regional e Gestão das Intervenções Financiadas pelos Fundos Estruturais*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra

RODRIGUES, Carlos, PIRES, Artur Rosa e CASTRO, Eduardo de (2001), *Innovative Industries and Regional Institution Capacity Building: The Case of Aveiro, Portugal*, in *Industry and Higher Education*, Vol. 15 (4), pp. 251-255.

ROSENFELD, Stuart (2002), *Creating Smart Systems: A Guide to Cluster Strategies in Less Favoured Regions*, European Union Regional Policy, Bruxelas

RUTHERFORD, M. (1994), *Institutions in Economics: The Old and the New Institutionalism*. Cambridge University Press, Cambridge.

SCHOLTE, J. Aart (2000), *Globalisation: A critical introduction*; MacMillan, Houndmills

SCOTT, Allen J. (1996), *Regional motors of the global economy*, *Futures*, vol. 28, nº 5, pp.391-411

SCOTT, Allen J, STORPER, Michael (ed.) (1986), *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*, Boston: Allen & Unwin

SCOTT, Allen, STORPER, Michael (1988), *Industria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica*. *Espaço e Debates*, 25, pp 30-44

SCOTT, Allen; STORPER, Michael (2003), Regions, globalisation, development, *Regional Studies*, Vol 37 (6&7), pp. 579-593

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Góis, 2007

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Alvaiázere, 2007

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Miranda do Corvo, 2007

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Pedrógão Grande, 2007

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Penela, 2007

SPI, Programa Director Inovação Competitividade e Empreendorismo Pampilhosa da Serra, 2007

SPI, Plano Estratégico e de Acção para a região do pinhal Interior Norte 2007-2013, 2008

SOTARAUTA, Markku e KOSONEN, Kati-Jasmin (2003), Institutional capacity and strategic adaptation in less favoured regions, a South Ostrobothnian University network as a case in point, MIT-IPC, LIS

STORPER, Michael (1995), The resurgence of regional economies, ten years later: The region as a nexus of untraded interdependencies, *European Urban and Regional Studies*, 2 (3), pp 191-221

STORPER, M. (2000), Globalization and knowledge flows: an industrial geographer's perspective. In: DUNNING, J. H. *Regions, globalization, and knowledge-based economy*, Oxford: Oxford U.

STORPER, Michael (1997), *The regional World*, The Guilford Press, Nova Iorque, Estados Unidos da América

STRANGE, Susan (1996), *Retreat of the State: the diffusion of power in the world Economy*, Cambridge University Press

TP, MEI, Plano Estratégico nacional do turismo para o desenvolvimento do turismo em Portugal, 2008

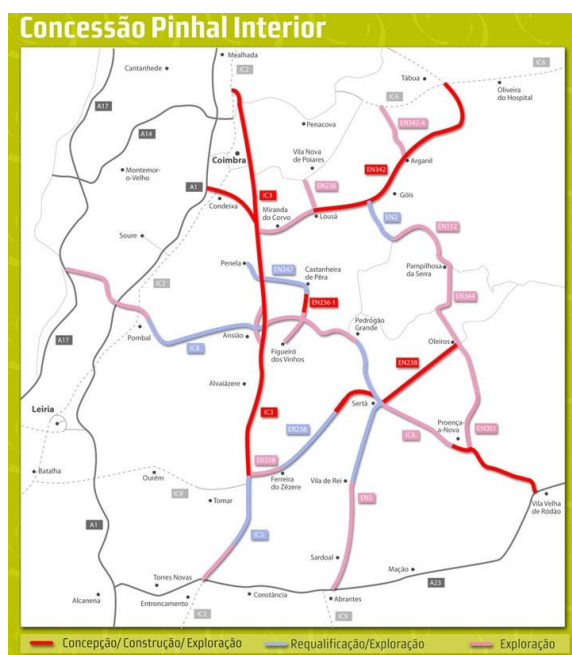
TORKKELI, Marko (2006), *Regional revival: Perspectives on industrial and corporate change*, Department of industrial engineering and management, Lappeenranta University of Technology

**ANEXOS**



<b>NUTS III</b>	<b>Incêndios Florestais 2007 (nº)</b>	<b>Incêndios Florestais 2006 (nº)</b>	<b>Incêndios Florestais 2005 (nº)</b>
Cova da Beira	134	132	274
Dão-Lafões	799	887	2.329
Serra da Estrela	147	212	475
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>211</b>	<b>334</b>	<b>688</b>
Baixo Mondego	212	370	534
Pinhal Litoral	218	322	598
Pinhal Interior Sul	96	166	206
<b>NUTS II (Centro)</b>	<b>4.556</b>	<b>4.813</b>	<b>9.585</b>
<b>Portugal Continental</b>	<b>19.024</b>	<b>19.929</b>	<b>35.699</b>

**ANEXO 4.3\_ Incêndios Florestais por localização geográfica, 2007,2006 e 2005 (INE)**



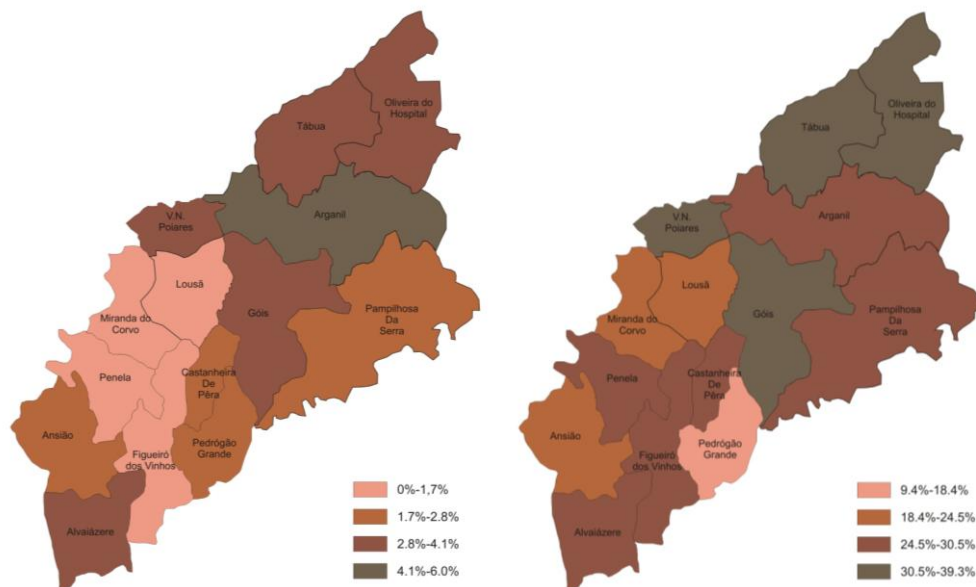
**ANEXO 4.4\_ Concessão do Pinhal Interior**

Fonte: MOPTC



ANEXO 4.5\_ Percurso do metro ligeiro de superfície

Fonte: sítio da internet do metro Mondego



ANEXO 4.6\_ Abandono Escolar Precoce<sup>1</sup> e Saída Antecipada do Sistema de Ensino<sup>2</sup> na Sub-Região do Pinhal Interior Norte, 2001 (Ministério da Educação)

<sup>1</sup> O abandono escolar precoce quantifica o número total de indivíduos com 10 a 15 anos, que não concluiu o 3º ciclo e não se encontra a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

<sup>2</sup> A saída antecipada do sistema de ensino corresponde ao total de indivíduos com 18-24 anos, que não concluiu o 3º ciclo e não se encontra a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.



ANEXO 4.7\_ Rede das praias fluviais e das Aldeias do Xisto (sítio da internet da rede das praias de xisto)

ANEXO 4.8\_ Zonas Industriais existentes na sub-região do Pinhal Interior Norte:

- Zonas Industriais de Vale do Fojo, de Côja e da Relvinha em Arganil;
- Zonas Industriais de Góis, Vila Nova do Ceira e da Freguesia de Alvares no município de Góis;
- Zonas Industriais dos Matinhos, do Alto do Padrão e de Casal de Ermio na Lousã;
- Zona Industrial da Pereira em Miranda do Corvo;
- Zonas Industriais da Cordinha/Seixo da Ribeira e de Oliveira do Hospital em Oliveira do Hospital;
- Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra;
- Zonas Industriais de Penela e da Louriceira em Penela;



- Parque Industrial Fonte da Arcada em Tábua;
- Zona Industrial e o Parque Industrial de Vila Nova de Poiares no município de Vila Nova de Poiares;
- Parque Empresarial do Camporês em Ansião;
- Mini-parque Industrial do Safrujo em Castanheira de Pêra;
- Parque Industrial de Figueiró dos Vinhos na própria sede de município, e
- Parque Industrial de Pedrógão Grande na vila de Pedrógão Grande.

#### **ANEXO 4.9\_ Associações entre municípios do Pinhal Interior Norte:**

- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA) consiste numa associação que tem por objectivo promover o desenvolvimento integrado valorizando os recursos locais e dinamizando iniciativas culturais, sociais e económicas; coopera com outras entidades públicas ou privadas que sigam o mesmo fim. Abrange os municípios da Lousã, Penela, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e, em alguns programas, os municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande.
- Terras de Sicó, Associação de Desenvolvimento (ADSicó), associação criada com o intuito de desenvolver a zona do maciço de sicó e as suas populações, estudar e promover produtos turísticos e organizar espaços e novas oportunidades de mercado, diversificando os investimentos nos sectores da economia e da cultura. Incluem-se nesta associação os municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Pombal e Soure.
- Grande área Metropolitana de Coimbra (GAMC), pretende criar um espaço de intermunicipalidade entre os municípios que envolvem a cidade de Coimbra.
- Pinhais do Zêzere, Associação para o Desenvolvimento, com o intuito de coordenar e orientar projectos de desenvolvimento socioeconómico e cultural, rentabilizando os recursos endógenos e actuando numa lógica de cooperação com outros municípios. Pertencem a esta associação os municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande.
- Associação de Municípios PEFICA, associação que procura desenvolver projectos intermunicipais entre os municípios de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra.

- Leiria Região Digital tem por objectivo facilitar o acesso às tecnologias de informação e comunicação. Pertencem a esta rede os municípios de Ansião e Alvaiázere.
- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor (ADESA) compreende alguns municípios da serra do Açor (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e algumas instituições regionais e tem por princípio a promoção do desenvolvimento global desta região.
- Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER), esta é uma associação de desenvolvimento local que pretende dinamizar iniciativas que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações que abrange. Incluem-se nesta associação os municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua.
- Agência para o Desenvolvimento turístico das aldeias de xisto (ADXTUR), entidade desenvolvida para promover e gerir a marca “aldeias de xisto” e, em simultâneo, estimular o desenvolvimento dessas regiões. Pertencem a esta rede Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela.
- Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC), sediada em Miranda do Corvo pretende apoiar a Região Centro na definição de políticas energéticas e ambientais.
- Lousitânea, Liga dos Amigos da Serra da Lousã, associação criada com o objectivo de preservar e divulgar o património paisagístico e cultural da Serra da Lousã. Incluem-se nesta associação os municípios de Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.
- Nerlei, Associação Empresarial da Região de Leiria tem por missão “*acompanhar os empresários de forma sistemática na resolução dos seus problemas, fortalecendo o tecido empresarial e promovendo o desenvolvimento sustentado da Região de Leiria.*” Os associados pertencem ao distrito de Leiria e a alguns municípios próximos de Leiria como Porto de Mós e Batalha.